

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Bárbara Rodrigues Nunes

A imagem de Dilma Rousseff:
a construção do estereótipo feminino na crise política

Juiz de Fora
Fevereiro de 2018

Bárbara Rodrigues Nunes

A imagem de Dilma Rousseff:

a construção do estereótipo feminino na crise política

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Comunicação da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre.

Área de concentração: Comunicação e Sociedade

Orientador: Prof. Dr. Márcio de Oliveira Guerra

Juiz de Fora
Fevereiro de 2018

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Nunes, Bárbara Rodrigues.

A imagem de Dilma Rousseff : a construção do estereótipo feminino na crise política / Bárbara Rodrigues Nunes. -- 2018.
169 p. : il.

Orientador: Márcio de Oliveira Guerra

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Comunicação Social. Programa de Pós Graduação em Comunicação, 2018.

1. Mídia. 2. Política. 3. Representação. 4. Mulher. 5. Dilma Rousseff. I. Guerra, Márcio de Oliveira, orient. II. Título.

Bárbara Rodrigues Nunes

A imagem de Dilma Rousseff: a construção do estereótipo feminino na crise política

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Comunicação. Área de concentração: Comunicação e Sociedade.

Aprovada em 23 de fevereiro de 2018

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Márcio de Oliveira Guerra- Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)



Prof. Dr. Luiz Ademir de Oliveira
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)



Prof.^a Dr.^a Carla Montuori Fernandes
Universidade Paulista (UNIP)

Aos meus pais, fonte de amor e dedicação
sem a qual não chegaria até aqui.

AGRADECIMENTOS

Depois de seis anos na FACOM, chega a hora de dar um até breve a esse lugar encantador que me fez crescer tanto. Digo isso, pois tenho a certeza de que ainda voltarei aqui, para visitar os que me fizeram crescer e quem sabe, um dia, plantar novas sementes faconianas. Sou eternamente grata a todos da FACOM que possibilitaram meu desenvolvimento como profissional e como ser humano.

Agradeço imensamente a Deus, luz que guia e protege meus caminhos, e que me proporcionou conhecer tantas pessoas maravilhosas ao decorrer da minha trajetória.

Aos meus pais, que sempre me apoiaram e me deram suporte para enfrentar todos os percalços da vida, com o objetivo de que meus sonhos se concretizassem.

Ao Vitor, meu companheiro de “luta”, que sempre me estendeu a mão e me deu força para chegar até aqui.

Ao professor Márcio Guerra, que desde a graduação está comigo, me fortalecendo como profissional. Seu apoio foi fundamental para eu ser quem eu sou hoje.

Ao professor Luiz Ademir, sou grata por ter me recebido de braços abertos no PPGCOM e por sempre me amparar em momentos de angústia.

À professora Carla, agradeço a disponibilidade desde o primeiro contato que tivemos.

Agradeço também a todos os amigos e colegas do PPGCOM que estiveram comigo e compartilharam momentos de ansiedade e de alegria.

“Quando uma mulher entra na política, muda a mulher. Quando várias entram, muda a política.” – Michelle Bachelet

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar como a mídia construiu a imagem da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) durante a crise política. Parte-se da hipótese de que a mídia refletiu e reproduziu aspectos machistas ainda presentes em nossa sociedade. Para verificar isto, foi feito um histórico sobre a história da mulher, do movimento feminista que conquistou os direitos sociais e civis das mulheres, bem como a importância da mídia em enquadrar e retratar os acontecimentos. Discutiu-se ainda a relação da mídia com a política e a mídia como cenário de representação feminina. Foi traçado todo o histórico político de Dilma Rousseff e de como as revistas brasileiras manifestaram sua opinião por meio de suas capas. O período analisado contempla desde as Jornadas de Junho de 2013, quando surgiram as primeiras manifestações de rua, que impactaram na popularidade da petista em seu primeiro mandato, passa pela disputa eleitoral de 2014 até se chegar ao aprofundamento da crise política, econômica e institucional, culminando no impeachment da presidente em agosto de 2016. Por meio da metodologia de análise de conteúdo, foram observadas 53 capas das quatro principais revistas nacionais: Veja, IstoÉ, Época e Carta Capital. A pesquisa retrata a cobertura da imprensa com um enquadramento negativo em relação à Dilma, focando, muitas vezes, em questões que remetem à misoginia. Isso demonstra que, apesar de todos os ganhos sociais, as mulheres ainda têm muitas barreiras a serem enfrentadas em busca de maior liberdade.

Palavras-chave: Mídia. Política. Representação. Mulher. Dilma Rousseff.

ABSTRACT

The present research project has as its objective how the news media built up an image of ex-president Dilma Rousseff (PT- Workers Party) during the political crisis. Part of the hypothesis that the media reflected and reproduced masochistic aspects that are still present in our society. To confirm this an article written of the history of woman, the feminine movement which won women's social and civil rights, as well as the importance of the media framing and recording the events. Discussing the relationship between the news media and politics and how feminism is represented. The whole political history of Dilma Rousseff was traced as was how Brazilian magazines manifested their opinions. By way of their front covers. The period analyzed is from June 2013 when the first street demonstrations appeared that had an impact on the popularity of her first mandate and passing electoral dispute of 2014 until the profound political, economic and institutional crisis which culminated in the impeachment of the president in August 2016. By means of methodology analysis of the content, it was observed that 53 front covers of the four principle national magazines: *Veja*, *IstoÉ*, *Época* and *Carta Capital*. The research picture of the coverage by the news media shows a negative attitude with relation to Dilma, focusing, many times, on questions which refer to misogyny. This demonstrates that in state of all the social gains, women still have many barriers to cross in order to gain more liberty.

Key words: Media. Politics. Representation. Woman. Dilma Rousseff.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|-----|
| Figura 1 - A participação feminina na esfera política brasileira..... | 532 |
|---|-----|

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|------|
| Tabela 1 – Capas da Revista Veja | 89 |
| Tabela 2 – Capas da Revista IstoÉ | 922 |
| Tabela 3 – Capas da Revista Época..... | 955 |
| Tabela 4 – Capas da Revista Carta Capital..... | 9797 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI-5: Ato Institucional nº5

CLT: Consolidação das Leis do Trabalho

CNDM: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

CPMF: Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira

FEE: Fundação de Economia e Estatística

FHC: Fernando Henrique Cardoso

Fiesp: Federação das Indústrias de São Paulo

FIES: Fundo de Financiamento Estudantil

MP: Medida Provisória

ONGs: Organizações Não Governamentais

ONU: Organização das Nações Unidas

PAC: Programa de Aceleração do Crescimento

PDT: Partido Democrático Trabalhista

PIB: Produto Interno Bruto

PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro

Pronatec: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

Prouni: Programa Universidade para Todos

PSDB: Partido da Social Democracia Brasileira

PT: Partido dos Trabalhadores

SPM: Secretaria de Políticas para as Mulheres

TSE: Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO | 14 |
| 2. MULHER, HISTÓRIA E SOCIEDADE | 17 |
| 2.1 A FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA..... | 22 |
| 2.2 IDENTIDADE E ESTEREÓTIPO FEMININO..... | 31 |
| 3. EMPODERAMENTO FEMININO, ESPAÇO PÚBLICO E A POLÍTICA... 35 | |
| 3.1 A LUTA PELA IGUALDADE | 35 |
| 3.2 MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL | 41 |
| 3.3 PARTICIPAÇÃO FEMININA NA DEMOCRACIA BRASILEIRA..... | 47 |
| 4. A PRIMEIRA PRESIDENTA DO BRASIL..... | 57 |
| 4.1 O SEGUNDO MANDATO E AS TURBULÊNCIAS DO GOLPE | 61 |
| 4.2 A IMAGEM FEMININA E A POLÍTICA..... | 66 |
| 5. COMUNICAÇÃO, POLÍTICA E SOCIEDADE..... | 70 |
| 5.1 A MÍDIA COMO PALCO E ATOR POLÍTICO | 73 |
| 5.2 A MÍDIA COMO CENÁRIO DE REPRESENTAÇÃO DA MULHER..... | 76 |
| 5.3 ESTILO MAGAZINE E AS REVISTAS..... | 79 |
| 5.3.1 Revistas brasileiras | 81 |
| 6. ESTUDO DE CASO..... | 84 |
| 6.1 METODOLOGIA E CORPUS DE ANÁLISE | 84 |
| 6.2 ANÁLISE DESCRITIVA DA COBERTURA DAS REVISTAS SEMANAIS .. | |
| ...86 | |
| 6.2.1 As capas da Revista <i>Veja</i>..... | 86 |
| 6.2.2 As capas da Revista <i>IstoÉ</i> | 89 |
| 6.2.3 As capas da revista <i>Época</i> | 92 |
| 6.2.4 As capas da revista <i>Carta Capital</i> | 95 |
| 6.3 ANÁLISE DE CONTEÚDO QUALITATIVA E AS CAPAS DE REVISTAS...97 | |

| | | |
|-------|--|-----|
| 6.3.1 | As narrativas sobre Dilma nas revistas | 98 |
| 6.3.2 | Escolhas lexicais e análise semântica | 101 |
| 6.3.3 | A identidade feminina na política | 103 |
| 6.3.4 | O poder de agendamento e sentenciamento de Dilma | 105 |
| 7. | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 107 |
| | REFERÊNCIAS | 112 |
| | ANEXOS | 118 |

1. INTRODUÇÃO

As manifestações de junho de 2013 entraram para a história, principalmente, por alavancar a crise política em nosso país. A insatisfação popular foi se agravando depois disso. Em 2014, o processo eleitoral foi acirrado e a diferença entre a presidente reeleita e seu opositor foi muito pequena. Escândalos de corrupção envolvendo políticos e empresários veio à tona e se tornou uma das pautas mais importantes nos jornais brasileiros. O ano de 2015 começou cheio de incertezas e muitas reclamações. Mercado, sociedade e política não se entendiam e se afundavam em meio à crise política e econômica. As ruas foram tomadas várias vezes junto com um pato gigante que pedia o fim da corrupção e a destituição de Dilma Rousseff. A situação se agravou quando o processo de impeachment foi aceito pela Câmara dos deputados. 2016 começou turbulento, sem saber como o Brasil ficaria politicamente. O vice-presidente, Michel Temer, rompeu com sua parceira de governo e surpreendeu a todos com a carta do vice decorativo. Depois disso ele passou a ser articulador do Golpe que impossibilitou a continuação do mandato de Dilma, presidente eleita democraticamente.

Com o cenário político de 2016, cheio de nebulosidades e incertezas, veio a vontade de entender um pouco mais sobre o que exatamente estava acontecendo no país. Assim surgiu esse trabalho, fruto de uma análise ainda primitiva dos reais motivos que desbancaram Rousseff do poder. A hipótese inicial desta pesquisa partiu da investigação se a mídia teria agravado a crise política, representando a então presidente sob aspectos machistas.

Para poder verificar tal dúvida, foi necessário fazer um resgate documental da história das mulheres. Assim, no primeiro capítulo apresentamos todo o contexto feminino no mundo, desde quando o matrimônio se sobrepunha ao patrimônio e depois como as mulheres se tornaram dominadas pelos homens. O patriarcalismo venceu e com ele veio um tempo de repressão e subordinação feminina. A cultura machista nasceu e trancafiou as mulheres no silêncio do lar. A formação de nossa sociedade foi fundamental para determinar a cultura que temos hoje. O conservadorismo e o machismo caminharam juntos na construção de identidades estigmatizadas, pregaram que a mulher era frágil e inferior pelo simples fato de ser mulher, concretizando o estereótipo feminino como um elemento heterônimo.

A história começa se reverter quando o sistema capitalista necessita das mulheres para poder crescer ainda mais. Elas começam a adentrar o mundo público e descobriram que poderiam ter os mesmos direitos que os homens. Assim, no segundo capítulo foi feita uma observação da luta pela emancipação feminina e como esta ajudou no rompimento e na crise

do patriarcado. O movimento feminista foi o pontapé para a conquista de direitos civis e sociais femininos. Mostramos também como o sistema político ainda anda de mãos dadas com o conservadorismo, e assola a participação da mulher nos espaços representativos de poder.

Em “A Primeira Presidenta Do Brasil” fizemos um breve panorama da história política de Dilma Rousseff. Foram apontados os desafios, a gestão e os motivos que a fizeram sair da presidência. Além da mudança estética que foi necessária para que ela atingisse popularidade e conseguisse se eleger em 2010. Os percalços de seu governo também foram retratos, bem como a turbulência do segundo mandato que culminou no impeachment. Foi traçado também como a mídia e a representação feminina interferem na participação das mulheres e na aceitação dessas pelo eleitorado.

Já no quinto capítulo, foi apresentado como a comunicação é fundamental para que todos nós saibamos sobre nossa realidade, uma vez que ela é o espelho que temos de tudo que acontece no mundo. Além disso, foi retratado como a mídia e a política se interagem, sendo campos antagônicos que se complementam para conseguir alcançar seus objetivos. A mídia como palco e ator é uma metáfora que pretende evidenciar como acontece a relação dessas esferas. Esse capítulo também mostra como os veículos de comunicação sub representam as mulheres, por conta desse campo ainda ser majoritariamente machista.

Para poder verificar a hipótese inicial dessa pesquisa foram utilizadas as capas das quatro principais revistas brasileiras: Veja, IstoÉ, Época e Carta Capital. Desse modo, foi preciso fazer um resgate histórico, ainda no quinto capítulo, sobre as revistas, suas características e particularidades. Além disso, um breve currículo das revistas estudadas também foi traçado.

A metodologia usada para aferir a suposição da pesquisa foi a análise de conteúdo de Bardin. No capítulo seis foi explicado como foi aplicado esse recurso e também delimitadas as categorias para observar como as capas destas quatro revistas representaram Dilma Rousseff durante a crise política.

Assim, ainda neste capítulo foi definido que o período a ser observado seria a partir das manifestações de rua que começaram em junho de 2013, as eleições presidenciais de 2014, o turbulento ano de 2015 e todo o processo de impeachment de 2016. Dentre deste período foram constatadas 53 capas que apresentavam a imagem ou faziam referência à presidenta. Para tanto, fizemos a delimitação de quatro categorias: “As narrativas sobre Dilma nas revistas”, “Escolhas lexicais e análise semântica”, “A identidade feminina na política” e, por último “O poder de agendamento e sentenciamento de Dilma”.

Por meio dessas categorias conseguimos enxergar a sociedade machista que vivemos, sobretudo, o papel algoz que a mídia representa para as mulheres e como isso dificulta o aprimoramento de nossa democracia.

2. MULHER, HISTÓRIA E SOCIEDADE

Para podermos falar sobre como a mídia representou a ex-presidente Dilma Rousseff durante a crise política que culminou em seu impeachment, temos que fazer um resgate histórico de como as mulheres alcançaram seus direitos e de como o Brasil elegeu sua primeira presidente mulher. Além disso, é necessário mostrar o papel da mídia como campo representativo, e de como esse campo representa as mulheres.

Neste capítulo vamos abordar a história das mulheres, de modo que possamos entender como a sociedade deixou de ser matriarcal para se tornar patriarcal e como isso modificou a vida das mulheres.

A história feminina não foi a todo tempo marcada por questões de violência e dominação masculina. O patriarcalismo foi o principal instrumento dominador, que fez com que a mulher tivesse um destino social marcado pela opressão e subordinação. Conforme explica Castells (2008), este é caracterizado pela autoridade do homem sobre mulher e filhos no âmbito familiar, legitimado por toda a organização da sociedade: Igreja, Estado, cultura, economia e política. Inicialmente, vamos traçar um breve panorama de como a história da mulher foi influenciada por esta ser considerada um elemento heterônomo, seja no plano econômico, social e cultural, configurando, assim, um cenário de sofrimento de violência, inclusive a simbólica.

De acordo com Follador (2009), as funções e papéis foram e são desempenhados por homens e mulheres, modificam-se e são exercidos de diversas formas, dependendo da época e dos povos. No período da barbárie e da selvageria até a Idade Média, a mulher era livre e respeitada, trabalhava e possuía autonomia. Nesta época, havia o predomínio do matrimônio por grupos, ou seja, a mulher podia ter mais de um cônjuge. A poligamia não era um problema para ambos os sexos.

Havia um mistério quanto à origem dos filhos, sabendo somente a proveniência materna. Desse modo, o predomínio do matrimônio proporcionava às mulheres uma espécie de endeusamento, já que elas eram associadas às forças da natureza devido à fertilidade e reprodução, uma vez que a maternidade era algo inexplicável, sobretudo, por ser desconhecido o papel do homem nessas questões (ENGELS, 1978).

O feudalismo trouxe o crescimento agrícola, a domesticação de animais e o surgimento de novas ferramentas que auxiliavam seu desenvolvimento, e, também com a evolução humana, o homem passou a ganhar terreno, a acumular riquezas e, assim, assumiu

uma posição mais importante (ARIES; DUBY, 1985). Segundo Beauvoir (2009), por mais que a mulher conciliasse seu papel de reprodutora com seu trabalho produtor, era sempre interrompida pela questão materna, que por ela ainda ser desconhecida, não tinha um controle, tornando-a escrava à função geradora.

Com a prosperidade econômica dos clãs; e a conseqüente acumulação de bens, fez-se necessário saber e controlar a gênese da prole, para que, assim, esta pudesse herdar os bens, que eram, principalmente, obtidos pelo homem. Com isso, a fidelidade e a monogamia passaram a ser requisitos básicos para as mulheres.

E, quando a propriedade privada se sobrepôs à propriedade coletiva, quando os interesses da transmissão por herança fizeram nascer a preponderância do direito paterno e da monogamia, o matrimônio começou a depender inteiramente de considerações econômicas. [...] Ao transformar todas as coisas em mercadorias, a produção capitalista destruiu todas as antigas relações tradicionais e substituiu os costumes herdados e os direitos históricos pela compra e venda, pelo "livre" contrato. (ENGLES, 1978, p.100).

A propriedade privada faz do homem dono e dominador de seus bens materiais; a terra, e imateriais, como escravos e as mulheres. O matrimônio perdeu sua potência e abriu caminho para o patrimônio, marcando, desse modo, uma das maiores derrotas para o sexo feminino e a supremacia absoluta do homem sobre a mulher. Assim os homens começaram a fazer história no mundo público, e as mulheres ficaram excluídas no mundo privado: “O pivô de toda a história está na passagem do regime comunitário ao da propriedade privada” (BEAUVOIR, 2009, p.72).

Por conseguinte, a instituição sagrada, família, ganhou força, considerada “o coração do privado” (ARIES; DUBY, 1985), oriunda do surgimento da propriedade privada, que impôs à mulher a ser monogâmica e aboliu o direito materno pelo paterno. “Herdeira da necessidade política da constituição do privado, no início da era moderna, a família surge como aquela que vai garantir a ordem social [...]” (ARÁN, 2003, p. 401). Porém, para se garantir a ordem social, passou a ser primordial, o controle do corpo e da sexualidade feminina. Uma vez que a honra passou a ter valor econômico; a fidelidade da mulher garantia a paternidade dos filhos (ARIES; DUBY, 1985), havia a repressão e condenação do sexo, fazendo deste objeto próprio para a procriação, nascendo, assim, a moralidade sexual (SALLES; CECCARELLI, 2010).

Para que a instalação da monogamia fosse ratificada, e, conseqüente, ordem social e herança dos bens patrimoniais, era preciso haver a instituição do casamento (pequena célula privada), que nos primórdios ia “em busca de prestígio, as linhagens procuram para o primogênito uma esposa de posição superior ou igual à dele, preferindo esperar algum tempo

a contrair casamento desigual” (ARIES; DUBY, 1985, p. 129). Esta instituição era de suma importância para a concepção da família, porém, era apenas um dos atos da vida, e a esposa não passava de um dos elementos da casa. Mas nem sempre o casamento era aceito dessa forma, principalmente pela Igreja que, somente adotou este por ser uma concessão para os que não conseguiam se manter puros: “o casamento é inferior à virgindade, e não sendo para a procriação, não há justificativa para o ato carnal. O melhor seria a continência absoluta. Não se podendo alcançá-la, aprisiona-se o desejo no casamento”. (SALLES; CECCARELLI, 2010, p.17)

A Igreja foi peça fundamental para que a dominação da mulher, além de ser sexualmente reprimida, fosse também socialmente subordinada à ela e aos homens. Contribuindo ainda, para o aumento da discriminação dos sexos:

Na questão feminina, a posição da Igreja Católica reflete, de um lado, uma doutrina religiosa na qual a mulher sempre figurou como ser secundário e suspeito e, de outro, seus interesses investidos na ordem vigente nas sociedades de classes. [...] A Igreja tem evidenciado um esforço de refinamento das técnicas sociais conducentes a manter, embora disfarçadamente, a mulher submissa ao homem. (SAFFIOTI, 1979, p.92).

Assim, para fins de “adestramento”, os religiosos projetam-se no ambiente privado, para inteirar-se do que acontecia com as famílias; os padres visitavam-nas com frequência e, por meio de confissões, interferiam e disciplinavam o ambiente doméstico, além de propagar seus dogmas: “Com a ascensão da cristandade, a Igreja se introduz entre o indivíduo, a família e a cidade.” (ARIES; DUBY; VEYNE, 1985, p. 256). Era um relacionamento de duplo interesse; os homens ajudavam a Igreja, doando o dízimo e favorecendo a riqueza desta, e o clero homologava que a mulher era além de fonte do pecado, era inferior ao homem, e, por isso, devia a ele obediência:

A hierarquia no grupo familiar se faz segundo o preceito bíblico de que o homem é a cabeça e a mulher o coração. Sendo a emoção considerada inferior à razão, ao homem cabe, naturalmente, o governo da casa e da mulher. A sujeição da mulher ao homem é, pois, princípio inatacável e de validade eterna para a Igreja. (SAFFIOTI, 1979, p.94).

Enquanto os homens ficavam por conta de serem os mantenedores da casa e da família, tendo plenos direitos sociais e políticos, a mulher tinha como obrigação ficar a cargo dos cuidados com a casa, dos filhos e criados. “A sociedade doméstica era então atravessada por uma separação nítida entre o masculino e o feminino, institucional, e que repercutia sobre a maior parte dos comportamentos e das atitudes mentais” (ARIES; DUBY, 1985, p. 90). Era necessário deixá-la de lado quanto às questões do mundo público, uma vez que era considerada incompetente para lidar com tal coisa: “estavam destinadas tarefas específicas,

pois era preciso que estivessem ocupadas, sendo a ociosidade considerada particularmente perigosa para esses seres fracos em demasia” (ARIÈS, DUBY, 1985, p.89).

Para Bourdieu (2012), é de grande importância manter a ordem social, para se organizar a realidade social, as percepções e as representações. Por isso, além da Igreja, outras instituições foram imprescindíveis para legitimar a dominação masculina, a fim de separar o universo feminino do masculino:

A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior desta, entre a parte masculina, como salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, da jornada, o ano agrário, ou o ciclo da vida, com momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, femininos. (BOURDIEU, 2012, p.18).

Dessa forma, foram estabelecidos discursos que visassem adequar às funções e papéis de cada sexo. De acordo com Bourdieu (2012), a base das diferenças sociais está legitimada, principalmente, pelas desigualdades biológicas. A anatomia seria a justificativa natural para a discriminação social. Tendo como eixo este argumento, como o fator que explicasse a incapacidade feminina de exercer as mesmas funções do homem, estas ficaram de fora e perderam direitos, marginalizadas perante a sociedade:

Legisladores, sacerdotes, filósofos, escritores e sábios empenharam-se em demonstrar que a condição subordinada da mulher era desejada no céu e proveitosa à Terra. As religiões forjadas pelos homens refletem essa vontade de domínio: buscaram argumentos nas lendas de Eva, de Pandora, puseram a filosofia e a teologia a serviço de seus desígnios [...]. Desde a Antiguidade, moralistas e satíricos deleitaram-se com pintar o quadro das fraquezas femininas. (BEAUVOIR, 2009, p.23).

Com base neste cenário, a mulher ficou impedida de ter autonomia durante anos de ter liberdade e livre arbítrio. O patriarcalismo e o machismo negaram à mulher seu desenvolvimento pleno, desprezando sua contribuição histórica. E foi calcado através da formulação de estereótipos que enxergavam o ser feminino como um ser passivo:

Assim, na defesa de valores real ou supostamente mais altos, como o equilíbrio das relações familiares, o bom andamento dos serviços domésticos, a preservação dos métodos tradicionais de socialização dos imaturos, o respeito ao princípio moral da distância entre os sexos, faz-se a mais completa e racional utilização de critérios irracionais, tais como a debilidade física, a instabilidade emocional e a pequena inteligência feminina, a fim de imprimir-se ao trabalho feminino o caráter de trabalho subsidiário e tornar a mulher o elemento constitutivo por excelência do enorme contingente humano diretamente marginalizado das funções produtivas. (SAFFIOTI, 1979, p.234).

Para que esse processo tivesse força e irrestrito funcionamento e, assim ter completa dominação masculina, a educação era objeto somente voltado à formação dos

meninos. “Afasta-se da educação coletiva, da instrução no colégio, para reservar ao foro íntimo a formação das sensibilidades, a aprendizagem dos valores e comportamentos morais” (ARIÈS; CHARTIER, 1985, p. 207). Desse modo, são ensinadas desde cedo a cuidar da casa e da prole, a servir o marido e supervisionar os criados. Banidas do mundo do ensino, por serem consideradas perigosas quando instruídas, elas não conseguiam alcançar mercado de trabalho e consequentemente autonomia, sobretudo, econômica, fator crucial para sua emancipação.

Antigamente, no tempo das avós, era ainda mais complicado. Nem se escolhia o marido; a família decidia pela noiva. Tampouco as mulheres saíam de casa; o trabalho era doméstico. Ao passar de senhorita à senhora, a mulher se tornava uma matrona respeitosa. Tinha de se comportar como uma santa. Os constrangimentos para ganhar dinheiro – coisa de homem – eram enormes. A rua? Lugar de mulher “fácil”. (DEL PRIORE, 2013, p.3).

Contudo, este panorama de opressão sofreu alterações com o advento da revolução industrial, sobretudo, a partir do século XIX quando, por necessidade do sistema capitalista, que precisou de maior número de mão-de-obra, enxergou a mulher como um objeto de custo-benefício desejável. Salários baixos e exaustivas jornadas de trabalho, além de serem consideradas mais zelosas e atenciosas com seus ofícios, colocaram-na no mercado. Deve-se ressaltar que desempenhavam atividades ligadas à alguma função feminina, como tecelagem e na fiação:

[...] A sorte da mulher está estreitamente ligada à história da propriedade privada; uma catástrofe substituiu pelo patriarcado o regime do direito materno e escravizou a mulher ao patrimônio; mas a revolução industrial é a contrapartida dessa decadência e resultará na emancipação feminina. (BEAUVOIR, 2009, p.132).

Com a inserção feminina no mercado de trabalho e correntes de pensamentos feministas se propagando pelo planeta, especialmente, após a Segunda Guerra Mundial, a família patriarcal começou a sofrer uma grave crise. Mudanças na economia global fizeram com que as mulheres procurassem se profissionalizar e, assim, concorrer com os homens pelos cargos intelectualmente mais disputados. O aumento do nível educacional feminino aumentou sua conscientização em relação ao seu papel na sociedade:

Os primeiros sinais de mudança foram a baixa das taxas de fecundidade apresentadas em alguns países ocidentais desenvolvidos, sendo hoje fonte de preocupação de políticas demográficas, inclusive no que se refere à reposição da população. Logo em seguida assistimos a uma movimentação jurídica e cultural com uma vertiginosa queda da nupcialidade e, em contrapartida, o aumento do divórcio e da separação. Um menor número de filhos e uma maior rotatividade de situações conjugais que acabam por provocar uma turbulência na noção de família como o que sustenta e organiza a sociedade. (ARÁN, 2003, p. 401).

De meados do século XX até os dias de hoje, a autonomia financeira e os movimentos feministas fizeram com que as mulheres lutassem e alcançassem projetos sócio-

políticos que melhoraram e proporcionaram a elas direitos antes nunca conquistados. Desse modo, a reorganização da vida social gerou rupturas no sistema patriarcal que abriram portas para a equiparação social e, finalmente, o início da emancipação feminina. Por mais que se tenha atingido grandes vitórias, ainda há um caminho longo até que a história das mulheres comece a ser escrita por elas mesmas (BEAUVOIR, 2009).

A seguir será abordada a formação da sociedade brasileira e de que forma o patriarcalismo influenciou a cultura nacional, os sistemas sócio-políticos e a condição da mulher brasileira.

2.1 A FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA

O enraizamento cultural presente atualmente no Brasil tem resquícios na forma como o país foi colonizado. Para entender nossa sociedade é necessário recorrer ao passado e compreender de que modo o território brasileiro foi ocupado e com qual finalidade. Quando chegaram aqui, procuraram na nova terra, ouro e prata. Porém, sem sucesso imediato, a metrópole portuguesa encontrou na terra do pau-brasil uma extensão rica em produtos primários, agrícolas e minerais. Voltada para economia exportadora, o novo território servia aos interesses do florescente capitalismo mercantil europeu (SAFFIOTI, 1979). Dessa forma, temos como herança o iberismo, que marca a nossa origem, identidade e o destino de nossa nação.

Esse tipo de colonização voltada para o mercado externo pode ser caracterizado como patrimonial-patriarcal. Isto porque, na colônia, a terra pertencia a Portugal, mas era administrada por pessoas indicadas pelo rei, que se beneficiavam da falta de hierarquização no novo território, e, assim, tinham plenos poderes para desfrutar de uma posição social vantajosa. Sobre esta questão, Holanda (1995) afirma que a frouxidão da estrutura social aliada à falta de hierarquia organizada gera falta de coesão social e elementos anárquicos, “com a cumplicidade ou a indolência displicente das instituições e costumes. As iniciativas, mesmo quando se quiseram construtivas, foram continuamente no sentido de separar os homens, não de os unir” (HOLANDA, 1995, p.33).

Para atender às demandas de Portugal, a sociedade brasileira colonial; gerava produtos e riquezas que eram usufruídas pelo país europeu; e era impulsionada pela mão-de-obra escrava. Dentro deste contexto se desenvolveu a família patriarcal rural que tinha sua estrutura composta, no grupo principal, pelo patriarca (grande chefe de família), a esposa, filhos e descendentes; e por um segundo grupo formado por outros parentes, filhos bastardos,

empregados e escravos. Essa estrutura não representava somente o sistema social, mas também o político e o econômico da época.

Vivo e absorvente órgão da formação social brasileira, a família colonial reuniu, sobre a base econômica da riqueza agrícola e do trabalho escravo, uma variedade de funções sociais e econômicas. Inclusive, como já insinuamos, a do mando político: ou oligarquismo ou nepotismo, que aqui madrugou, chocando-se ainda em meados do século XVI com o clericalismo dos padres da Companhia. (...) Pela presença de um tão forte elemento ponderador como a família rural ou, antes, latifundiária, é que a colonização portuguesa do Brasil tomou desde cedo rumo e aspectos sociais tão diversos da teocrática, idealizada pelos jesuítas [...]. (FREYRE, 2003, p.84).

É sob essa perspectiva que o patriarcalismo se desenvolveu na colônia, já que o senhor de engenho dominava o restante da população que vivia nas terras exploradas. “O colonizador europeu trouxe para o Novo Mundo uma maneira particular de organizar a família” (DEL PRIORE, 2013, p.7).

O quadro familiar torna-se, assim, tão poderoso e exigente, que sua sombra persegue os indivíduos mesmo fora do recinto doméstico. A entidade privada precede sempre, neles, a entidade pública. A nostalgia dessa organização compacta, única e intransferível, onde prevalecem necessariamente as preferências fundadas em laços afetivos, não podia deixar de marcar nossa sociedade, nossa vida pública, todas as nossas atividades. Representando, como já se notou acima, o único setor onde o princípio de autoridade e indisputado, a família colonial fornecia a ideia mais normal do poder, da respeitabilidade, da obediência e da coesão entre os homens. O resultado era predominarem, em toda a vida social, sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família. (HOLANDA, 1995, p.84).

Desse modo, a forma opressora dos patriarcas dizimou outros tipos de organizações sociais, como a dos índios, que já possuíam costumes e tradições anteriores à chegada dos portugueses. Estes tinham costumes diferenciados entre si, uma vez que existiam várias tribos na colônia. Havia modelos de família muito diferentes para os padrões europeus, era permitida e considerada normal a liberdade sexual e a poligamia para ambos os sexos. Pela pouca presença da mulher branca no período colonial, a índia foi a primeira provedora de alimentos para as famílias e responsável pela organização da casa, também cuidava da roça e da fabricação de algodão entre outros afazeres domésticos (NOVAIS; SOUZA, 1997). De certo modo, não era submissa ao homem, apenas depois do casamento, que sua função primordial era servir e obedecê-lo.

Com a chegada dos missionários à colônia, reforçava-se o modelo patriarcal: “a todo-poderosa Igreja exercia forte pressão sobre o adestramento da sexualidade feminina. O fundamento escolhido para justificar a repressão da mulher era simples: o homem era superior, e, portanto, cabia a ele exercer autoridade” (DEL PRIORE, 2012, p. 45 e 46):

O encontro entre os conquistadores europeus e as populações que habitavam o litoral já anunciava o destino trágico que teriam milhares de mulheres indígenas, tragadas que foram pela violência do processo de colonização. Vítimas da exploração sexual

dos colonizadores e mão de obra escrava que os portugueses empregaram à exaustão – muito além da abolição legal da escravidão indígena, decretada pelo marquês de Pombal em meados do século XVIII –, as índias representam o elemento oculto, anônimo, que participou, involuntariamente, da construção do Brasil. A maioria dos contemporâneos omitiu seus nomes, ignorou sua história e tratou-as como seres não humanos. (SCHUMAHER; VITAL BRAZIL, 2001, p.16).

Responsável pela produção de riquezas, a situação da mulher negra na colônia não era muito diferente da indígena. Explorada econômica e sexualmente, era comum o regime de concubinato¹, uma vez que os casais eram afastados pelo tráfico negreiro. Distanciavam-se os membros de uma mesma tribo, a fim de dificultar o diálogo entre eles, uma vez que cada tribo tinha seu dialeto, que criava obstáculos para a organização destes e conseqüente rebelião. Na colônia, elas trabalhavam igual aos homens negros. Somente tinham melhores condições aquelas que iam para a casa-grande. Além disso, se o patriarca que tinha sua posse quisesse, podia alugá-la para outros senhores. Sofriam violência tanto do patrão quanto da patroa; quando esta descobria algum tipo de envolvimento entre a criada e o senhor, a negra padecia por conta do ciúme e do sadismo da sinhá (TELES, 1999).

A presença da mulher branca no Brasil nos primeiros anos da colônia era inferior se comparado a das índias e das negras. Isto porque, na colônia, havia famílias fragmentadas, por conta da vinda do chefe de família, escolhido pelo rei, para a colônia e o restante da família permanecia em Portugal. As que aqui viviam pouco saíam de casa, passando o tempo costurando e bordando, zelando pela prole e pelo lar. Eram totalmente submissas ao seu senhor, que as mantinham enclausuradas para que estas não agissem contra a honra da família (DEL PRIORE, 2013). No Brasil colonial, a educação não representava um valor social: “na civilização portuguesa não havia lugar para a instrução feminina, considerada verdadeira heresia social. O ideal de educação feminina circunscrevia-se exclusivamente às prendas domésticas” (SAFFIOTI, 1979, p. 189).

Embora o quadro feminino no período colonial seja marcado em sua maioria pelo regime patriarcal e pela dominação masculina, alguns casos de mulheres que fugiram do padrão opressor praticado pelo homem; merecem destaque. Seja índia, negra ou branca, algumas mulheres lutaram bravamente, abandonando o estereótipo de ser frágil e inferior. Alguns exemplos como a de Ana Pimentel, na época das capitâneas hereditárias, destacou-se por conduzir a capitania de São Vicente na ausência do marido que voltou para Portugal. Aquilone, negra filha do rei de Congo, foi uma das fundadoras do quilombo de palmares, e avó de Zumbi. Na Inconfidência Mineira, movimento com anseio separatista entre metrópole

¹ União livre e estável de um homem e uma mulher que não são casados um com o outro; amigado, juntado.

e colônia, Bárbara Heliadora; destacou-se por ser companheira de luta do marido inconfidente.

A contribuição histórica de cada uma delas ficou certamente condicionada ao vínculo político: houve aquelas que apoiaram as iniciativas do colonizador e as que se comprometeram com os ideais das maiorias colonizadas. De ambos os lados, todas foram relegadas ao esquecimento pela história oficial. Quando isso não foi possível devido em alguns casos à projeção popular alcançada, tratou-se logo de lhes atribuir qualidades negativas como a loucura ou a prostituição, no sentido de desmerecê-las, como foi o caso de Bárbara Heliadora, Dona Beja, Chica da Silva, Marília de Dirceu, entre outras. (TELES, 1999, p.22).

A Revolução Industrial; fez com que ideias liberais oriundas da Europa, refletissem no Brasil. Desse modo, entre meados do século XVIII até a Proclamação da República, em 1889, surgiu uma crise contra a situação político-econômica aplicada pela coroa portuguesa. Aflorou-se a necessidade de novas alternativas de ordenamento da vida social contra o absolutismo monárquico, formando, assim, diversas conspirações na colônia com o intuito de conquistar a independência da mesma (TELES, 1999). Com a vinda da família real portuguesa para o Brasil em 1808 e diversos acontecimentos no decorrer do século XIX, a presença cultural tornou-se mais efetiva e proporcionou a ampliação do espaço da privacidade: “Como na Colônia, a vida privada brasileira confunde-se, no Império, com a vida familiar” (NOVAIS; SOUZA, 1997, p. 16).

Até o século XVIII, a pouca instrução dada às mulheres era oferecida pelas instituições religiosas, porque somente nos conventos que a mulher poderia receber alguma educação. Na primeira metade do século seguinte, as mulheres começaram a reivindicar por seu direito à educação. Isto porque, com a vinda da corte e de senhoras europeias para o Brasil, ampliou-se a instrução feminina, e surgiram algumas poucas oportunidades de instrução laica para as mulheres. Embora a Constituição de 1824 não se preocupava com a questão da mulher na sociedade imperial, a ideia de proporcionar a educação à mulher esteve presente no texto. Porém, a criação de colégios para elas tinha um currículo diferenciado das escolas masculinas, dava-se maior atenção ao ensino de afazeres domésticos do que à instrução de fato.

O desprestígio e a parca remuneração a que esteve sujeito o magistério primário desde seus inícios, aliados ao fato de considerar-se o ensino de crianças como um prolongamento das funções maternas, prenunciavam que o magistério elementar seria ocupação essencialmente feminina, chegando mesmo a constituir-se, durante muitos e muitos anos, na única profissão feminina plenamente aceita pela sociedade. (SAFFIOTI, 1979, p. 194 e195).

A educação feminina era vista como um risco para a preservação da família, por isso, é negligenciada pelo Estado junto da Igreja, para que a mulher não possa atingir a justiça

social, como se a família não fosse capaz de resistir as mudanças que as transformações sociais lhe requerem. “À mulher competia, tanto quanto no período colonial, o papel de dona-de-casa, esposa e mãe” (TELES, 1999, p.28). O homem, patriarca da família, gozava de plenos poderes, tanto na esfera privada quanto na pública:

A lei dá ao homem o direito de corrigir os que lhe proporcionam ocasiões de infelicidade doméstica. A autoridade paterna e marital é um direito privado reconhecido publicamente. Nesse espaço autoritário que é a família, os direitos femininos são inexistentes, enquanto o segredo de família pode suportar condições jurídicas e viver muito à vontade. (ARIES; DUBY; CHARTIER, 1985, p. 592).

Com o progresso da industrialização mundo afora; e o impulso para que o restante do mundo fizesse parte do sistema capitalista, ideias abolicionistas começaram a infiltrar na sociedade brasileira a partir de meados do século XIX. O surgimento da classe capitalista enxergou no trabalho assalariado o desenvolvimento que a cidade precisava:

Tivemos, então, a urbanização e a imigração em larga escala. Com as mudanças na economia, na política e na sociedade, há espaço para novas ideias e a mulher inicia sua participação de uma maneira questionadora de sua condição e do papel que vinha desempenhando. Era sem dúvida, muito pequeno o número dessas mulheres, mas nessa época já se registraram as primeiras formulações sobre o papel de submissão imposto à mulher. (TELES, 1999, p.29).

Este caráter revolucionário se aflorou graças às ideias abolicionistas oriundas da Europa, e com o anseio de fazer do Brasil um cenário igual ao do europeu, essas ideias ganharam forças e conseguiram revogar a situação do negro. Entretanto, por falta de uma política de inserção social, a maioria dos ex-escravos se tornaram marginalizados perante a sociedade, tendo como ofício as funções ligadas a atividades domésticas ou de baixa remuneração. Com a abolição da escravatura, os grupos de imigrantes tornaram-se a principal mão-de-obra assalariada. Estes tinham uma organização familiar diferente, visto a necessidade de produção de alimentos para sua sobrevivência, todo o grupo trabalhava nas lavouras para o sustento da mesma, era como se fosse uma pequena empresa (NOVAIS; ALENCASTRO, 1997, p. 322).

Como no período colonial, no Império, mesmo com a maioria das famílias vivendo à mercê da dominação patriarcal, algumas mulheres se sobressaíram por não se conformar com essa submissão. Anita Garibaldi lutou junto do marido, José Garibaldi, na Guerra dos Farrapos (1835-1845), que reivindicava a instalação da República, e, posteriormente, lutou pela unificação da Itália.

Junto do movimento abolicionista, destacou-se a primeira feminista do Brasil, Nísia Floresta Brasileira Augusta, que defendia também a emancipação feminina. Outro nome famoso na época foi o de Chiquinha Gonzaga, compositora popular brasileira, que combatia

os costumes impostos de seu tempo, defendeu a abolição da escravidão e como as outras duas já citadas, tinham participação ativa na vida política, faziam campanha para a instauração da República (TELES, 1999).

Durante o Império, a industrialização brasileira foi apenas um surto, que somente teria prosseguimento décadas depois, e as lutas pela modernização do país acabariam impulsionando a queda do regime e a proclamação da República. Conforme Teles (1999) dividiu em sua obra a parte que discorre sobre o período da República, vamos utilizar a mesma sucessão de tempo para melhor representar as etapas vivenciadas pela história da mulher. Na primeira República, marcada entre 1889 a 1930, modificações ocorridas de forma intensa a partir do final do século XIX, como, por exemplo, a abolição da escravidão e a crescente onda industrial, e, conseqüente urbanização, proporcionaram à sociedade brasileira transformações sociais, políticas e econômicas. Durante a Belle Époque, a dualidade de pensamentos, de discursos ideológicos entre a modernidade e a tradição, e a conversão de rígidos papéis sociais, movimentaram o seio da sociedade. Entre eles, as novas maneiras de se comportar, que viabilizaram alguma liberdade para as mulheres de se aventurarem sozinhas pela rua, seja para ir trabalhar, estudar ou passear. Mas para isso:

[...] cobrava-se um preço: que a senhora soubesse conservar um “ar modesto e uma atitude séria, que a todos imponha o devido respeito”. E mais: que a mulher sensata, principalmente se fosse casada, evitasse “sair à rua com um homem que não seja o seu pai, o seu irmão ou o seu marido”. Caso contrário, iria expor-se à maledicência, comprometendo não só a sua honra como a do marido, conforme se lia na *Revista Feminina*, importante publicação do período. (NOVAIS; SEVCENKO, 1998, p.369).

Com o processo de industrialização ganhando força, as cidades começaram a perder seu ar paroquial e se transformaram em uma atmosfera cosmopolita e metropolitana. Misturavam-se nesse novo espaço os imigrantes, negros libertos e a burguesia. Como resultado, este tipo de reforma começou a romper a ordem social, o que gerou a quebra de alguns costumes, e favoreceu a inovação nas rotinas das mulheres. Entretanto, o espaço entre rua e casa, ou seja, entre público e privado, parecia ainda distante de algum tipo de transição:

Para além da reclusão nas fronteiras da intimidade da casa ou no recato das relações familiares, as novas possibilidades de trânsito e de circulação nas cidades abriram, pelo menos, outras alternativas para as pessoas descobrirem novos espaços individuais. Contudo, o limite se encontrava ali mesmo, na própria indefinição – ou existência difusa – da vida pública, à qual já nos referimos anteriormente: a República brasileira assiste e incentiva a remodelação e a modernização, quase compulsórias, das cidades, mas não permite que se formem cidadãos. (NOVAIS; SEVCENKO, 1998, p. 329).

Desse modo, o Código Civil da República, de 1916, legalizou a subordinação da mulher, delineou estes espaços e sacramentou a inferioridade da mulher casada ao marido.

Enquanto o homem tinha o papel de provedor do sustento familiar, cabia a mulher a identidade social como esposa e mãe. Até para poder trabalhar ela dependia da aprovação dele, ou em certos casos, do arbítrio do juiz. Ou seja, a lei legitimava que a mulher casada era incapaz de qualquer tipo de administração, seja política, econômica e até dela mesma como ser social. Cabia a ela obedecer ao marido e manter o lar, espaço ideologicamente estabelecido como privado, feliz (DEL PRIORE, 2013).

A República não teve nenhum significado do ângulo da democratização da cultura. Até 1930, a presença feminina em curso superior era bastante escassa. Os cursos tidos como femininos; eram uma extensão de funções ligadas ao âmbito doméstico, como; por exemplo, o curso de pedagogia era tido como próprio para a mulher (SAFFIOTI, 1979). O casamento tinha valor social superior à carreira profissional. “O medo da mulher inteligente, preparada, da que lia ou escrevia era visível. A emancipação era percebida nos mais diversos setores políticos e sociais como ameaça à ordem estabelecida ao domínio masculino” (DEL PRIORE, 2013, p. 220).

Com a passagem da sociedade pré-capitalista para o regime capitalista, a necessidade de se elevar o ritmo de produção; bem como de redução de custos operacionais; fizeram com que a mão de obra feminina fosse vantajosa, na medida em que esta tem um custo benefício melhor para os empreendedores. Isto porque, eles consideravam o trabalho feminino mais barato, já que elas tinham mais atenção com o ofício e tinham menor capacidade reivindicatória, além deles abusarem da carga horária. Embora ainda no final do Império elas já trabalhassem no setor agrícola, com o advento da República, e conseqüente urbano-industrialização, as fábricas têxteis, de tecelagem e costura, usufruíram das trabalhadoras (SAFFIOTI, 1979). Mas, se de um lado ela começava a ganhar liberdade, por outro, era cobrada; podia até trabalhar, no entanto, o tripé mãe-esposa-dona de casa não poderia sofrer nenhum tipo de perturbação. A ordem familiar era de extrema importância para o Estado, tida para este como seu suporte (DEL PRIORE, 2013).

Sob influência de ideias vindas da Europa, do crescimento do movimento feminista² por lá, e do desenvolvimento capitalista no país, as brasileiras começaram a questionar as barreiras por elas enfrentadas quanto às atividades econômicas e políticas. Nos primeiros anos do século XX começaram a reivindicar melhorias na redução da jornada de trabalho e igualdade salarial com os homens, as greves eram formas de protestar e foram duramente reprimidas.

² No próximo capítulo explicações sobre o movimento feminista serão mais aprofundadas.

Durante esse mesmo período houve um movimento pelo voto, que agrupou parcela expressiva de mulheres. Pertencentes à classe média e à classe dominante, abraçavam uma causa comum às mulheres de diversos países, pois esse direito, em toda a parte, só foi conquistado com muita mobilização (TELES, 1999, p.43).

Com a ascensão da classe média e o crescimento das cidades, as mulheres tiveram, então, acesso ao lazer, consumo e a informação. A mulher que procurava sair dos padrões estipulados da época, que procurava estudar, e assim, se capacitar, eram tidas como perigosas. Os homens temiam a emancipação delas, e as que se “atreviam” a buscar autonomia eram vistas pejorativamente pela sociedade (NOVAIS; SCHWARCZ, 1998). Com a conquista do voto, em 1934, as mulheres estavam, enfim, começando a colocar os pés na esfera pública. O governo Vargas instigava que a educação feminina deveria ser voltada para os afazeres domésticos e a manutenção da família. Durante o Estado Novo, o papel feminino era estar dentro de casa, cuidando da prole. Entretanto, o casamento deixou de ser um arranjo entre os pais e passou a ter o arbítrio entre as partes interessadas.

Mantendo a velha regra da submissão feminina, eram os homens que escolhiam e, com certeza, preferiam as recatadas, capazes de se enquadrar nos padrões da “boa moral” e da “boa família”. Fora desses padrões havia os “párias”, que teriam optado pelo desquite. Este era coisa recente. Foi introduzido no Código Civil em 1942, estabelecendo a separação sem dissolução do vínculo matrimonial. (DEL PRIORE, 2013, p. 52).

A mulher desquitada era mal vista, e a palavra desquite soava como um palavrão. A felicidade do casamento ficava por conta da mulher, que tinha que conquistar o marido pelo coração e prendê-lo pelo estômago. Com a promulgação da CLT (Consolidação das Leis de Trabalho), em 1943, elas conquistaram o direito a trabalhar sem o consentimento expresso do marido, embora; quem mandasse na casa; ainda era o chefe de família (DEL PRIORE, 2013). Mesmo com a CLT, que dizia que as empresas, com mais de 30 mulheres empregadas, tinham que ter lugar apropriado para que pudessem guardar as crianças em fase de amamentação, isso não era respeitado, muito menos depois de 1964. Dava-se preferência às mulheres solteiras, e as casadas e as que se encontravam grávidas não eram contratadas ou mandadas embora assim que se soubesse do futuro rebento (TELES, 1999).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, o país viveu um movimento industrial sem precedentes, às mulheres proporcionou-se maior nível educacional e decorrente profissionalização. Embora o número de mulheres no mercado de trabalho na segunda metade do século XX tenha crescido consideravelmente, elas ainda exerciam funções ditas femininas, como professoras, secretárias, domésticas e vendedoras. Caso conseguissem alcançar uma profissão com função predominantemente masculina, tinha salário inferior ao deles. Esta marginalização é justificada em termos de concepções tradicionais dos papéis femininos.

Se em 1950, a proporção de trabalhadoras mulheres era de 13,5%, em 1970 quase dobra esse número (20,8%), e seis anos mais tarde (1976) a porcentagem de mulheres economicamente ativas atinge 28,8%. Em 1985, chegou a quase 37%, ou seja, triplicou em apenas 15 anos. Apesar de ainda representar cerca de metade dos homens inseridos no mercado de trabalho, o crescimento relativo das trabalhadoras foi muito superior ao do sexo oposto. (TELES, 1999, p. 57).

As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pelo início da reinvenção da família, ocorrida pelo fato da mulher estar cada vez mais saindo de casa para ir buscar a sua autonomia financeira e, sobretudo, pela introdução do uso de contraceptivos. O remédio proporcionou à mulher maior liberdade sexual e o controle da natalidade. Em 1977, a lei garantiu o divórcio, e, provocou-se, assim, a desorganização da família tradicional. O número de casamentos legalizados caiu e, em 1988, o termo concubinato, tido até então como um tipo de relacionamento depreciativo, foi substituído por união estável. Entre 1970 e 1980 o número de filhos caiu de 5,8 para 2,0. Em 2012 já era 1,8 (DEL PRIORE, 2013). É neste momento, quando a mulher começou a transformar sua posição na família, que mudou, também, a sua posição na sociedade. “Quando a mulher liberta-se do casamento pelo trabalho, ela não aceita mais a sujeição com docilidade (BEAUVOIR, 2009, p. 154)”.

Em relação à família, desaparecem quase por completo os aspectos sagrados do casamento, que passa a ser resultado sobretudo de um acordo de vontades, de um contrato entre livres e iguais. Essa transformação tem, por certo, um potencial libertador: o direito da mulher à igualdade, a valorização do prazer sexual integrado aos sentimentos, a busca de autenticidade entre os parceiros, a construção da vida comum pelo diálogo afetuosos. (NOVAIS; SCHWARCZ, 1998, p. 652).

Com a revolução pós-industrial e o efeito da globalização, o envolvimento da mulher na força de trabalho aumentou consideravelmente. Isso porque, as novas tecnologias proporcionaram também maior concorrência no mercado. As novas economias industrializadas se beneficiam do baixo salário que elas recebem em diversos tipos de cargos. Além disso, elas já provaram que podem exercer qualquer função e que o fator biológico não tem nada a ver com alteração na sua capacidade (CASTELLS, 2008). A formação profissional passou a ter valor para as mulheres, que investiram cada vez mais em sua própria educação, para assim concorrer no mercado de trabalho. Desse modo, elas tendem a casar e ter filhos mais tarde, pois a preocupação com seu saber tem preferência. “A construção de si e o desenvolvimento pessoal tornaram-se prioridade no final do século XX” (DEL PRIORE, 2013, p. 72).

A igualdade só se poderá restabelecer quando os dois sexos tiverem direitos juridicamente iguais, mas essa libertação exige a entrada de todo o sexo feminino na atividade pública. “A mulher só se emancipará quando puder participar em grande medida social na produção, e não for mais solicitada pelo trabalho doméstico senão numa medida insignificante. E isso só se tornou possível na grande indústria

moderna, que não somente admite o trabalho da mulher em grande escala como ainda o exige formalmente...”. (BEAVOUIR, 2009, p.71).

Apesar de a emancipação feminina ter, de certo modo, desestruturado a ordem social, há ainda que incorporar condições políticas e sociais para que tenha fim a dominação masculina e seus tipos de violência.

2.2 IDENTIDADE E ESTEREÓTIPO FEMININO

Por meio do levantamento traçado anteriormente, pode-se considerar que, a cultura brasileira foi diretamente construída com interferências patriarcais. Isto se deve ao fato de os países latinos terem um processo de colonização marcado pela exploração, formando assim, uma cultura opressora. No caso da mulher, principalmente a latino-americana, que sob colonização ibérica, herdou os costumes de suas antepassadas europeias, como trabalhos caseiros e atividades religiosas. Desse modo, não participou da organização do novo mundo de modo ativo, mas marginalmente (MURARO, 1971).

Desta maneira, os colonizadores utilizaram-se da dominação para poder instalar-se no Brasil e daqui tirar proveito, sobretudo, economicamente. Como aponta Muraro (1971, p.41), “na ordem da dominação a atitude fundamental é usar os outros como objetos, coisas”, ocasionando assim uma sociedade competitiva, onde o poder é a máxima suprema da política. Na relação entre homem e mulher, não foi diferente, um considera o outro como objeto de prazer ou de dominação. Assim, a mulher foi subordinada ao homem, por ser considerada um ser inferior a este, e possuía certas regras e papéis a serem seguidos: “em primeiro lugar, o comportamento feminino não é biológica nem psicologicamente predeterminado, mas é, sobretudo, um dado cultural” (MURARO, 1971, p.108).

Longe de as necessidades da reprodução biológica determinarem a organização simbólica da divisão social do trabalho e, progressivamente, de toda a ordem natural e social, é uma construção arbitrária do biológico, e particularmente do corpo, masculino e feminino, de seus usos e de suas funções, sobretudo na reprodução biológica, que dá fundamento aparentemente natural à visão androcêntrica da divisão de trabalho sexual e da divisão sexual do trabalho e, a partir daí, de todo o cosmos. (BOURDIEU, 2012, p.33).

Esta dominação provocou danos na construção da identidade feminina, afetada por estigmas que são enfrentados até hoje. A construção da identidade é um elemento que depende sua formação da cultura obtida, processada e reorganizada de acordo com a sociedade.

A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e

por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espaço. (CASTELLS, 2008, p.23).

Assim, o patriarcalismo foi essencial para a construção da identidade legitimadora, aquela que se origina a partir das instituições de poder. Culminou na subordinação feminina, que tinha a permissão masculina como ponto de referência para o que podia ou não fazer. Dotada de dependência, a mulher desde que virou escrava do homem sofreu estigmas pelo simples fato de ter nascido mulher.

De acordo com Goffman (1988), o termo estigma é um atributo depreciativo, de inferioridade.

Os gregos, que tinham bastante conhecimento de recursos visuais, criaram o termo estigma para se referirem a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os apresentava. [...] Atualmente, o termo é amplamente usado de maneira um tanto semelhante ao sentido literal original, porém é mais aplicado à própria desgraça do que à sua evidência corporal. (GOFFMAN, 1988, p.5).

Por exemplo, como ressaltado anteriormente, a questão biológica, base para a dominação, foi um dos argumentos usados para segregar as mulheres, principalmente em relação ao espaço público, gerando um estigma social. Sendo assim, o indivíduo estigmatizado é tido como inabilitado para aceitação social plena, especialmente, por conta de sua identidade social. Esta representa os atributos inerentes que cada pessoa possui, perceptíveis nas relações sociais, sendo a imagem que o indivíduo apresenta sobre si no trato social. Além disso, construímos a identidade social de outros a partir das representações e dos preconceitos que temos.

[...] a informação social transmitida por um símbolo pode estabelecer uma pretensão especial a prestígio, honra ou posição de classe desejável - uma pretensão que não poderia ter sido apresentada de outra maneira ou, caso o fosse, não poderia ser logo aceita. (GOFFMAN, 1988, p.40).

A mulher sofre preconceito e é estereotipada somente por ser mulher. Seu sexo, definido como frágil, fez com que ela tenha sido considerada incapaz de realizar diversas atividades por muito tempo. “Preconceito de raça e sexo desempenham, pois, um papel relevante quer na conservação do domínio do homem branco, quer na acumulação do capital” (SAFFIOTI, 1979, p.47). Além disso, ela tinha que ter comportamentos tradicionais às épocas, para que fosse aceita pela sociedade. Então, ela precisava ter uma informação social, que transmitisse o que ela era para os outros e, assim, estes pudessem reconhecê-la como uma mulher digna. “A manipulação do estigma é uma ramificação de algo básico na sociedade, ou

seja, a estereotipia ou o "perfil" de nossas expectativas normativas em relação à conduta e ao caráter" [...] (GOFFMAN, 1988, p.46).

Para fins de dominação, principalmente, a masculina, a estigmatização se fez pertinente na medida em que agia como ferramenta que auxiliasse o controle do homem sobre a mulher:

A estigmatização daqueles que têm maus antecedentes morais pode, nitidamente, funcionar como um meio de controle social formal; a estigmatização [...] tem funcionado, aparentemente, como um meio de afastar essas minorias de diversas vias de competição; e a desvalorização daqueles que têm desfigurações físicas pode, talvez, ser interpretada como uma contribuição necessidade de restrição à escolha do par. (GOFFMAN, 1988. p.118).

Hoje em dia, por conta de muitos avanços sociais, a questão feminina não é tão estigmatizada como já foi um dia, porém, ainda há um longo caminho a ser trilhado para que estereótipos sejam quebrados, e isto só é alcançado através do contato social que derruba as barreiras do preconceito.

Os preconceitos, aparentemente retardadores da implantação da ordem capitalista, funcionam, no fundo, como fatores auxiliares ponderáveis da conservação dessa mesma ordem. É limitando, através do uso cuidadoso de imagens estereotipadas, o grau e a extensão da integração de certas categorias sociais no sistema de produção de bens e serviços que este se resguarda de possíveis rupturas de equilíbrio, mantendo suportáveis as tensões que gera. (SAFFIOTI, 1979, p.52).

Há de se ressaltar que a identidade, por ser composta por diversos fatores e instituições, também não permanece a mesma, ela é mutável, está em transformação contínua. Assim, com o desenvolvimento da sociedade e, a globalização, estamos vivendo na era do multiculturalismo, ou seja, hoje, a identidade está em movimento, por estarmos expostos a várias comunidades de ideias e princípios variados. Estamos passando da fase "sólida" da modernidade para a fase fluída. As estruturas não duram muito tempo e as identidades não fogem disso (BAUMAN, 2005).

Esta crise, afirma Hall (2006), tem abalado às estruturas da sociedade e os quadros de referências que os indivíduos se ancoravam. A identidade formada pelas instituições de poder; classificada por Castells (2008) como identidade legitimadora; sofreu grave crise, sobretudo, por conta da crise familiar; e, conseqüente, crise do patriarcalismo. O rompimento com a essas instituições abre espaço para a reconstrução de significados, portanto, de identidades (CASTELLS, 2008).

A globalização atingiu agora um ponto em que não há volta. Todos nós dependemos uns dos outros, e a única escolha que temos é entre garantir mutuamente a vulnerabilidade de todos e garantir mutuamente a nossa segurança comum. Curto e grosso: ou nadamos juntos ou afundamos juntos. Creio que pela primeira vez na história da humanidade o auto-interesse e os princípios éticos de respeito e atenção mútuos de todos os seres humanos apontam na mesma direção e exigem a mesma

estratégia. [...] Não vivemos o fim da história, nem mesmo o princípio do fim. Estamos no limiar de outra grande transformação: as forças globais descontroladas, e seus efeitos cedos e dolorosos, devem ser postas sob o controle popular democrático e forçadas a respeitadas e observar os princípios éticos da coabitação humana e da justiça social. (BAUMAN, 2005, p.95).

No século XXI, a mulher brasileira ainda está distante de ter se desprendido totalmente de certos costumes já enraizados na nossa cultura. Ela ainda continua a sofrer prescrições, “diferentemente do passado, na qual quem mandava era o marido, hoje o algoz não tem rosto. O algoz é a mídia. São os cartazes da rua. O bombardeio de imagens na televisão” (DEL PRIORE, 2013, p.142). Essas transformações decorrentes da modernidade libertaram o indivíduo, e abalaram a sociedade, das antigas instituições de poder, que eram tidas até então estáveis, e abriram espaço para o agrupamento de diversos fatores provenientes de diversas culturas, formando identidades cada vez mais diversificadas e adaptáveis.

A partir de todo o panorama mencionado até aqui, podemos corroborar junto a Beauvoir (2009, p.148) que; “toda a história das mulheres foi feita pelos homens”. Abordaremos no próximo capítulo a emancipação da mulher, os movimentos feministas como forma de protesto político e o empoderamento feminino como ponto de partida para a conquista do espaço público.

3. EMPODERAMENTO FEMININO, ESPAÇO PÚBLICO E A POLÍTICA

Antes de falar como a mulher atualmente está em diversos espaços públicos, incluindo os de poder, vamos ilustrar como ela conseguiu alcançar esses novos espaços. Para isso, é necessário fazer um resgate do movimento feminista. Este é o principal influenciador que abriu portas e fez com que as mulheres tomassem ciência do que elas poderiam realmente fazer.

Como ponto de partida, vamos demonstrar como o movimento feminista estadunidense e europeu impactaram as ações desenvolvidas no Brasil. Depois disso vamos elucidar como este movimento contribuiu para a participação feminina na política.

Apesar de grandes avanços, ainda há um longo caminho a ser trilhado rumo à desigualdade de gênero.

3.1 A LUTA PELA IGUALDADE

O movimento feminista nada mais é a luta pela igualdade entre homens e mulheres. Segundo Castells (2008, p.210), feminismo é o “compromisso de pôr fim à dominação masculina”. Ou seja, o movimento feminista se “caracteriza na luta pela transformação da condição da mulher na sociedade” (PINTO, 2003, p.11). Desse modo, este movimento começou para lutar e abrir portas que antes eram negadas às mulheres. Durante muito tempo a história das mulheres foi reduzida ao relato superficial, estereotipado e sub-representado feito pelos homens. Isto porque elas eram obrigadas a se calarem, a viver no silêncio, mantidas e tidas muitas vezes como perigosas. “Pois a mulher é uma rebelde em potencial, uma chama dançante, que é preciso capturar, impedir de escapar” (PERROT, 2007, p.135).

Dentro desse aspecto, a educação foi fundamental para dilacerar as barreiras entre o mundo privado e público. Por muitos anos esse direito foi negado já que “o saber é contrário à feminilidade” (PERROT, 2007, p.91). A imprensa também corroborou para essa abertura, de forma lenta e gradual, mas foi um elemento que deu voz à democratização dos espaços. As mulheres usavam muitas vezes o jornal como forma de expor sua luta (ALVES, 1980).

É por meio do saber que a história das mulheres tem uma reviravolta. No século XIX e começo do XX ainda eram poucas as que tinham acesso à educação, sobretudo, destaca-se a escolarização das meninas de classe mais alta. A partir da segunda metade do

século XX é que o ingresso das mulheres começou a se efetivar. Atualmente, elas são maioria em grau de instrução do que eles (PERROT, 2007).

Mas, antes da revolução das letras, já se tem uma movimentação em prol da libertação feminina. Durante a Revolução Francesa, no século XVIII, já foi possível identificar mulheres que lutaram por seu direito à cidadania e tentavam sair do limite do privado (PINTO, 2003). Entretanto, embora este século seja marcado pelo iluminismo e por revoluções liberais, e o projeto dos iluministas eram melhorar o ser humano por meio da cultura e do conhecimento, isso não contemplava as mulheres. Os famosos filósofos desta época, como Voltaire, Montesquieu, Rousseau³, entre tantos outros, “percebiam as mulheres como pessoas dotadas de uma razão inferior ou mesmo como irracionais” (AUAD, 2003, p.40).

Ainda assim, a Revolução Francesa teve participação efetiva das mulheres. Um exemplo é a atuação de Olympe de Gouges, em 1789, que publicou a Declaração dos Direitos da Mulher e do Cidadão, que afirmava que as mulheres têm os mesmos direitos que os homens, e, por isso, deveriam desfrutar dos mesmos benefícios e atribuições. Seu projeto foi vetado pelo parlamento francês, Olympe foi guilhotinada por ser tão a frente do seu tempo, e, sobretudo, ter atitudes masculinas.

Todavia, a revolução foi dirigida pela burguesia em ascensão cujos interesses residiam, de um lado, na eliminação dos privilégios feudais e, do outro, na manutenção das regalias masculinas. Em outros termos, a palavra de ordem da revolução não era apenas burguesa; era burguesa e masculina. [...] Outras mulheres tentariam romper as barreiras que se lhes opunham, combatendo através de jornais e clubes. Os primeiros, porém, têm existência efêmera e os segundos são absorvidos pelos clubes masculinos, consolidando-se uma ordem social na qual as mulheres continuariam marginalizadas da vida política, inferiorizadas socialmente, em posição subalterna no grupo familiar e teriam de competir em desigualdade de condições com os homens pelas oportunidades econômicas. (SAFFIOTI, 1979, p.107).

Na Europa, principalmente na Inglaterra surgem protestos quanto à condição da mulher. A famosa publicação *Vindication of the Rights of Women* (Uma Reivindicação pelos Direitos da Mulher) de Mary Wollstonecraft, em 1792, pregava ideias revolucionárias para aquele tempo, na medida em que “responsabilizava a educação pelas deformações da personalidade feminina e reivindicava, para a mulher, a possibilidade de frequentar as mesmas escolas que os homens, a fim de capacitá-la a levar uma existência independente” (SAFFIOTI, 1979, p.113).

³Os filósofos iluministas defendiam a liberdade, a igualdade e a fraternidade. Foram importantes para o movimento iluminista por colocar a razão acima da religião.

Já nos Estados Unidos, a luta pelo fim da escravidão, no século XIX, com ideais políticos liberais, despertou nas mulheres a vontade de modificar a situação marginalizada em que os negros viviam. Acreditavam que com o fim da submissão de uma minoria, as outras também alcançariam a liberdade. Além disso,

No movimento abolicionista aprenderam a reconhecer seus interesses e a se organizar para defendê-los. Na década de 1830 floresceram dezenas de associações femininas abolicionistas, verdadeiros ensaios para a futura organização do movimento pelos direitos da mulher. Entretanto, já neste período se delineava a resistência masculina à causa da mulher, prenúncio dos conflitos que levariam à separação dos dois movimentos e à formação de um movimento especificamente dedicado ao feminismo. (ALVES, 1980, p.67).

Foi nessa perspectiva; que, em 1868, surgiu a National Woman Suffrage Association (Associação Nacional Mulheres Sufragistas), fundada por Elizabeth Cady Stanton e Susan B. Anthony, em Nova Iorque. A associação tinha como objetivo lutar por uma emenda constitucional que garantisse o voto feminino para as americanas. Cabe ressaltar que esta não foi a única associação/grupo em prol do sufrágio feminino, porém, ganhou certa respeitabilidade, que foi fundamental para as estratégias de reivindicações das mulheres (ALVES,1980).

Entretanto, a notoriedade dessa associação está relacionada à influência que exerceu para os movimentos feministas brasileiros, sobretudo, o movimento liderado por Bertha Lutz⁴. O movimento americano feminista, principalmente o desenvolvimento pela National Woman Suffrage Association, serviu diretamente para as ideias e táticas desempenhadas em solo brasileiro.

No século XIX, a querela do feminismo torna-se novamente uma querela de sectários; uma das consequências da revolução industrial é a participação da mulher no trabalho produtor: nesse momento, as reivindicações feministas saem do terreno teórico, encontram fundamentos econômicos; seus adversários fazem-se mais agressivos. Embora os bens de raiz se achem em parte abalados, a burguesia apega-se à velha moral que vê, na solidez da família, a garantia da propriedade privada: exige a presença da mulher no lar tanto mais vigorosamente quanto sua emancipação torna-se uma verdadeira ameaça; mesmo dentro da classe operária os homens tentaram frear essa libertação, porque as mulheres são encaradas como perigosas concorrentes, habituadas que estavam a trabalhar por salários mais baixos. (BEAUVOIR, 2009, p.24).

Desse modo, “no mundo ocidental, o feminismo nasce na virada do século XVIII para o XIX, como um filho indesejado da Revolução Francesa” (MIGUEL; BIROLI, 2014, p.20).

O crescente capitalismo junto à Revolução Industrial pedia cada vez mais a participação feminina nas fábricas e fora de casa. A partir do engajamento feminino no

⁴Importante figura do feminismo e da educação no Brasil do século XX.

trabalho nas fábricas, principalmente, é que as mulheres começam a fervilhar contra os abusos que sofriam por parte dos patrões. Baixos salários e condições insalubres eram rotina para elas. Entretanto, “a revolução Industrial explorou o trabalho feminino, mas por outro lado, rompeu a clausura do lar” (ALVES, 1980, p. 54).

Nesse sentido, a mulher passou a desempenhar a dupla jornada, dividindo-se entre trabalho doméstico e trabalho assalariado. Assim começa a história da luta trabalhista, que junto à causa sindicalista, gerava um conflito entre homens e mulheres. Justamente porque esses não aceitavam a ideia do trabalho feminino, achando que a mão-de-obra feminina fazia competição com o deles, por esta ser mais barata. “Os movimentos feministas começam em meados do século XIX, nas sociedades industrializadas, e recomeçam depois da Segunda Guerra, período de grande expansão capitalista, também a partir dos países centrais” (ALVES, 1980, p.62).

A partir dos fatos expostos até aqui, pode-se perceber que não houve uma linearidade no movimento feminista. Pelo contrário, como alguns autores se referem, ele “age em movimentos súbitos, em ondas” (PERROT, 2007, p.155).

Portanto, é possível apontar que a “primeira onda” do movimento feminista, que teve início na segunda metade do século XIX e só acabou com a conquista do voto, foi caracterizado na luta pelo direito ao saber, e, também na luta pelos direitos civis e políticos. “O programa dessa primeira fase do feminismo tinha como eixos a educação das mulheres, o direito ao voto e a igualdade no casamento, em particular o direito das mulheres casadas a dispor de suas propriedades” (MIGUEL; BIROLI, 2014, p.21).

Vale ressaltar que a instrução, muito mais do que educação tem por “objetivo exclusivo permitir o livre desenvolvimento da mulher como ser racional, fortalecendo a virtude por meio do exercício da razão e tornando-a plenamente independente” (WOLLSTONECRAFT, 2001 *apud* MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 21).

Em muitos países a conquista do voto se deu longo da primeira metade do século XX, como aconteceu, por exemplo, na Inglaterra em 1918, Estados Unidos 1920, no Brasil em 1934 e na França em 1944 (ALVES, 1980). A Nova Zelândia foi o primeiro país a homologar o sufrágio feminino em 1893 (AZEVEDO; RABAT, 2012). “Portanto, é apenas no século XX que o movimento feminista adquire características de ação política, com um discurso próprio sobre a luta das mulheres” (AUAD, 2003, p. 43).

Apesar da efervescência por conquistar esses direitos, após a década de 1930, o movimento perdeu força, e só voltou com maior força nos anos 60. Dentro deste espaço de 30

anos surgiu mais uma célebre obra. “O Segundo Sexo” de Simone de Beauvoir estabelece uma das máximas do feminismo: “não se nasce mulher, se torna mulher” (PINTO, 2010).

À medida que suas bandeiras são conquistadas, “a mulher é confrontada com a necessidade de se emancipar da emancipação, se ela realmente deseja ser livre” (GOLDMAN, 2013 *apud* MIGUEL; BIROLI, 2014, p.24). Assim, surgiu a “segunda onda”, identificada a partir de 1960, quando havia a luta pela liberdade e autonomia das mulheres. Começaram as discussões sobre divórcio, sobre aborto, e também a conquista da autonomia reprodutiva. Os métodos anticoncepcionais marcaram a independência feminina perante o papel reprodutor que desde muito tempo foi considerado primordial ao seu sexo. “As mulheres redescobrem seu corpo, seu sexo, o prazer, a amizade e o amor entre as mulheres, a fraternidade, a homossexualidade” (PERROT, 2007, p.160).

Durante a década, na Europa e nos Estados Unidos, o movimento feminista surge com toda a força, e as mulheres pela primeira vez falam diretamente sobre a questão das relações de poder entre homens e mulheres. O feminismo aparece como um movimento libertário, que não quer só espaço para a mulher – no trabalho, na vida pública, na educação -, mas que luta, sim, por uma nova forma, de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo. (PINTO, 2010, p.16).

Novos caminhos foram traçados a partir da década de 70. No ano de 1975, na I Conferência Internacional da Mulher, no México, a ONU (Organização das Nações Unidas) decretou o Ano Internacional da Mulher e os próximos dez anos como a década da mulher. Isso abriu caminhos para “refletir sobre as mulheres em variados contextos e ampliar a ação dos grupos pioneiros. Foi um ano marcante, pois, possibilitou visibilizar a presença das mulheres e a necessidade de refletir seus problemas a partir delas próprias” (FERREIRA, 2014, p.2213).

Já em 1980 a ONU propôs o Programa de Copenhague, que teve como objetivo fazer uma série de recomendações de ações a serem desenvolvidas pelos países, a fim de tornar a realidade feminina mais compatível com a dignidade humana e o bem-estar da sociedade (BARROSO, 1982).

No ano de 1995 foi elaborado o relatório da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, na China, com o propósito de estabelecer a “necessidade de fundar uma escola onde homens e mulheres, meninos e meninas sejam tratados/as igualmente e encorajados/as a explorar seu potencial, respeitando a liberdade de pensamento, de consciência, de religião e de crença” (AUAD, 2003, 94). O projeto tem como objetivo eliminar as discriminações contra as mulheres e de desigualdades entre mulheres e homens.

“Na década de 1990, o trabalho das feministas expressou-se principalmente por meio de Organizações Não Governamentais (ONGs)” (GOMES, 2014, p.31). Há também uma crescente institucionalização do movimento, além da especialização das organizações feministas. Isto faz com que contribua para “enriquecer o movimento e produzindo uma classe de especialistas que exercem a função de interlocutoras com os poderes constituídos” (GOMES, 2014, p.32).

No século XXI novas bandeiras começam e outras continuam a serem carregadas pelo movimento, tais como o aborto, a autonomia feminina, a ideologia de gênero, e há ainda presente, mesmo que já enfraquecida, dominação e opressão masculina.

A questão do aborto ainda é discriminada em alguns lugares no mundo, como no Brasil, por exemplo. Mas é essencial para que “o acesso a informações e recursos que permitam que as mulheres escolham se e quando serão mães é, por essa ótica, como na dos direitos reprodutivos, fundamental para uma maior igualdade com os homens” (MIGUEL; BIROLI, 2014, p.124).

Além disso, as discussões sobre ideologia de gênero podem romper com paradigmas que só contribuem para fomentar estereótipos e preconceitos:

A solução encontrada para o problema passou pela distinção entre sexo e gênero, que se tornou central para o feminismo, com o primeiro termo se referindo ao fenômeno biológico e o segundo, à construção social. (...) o gênero “é a organização social da diferença sexual”, o que não significa que reflita algo fixo; ao contrário, “gênero é o conhecimento que estabelece sentidos para as diferenças físicas”. Entendido dessa forma, gênero não é uma “identidade”, mas uma “posição social e atributo das estruturas sociais”. (MIGUEL; BIROLI, 2014, p.79).

Mesmo depois de tantos avanços e conquistas por meio do movimento feminista, ainda “há a mentalidade atrasada de que os homens devem controlar a vida das mulheres ao redor deles. Há a percepção preconceituosa de que mulher que usa roupa justa e curta está se oferecendo para os homens” (AUAD, 2003, p.81).

O movimento vem se transformando ao longo dos séculos, como foi possível notar até aqui, mas ainda tem-se um longo caminho até chegar à efetiva igualdade entre mulheres e homens. Talvez a chave para essa mudança esteja dentro de casa, nos laços familiares, uma vez que não “há sociedade justa na qual as relações na família sejam estruturalmente injustas; a democracia requer relações igualitárias em todas as esferas da vida, inclusive a familiar” (MIGUEL; BIROLI, 2014, p.36)

Desse modo, pode-se afirmar que o poder transformador do feminismo está ligado ao fato de ter se espalhado por todo o mundo. “À medida que as culturas nacionais tornam-se expostas à influência externas, é difícil conservar as identidades culturais intactas ou impedir

que elas se tornem enfraquecidas através do bombardeamento e da infiltração cultural” (HALL, 2006, p.74).

Por meio desta consideração, vamos explicar como o movimento feminista, tanto europeu quanto estadunidense, tiveram grandes influências sob o movimento feminista no Brasil.

3.2 MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL

No Brasil, assim como aconteceu nos Estados Unidos, a luta abolicionista também teve certo apoio das mulheres. Nesse sentido, o nome de Nísia Floresta Brasileira Augusta; aparece como uma das primeiras feministas do país, ainda no século XIX. Defendeu a abolição, ao lado de propostas como da educação e emancipação da mulher.

Nascida em 1809, no Rio Grande do Norte, dedicou-se ao magistério, publicou alguns livros e traduziu o livro de M. Wollestonecraft, *Direito das Mulheres e Injustiças dos Homens*, 1852. No Rio de Janeiro, em 1838, fundou um colégio exclusivo para a educação de meninas. Mudou-se para a Europa, por ter sido vítima de críticas da imprensa, que não compreendia nem aceitava suas ideias. (TELES, 1999, p.30).

Além disso, um elemento que auxiliou o processo pela conquista da emancipação feminina foram os jornais. No Brasil, em meados do século XIX surgiram os “primeiros jornais editados por mulheres que incentivaram a estimular as potencialidades femininas” (TELES, 1999, p.33). Esses tinham o papel de conclamar as mulheres à luta pelos direitos trabalhistas, sobretudo, pela regulamentação do trabalho feminino.

Logo na primeira década do século XX começaram os movimentos em prol do direito ao voto feminino. Neste período também apareceram as greves que reivindicavam melhorias trabalhistas, reprimidos com violência e prisões. Já em 1910, a professora Leolinda Dalho, primeira mulher a projetar no país a questão do sufrágio feminino, criou o Partido Republicano Feminino. Este defendia que os “cargos públicos fossem abertos para todos os brasileiros, sem distinção de sexo” (TELES, 1999, p.43). Porém, “(...) não defendiam apenas o direito ao voto, mas falavam da emancipação e da independência. Atribuía à mulher qualidades para exercer a cidadania no mundo da política (o patriotismo) e no do trabalho” (PINTO, 2003, p.18). O Partido surgiu em uma época em que a classe média e alta buscava se unir à causa feminista de todo o mundo, a conquista do direito ao voto. Isto porquê, pela maioria das constituições a mulher não tinha esse direito, ou melhor:

Tal era o menosprezo às mulheres, consideradas seres inferiores, ou crianças, que as Constituições latino-americanas do século XIX sequer proibiam o voto feminino,

pois o título de cidadão era somente dado aos homens. Quando as mulheres resolveram, então, efetivas o direito de voto, algumas Constituições sofreram mudanças para estabelecer expressamente que a mulher não podia votar. (TELES, 1999, p.40).

Desse modo, o movimento feminista foi uma das mais importantes revoluções do século XX. Ele possibilitou a ruptura das mulheres de sua condição milenar de dominação, proporcionou o direito de escolha. A entrada da mulher no mercado de trabalho, sua independência econômica e a autonomia quanto à reprodução; provocaram uma crise nas referências simbólicas organizadoras da sociedade moderna (ARÁN, 2003).

Assim, seu início no Brasil foi efetivamente a partir do início deste século. O nome de Bertha Lutz certamente é visto como a precursora do movimento feminista no Brasil. Bertha era filha de enfermeira com um cientista, formou-se em biologia em Paris. Ao retornar ao país, passou a exercer o cargo de bióloga por concurso no Museu Nacional (PINTO, 2003). Bertha começou a se engajar nesta luta quando visita Londres, pouco antes da Primeira Guerra Mundial (1914). “Bertha Lutz transforma-se na primeira pregadora, através da imprensa e da tribuna, da emancipação feminina” (SAFFIOTI, 1979, p.257). Nos anos seguintes participou de conferências internacionais com o objetivo de aliviar a sobrecarga e a exaltar causa feminina.

Regressando dos Estados Unidos, onde participara, como delegada do Brasil, da Conferência Pan-Americana de Baltimore, Bertha Lutz, que ali mantivera contato com a feminista Mrs. Carrie Chapman Catt, fundou a primeira sociedade feminista brasileira. Não só o contato de Bertha Lutz com Mrs. Catt fora importante, como desencadeador imediato da organização das mulheres para a defesa de seus interesses; a presença de Mrs. Catt seria o agente catalisador utilizado, quando da instalação oficial da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, em 1922, no Rio de Janeiro, associação em que se transformara a inicial sociedade feminista fundada pouco antes. (SAFFIOTI, 1979, p.258).

Assim, o feminismo brasileiro nasceu sob influência norte-americana. A Federação tinha como objetivos sete itens, entre eles: promover a educação para a mulher, estimular a sociabilidade e de cooperação, orientar na profissão, garantir direitos políticos e prepará-las para exercê-los, proteger as mães e a infância, obter garantias legislativas e práticas para o trabalho feminino e estreitar os laços entre países americanos a fim de garantir a paz e a justiça no hemisfério ocidental (SAFFIOTI, 1979). A luta pelos direitos políticos foi o item primordial e teve “maior importância”. Formada por mulheres da elite, a Federação tinha fácil acesso aos políticos, já que era composta por membros com inserção social e cultural.

Em suma, se a luta das mulheres cultas e das classes dominantes se estruturava a partir da luta pelo voto, não era tão-somente porque esta se colocava como à luta do momento nos países centrais, mas também porque encontrava respaldo entre os

membros dessa elite e conseguia respeitabilidade até na conservadora classe política brasileira. Era, portanto, um feminismo bem-comportado, na medida em que agia no limite da pressão intraclasse, não buscando agregar nenhum tipo de tema que pudesse pôr em xeque as bases da organização das relações patriarcais. (PINTO, 2003, p.26).

Aproveitando-se da brecha constitucional, que não impedia explicitamente de que as mulheres fossem proibidas de votar e serem votadas, o governador do Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine, tornou igual, em 1927, para ambos os sexos neste Estado, os direitos políticos. Desse modo, esse momento foi essencial para a causa sufragista, uma vez que abriu precedentes para que as mulheres pudessem votar e serem votadas. Algumas mulheres começam a requerer seu alistamento em outros Estados. “O ano de 1928 foi de intensa movimentação e propaganda sufragista. (...) Várias mulheres votaram pela primeira vez no Brasil. Foi eleita no município de Lajes uma prefeita, Alzira Soriano” (ALVES, 1980, p.119). Apesar de fortalecer o movimento, este acontecimento não proporcionou a conquista do sufrágio efetivamente, já que a eleição foi contestada e revogada pelo Senado.

Após alguns anos, o Brasil conseguiu implementar o direito ao voto feminino em sua Constituição. Sendo o primeiro país latino a alcançar tal feito. (BARROSO, 1982).

Mas é somente após a revolução de 1930 que o direito ao voto é assegurado às mulheres, no Código Eleitoral de 1932. Após a eleição da Assembleia Constituinte de 1934, para a qual se apresentaram três candidatas em São Paulo, saindo eleita Carlota Pereira Queiroz, e uma do Distrito Federal, Bertha Lutz, que ficou como suplente, o voto feminino passou a figurar na Constituição Brasileira, no artigo 108. A partir desta vitória, as emancipacionistas brasileiras passam a lutar por novos objetivos, entre os quais se destaca a aprovação do Estatuto da Mulher, projeto de lei de Bertha Lutz na Câmara Federal, quando ela preencheu a vaga que se criaria na bancada do Partido Autonomista, ao qual pertencia. (BARROSO, 1982, p.149).

O sufrágio feminino representava muito mais do que o direito de serem consideradas cidadãs. “O direito do voto, é, pois, visto como um meio de se pressionarem os partidos políticos a considerar a opinião das mulheres” (SAFFIOTI, 1979, p.124). Desse modo, era previsto para as mulheres que, a partir disso a pauta feminina, e, sobretudo, a agenda feminista, ganharia força por finalmente ter como eleger suas representantes. Contudo, “a obtenção do direito ao voto, mais de um decênio antes que a França, não levou, todavia, a mulher a participar significativamente da esfera política. Nada há a estranhar, entretanto, pois se trata de fenômeno corrente nas sociedades de classes” (SAFFIOTI, 1979, p.274). “Nessa época, ocorreram campanhas sistemáticas contra as mulheres, estampadas nas páginas da grande imprensa e endossadas em diversos espaços da vida social. As feministas eram ridicularizadas e vistas como incapazes de ocupar postos eletivos públicos” (SENADO, 2013, p.15).

Apesar dessa conquista, que foi a maior bandeira do movimento brasileiro até então, depois dela, as sufragistas se desmobilizaram (TELES, 1999). A Federação fundada por Bertha Lutz perdeu completamente seu espaço. Voltou em 1945, com a redemocratização, mas não teve mais expressão no cenário brasileiro. Isto porque “o golpe de 1937 matou o embrião da organização da sociedade civil brasileira nesse período” (PINTO, 2003, p.38).

Esta interrupção cível atrapalhou o desenvolvimento do movimento feminista, e, durante duas décadas, houve diversos movimentos de mulheres no país. Neste período surgiu, por exemplo, a Federação de Mulheres do Brasil, que teve luta ativa, criando assembleias, congressos e uma Conferência Latino-americana, além de filias espalhadas pelo Brasil. Teve fim logo no início do governo de Juscelino Kubitschek, no final dos anos 50, que fechou várias associações femininas, tendo suas atividades proibidas juridicamente (SAFFIOTI, 1979). Segundo Saffioti (1979), Juscelino teria tomado tal atitude “por pressão de grupos empresariais e de senhoras pertencentes às camadas privilegiadas” (1979, p. 278).

Em consequência disso, uma lei promulgada em 1962 colocava a mulher na mesma condição dos selvagens e alienados. Essa situação piorou a partir do golpe militar. “O movimento militar de 1964 veio novamente interromper o processo de organização dos grupos e classes sociais e, no que toca às mulheres, o projeto do novo Código Civil bem reflete esse recuo, (...) pautado segundo mentalidade patriarcal” (ALVES, 1980, p.128). Isto pode ser explicado pelo fato de que “o autoritarismo tornam frágeis às conquistas femininas, sua ideologia traz retrocessos” (SAFFIOTI, 1979, p. 127).

Entretanto, mesmo com este cenário hostil ao movimento, ocorreram “(...) as primeiras manifestações feministas no Brasil na década de 1970. O regime militar via com grande desconfiança qualquer manifestação de feministas, por entendê-las como política e moralmente perigosas” (PINTO, 2010, p.16 e 17). Só em 1975, com o Ano Internacional das mulheres, foi que as brasileiras retomaram o movimento feminista, integradas ao movimento democrático (TELES, 1999).

O Ano Internacional da Mulher constitui um ponto de referência fundamental para a compreensão do movimento de mulheres no Brasil de hoje. A iniciativa da ONU foi particularmente importante para as mulheres brasileiras, por ter propiciado um espaço de discussão e organização, numa conjuntura política marcada pelo cerceamento das liberdades democráticas. Assim, 1975 foi um ano em que as mulheres, principalmente nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, puderam falar de seus problemas específicos e dar os primeiros passos no sentido de ampliar este debate para outros setores sociais. (BARROSO, 1982, p.163).

No final desta década surgiu o Movimento Feminino pela Anistia, que teve papel importante na luta pela anistia dos presos políticos da ditadura, que se concretizou em 1979.

Enquanto isso, fora do Brasil, as exiladas tiveram contato com o feminismo europeu, que nesta época já tinha grande força, abordando temas como as relações de poder entre homens e mulheres. Isto serviu, para quando estas mulheres retornaram ao país, com novos debates, novas bandeiras para o movimento brasileiro (PINTO, 2010).

A partir de 1979, o processo de formação de grupos acelera-se e ganha mais representatividade em termos nacionais. (...) A partir de 1980, em que o tema da violência sexual passou a ser debatido com maior intensidade, novas formas de organização tiveram origem, agrupando feministas independentes e feministas pertencentes a grupos. (BARROSO, 1982, p.166 e 167).

A partir daí; a luta ganhou caráter cotidiano. Ainda na década de 70 tem-se o fim do trabalho noturno, o divórcio vira lei, as domésticas ganham o direito às férias e muitos projetos, estudos e debates sobre a questão da mulher passam a ser pauta do movimento. Nos anos 80, a questão feminina atingiu os partidos políticos. Anteriormente, alguns homens dos partidos não deixavam que as mulheres dos partidos discutissem questões referentes à luta, por ser este um ambiente masculino (TELES, 1999). Além disso, houve a institucionalização do movimento junto ao Estado, a começar pela criação dos Conselhos de Mulheres, órgão estatal para cuidar dos direitos da mulher (PINTO, 2003).

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) teve curta duração, entre 1985 a 1989. Foi criado junto ao Ministério da Justiça, tendo sua presidente status de ministro. Formado por 17 conselheiras, nomeadas pelo ministro da Justiça, por um conselho técnico e por uma secretaria executiva, perdeu espaço no governo de Collor (1989). “Entretanto, sua maior e mais bem-sucedida intervenção aconteceu junto à Assembleia Nacional Constituinte, êxito concretizado na própria Constituição de 1988” (PINTO, 2003, p.72).

A fundação do SOS-Mulher em São Paulo abriu precedentes para que a questão da violência contra a mulher fosse debatida e ganhasse visibilidade na sociedade. Além disso, mostrou que esse tema não estava ligado à classe econômica, mas que acontecia e acontece em todas as camadas sociais. “No decorrer dessa luta, evidenciou-se não só a violência praticada contra a mulher como a conivência da sociedade e das autoridades constituídas, policiais e judiciárias, em relação a esse tipo de crime” (TELES, 1999, p.132). A vítima encontrava certa oposição e discriminação quanto aos seus relatos nas delegacias. Para poder sanar tal situação, em 1985 foi criada a primeira Delegacia Policial de Defesa da Mulher. Com isso, vieram à tona os vários crimes cometidos contra as mulheres.

Na Constituição de 1988, a bancada feminina do Congresso não tinha nenhum viés feminista. Porém, apresentaram 30 emendas sobre direitos femininos, englobando

praticamente todas as reivindicações do movimento feminista. Com o slogan “Constituinte para valer tem que ter direitos da mulher!”, o movimento fez pressão no Congresso para conseguir aprovar suas demandas.

A mobilização do movimento feminista durante os preparativos para a Constituinte e durante o próprio período dos trabalhos constituintes possivelmente é um dos melhores exemplos na então jovem democracia brasileira de organização da sociedade civil com o objetivo de intervir diretamente no campo político. (PINTO, 2003, p. 78).

O CNDM também teve papel fundamental na proposição da Constituinte. Dentre sua atuação destaca-se:

A “Carta das mulheres”, promovida pelo CNDM mas de autoria de uma conjunto muito amplo de mulheres chamadas a Brasília, foi o documento mais completo e abrangente produzido na época, e possivelmente um dos mais importantes elaborados pelo feminismo brasileiro contemporâneo. Está dividida em duas partes, a primeira propõe uma agenda que ultrapassa em muito os limites dos interesses corporativos das mulheres. Isso era especialmente importante por se tratar de uma intervenção a partir de um grupo que representava interesses de um movimento social tão específico. O documento defendia a justiça social, a criação do Sistema Único de Saúde, o ensino público e gratuito em todos os níveis, autonomia sindical, reforma agrária, reforma tributária, negociação da dívida externa, entre outras propostas. Na segunda parte, o documento detalhava as demandas em relação aos direitos da mulher no que se referia a trabalho, saúde, direitos de propriedade, sociedade conjugal, entre outros. (PINTO, 2003, p.75).

Como resultado, foi promulgada a Constituição que mais garante os direitos da mulher no mundo. Já na década de 90 o feminismo se difere daqueles das décadas de 70 e 80, que tinham grupos de reflexão, associações fortes, manifestações públicas e passa a ter pouca expressão na sociedade.

Ainda na última década do século XX, o movimento sofreu, seguindo tendências mais gerais, um processo de profissionalização, por meio da criação de Organizações Não-Governamentais (ONGs), focadas, principalmente, na intervenção junto ao Estado, a fim de aprovar medidas protetoras para as mulheres e de buscar espaços para a sua maior participação política. (PINTO, 2010, p.17).

Algumas ONGs trabalharam a fim de empoderar as mulheres e disseminar a cultura da igualdade. Algumas, inclusive, têm assento em conselhos, outras são interlocutoras de ministros e parlamentares (PINTO, 2003).

No século XXI, a violência contra a mulher alcançou mais um patamar. Em 2002, foi aprovado o Pacto Nacional de Combate a Violência contra a Mulher e dos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres, que tem como objetivo mostrar as transformações sobre a situação de subalternidade das brasileiras (FERREIRA, 2014). Com a amplificação das delegacias Especiais da Mulher espalhadas por todo país, “a maior conquista foi a Lei

Maria da Penha (Lei n.11 340, de 07 de agosto de 2006), que criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher” (PINTO, 2010, p. 17).

Em 2003 o presidente Lula criou a Secretaria de Políticas para as Mulheres, visando dar autonomia a políticas públicas voltadas para o segmento. Em 2015 a presidenta promulgou a medida provisória 696 que unia a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), Secretaria de Direitos Humanos e Secretaria Nacional de Juventude (SPM, 2016). No mesmo dia da posse de Temer, com a nova formação dos ministérios, a SPM voltou a funcionar separadamente. Dentro desse contexto, outro fato que gerou indignação de setores sociais de apoio às mulheres foi a extinção do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, criado por Dilma Rousseff. (NUNES; RAMOS; GUERRA, 2016, p.2).

A partir do panorama levantado aqui sobre o movimento feminista, é possível considerar que este foi um divisor de águas na vida das mulheres. Mudou as relações familiares, as relações sociais, entre mulheres e entre mulheres e homens. E, apesar da emancipação feminina ter, de certo modo, desestruturado a ordem social, há ainda que incorporar condições políticas e sociais para que tenha fim a dominação masculina e seus tipos de violências (ARÁN, 2003).

O feminismo se constrói a partir da resistência, da indignação, dos erros e dos acertos, das derrotas e das conquistas que fazem parte da história das mulheres brasileiras. É um movimento vivo. E é vivo porque é composto de mulheres de várias classes sociais, raças, etnias e idades. As lutas e estratégias dessas mulheres estão em permanente processo de recriação. Afinal, é preciso inventar todo dia um jeito novo e mais eficaz de superar a desigualdade entre homens e mulheres, pois a cada dia nascem diferentes formas de discriminação contra as mulheres, formas mais disfarçadas e sedutoras de submeter mulheres e homens à opressão. (AUAD, 2003, p.88).

Desta forma, “foi o feminismo que constituiu as mulheres como atrizes na cena pública, que deu forma a suas aspirações, voz a seu desejo. Foi um agente decisivo de igualdade e de liberdade. Logo, de democracia” (PERROT, 2007, p.162).

3.3 PARTICIPAÇÃO FEMININA NA DEMOCRACIA BRASILEIRA

Após a homologação do sufrágio feminino em 1932, Carlota Pereira de Queirós foi eleita, em 1933, a primeira deputada federal do Brasil e de toda América Latina. Neste mesmo pleito, se candidataram também Bertha Lutz e Leolinda Daltró Entretanto,

Em 1880, 50 anos antes da lei do sufrágio feminino, a dentista Isabel de Mattos Dillon, valendo-se do fato de que a legislação garantia o direito de voto aos portadores de títulos científicos, requereu e obteve, em 2º instância, seu alistamento eleitoral e o reconhecimento de seu direito de votar. (AZEVEDO; RABAT, 2012, p.16).

Em 1934, Antonieta de Barros foi eleita a primeira deputada estadual negra na Assembleia de Santa Catarina. Nesse mesmo ano Carlota foi reeleita e Bertha Lutz assumiu uma cadeira no Congresso após a morte do titular Cândido Pessoa (SCHUMAHHER; CEVA, 2015).

Entre 1932 a 1963, somente quatro mulheres foram eleitas na Câmara dos Deputados, sendo que o voto era obrigatório para os homens e facultativo para as mulheres. Essa baixa neste período pode ser fruto do fechamento do regime político, já que em 1937 foi instalado o Estado Novo. “A isso se somou, depois da retomada dos pleitos eleitorais regulares, uma permanente desconfiança contra grupos sociais cuja atuação política pudesse ser vista como uma ameaça à ordem” (AZEVEDO; RABAT, 2012, p.49). A presença feminina, recentemente instaurada na sociedade desta época, gerava um desconforto e era considerada uma subversão em relação à ordem social das coisas. Além disso, qualquer desejo de mudança pelas mulheres era considerado perigoso, visto como ato rebelde e teria, assim, que ser reprimido.

De 1937 a 1945, os trabalhos legislativos ficaram suspensos por conta do fechamento do Congresso Nacional por conta do Golpe de 37. No ano posterior, quando houve então eleição, após oito anos sem, nenhuma mulher foi eleita (SCHUMAHHER; CEVA, 2015).

Ivette Vargas, representante do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) de São Paulo e sobrinha neta de Getúlio Vargas foi eleita com 18.607 votos em 1951. Entre os projetos desenvolvidos, Ivette apresentou proposta sobre a “estabilidade da mulher no emprego, sua aposentadoria e sobre instituições de assistência social” (AZEVEDO; RABAT, 2012, p.70). Foi reeleita em 1954, como a segunda deputada mais votada neste estado com 48.282 votos. Junto com Ivete neste ano, por ter desenvolvido trabalhos sociais na rede pública de saúde na Bahia que Nita Costa assumiu uma cadeira no Congresso.

Como mencionado anteriormente, o Governo de Juscelino embargou o funcionamento de diversas organizações feministas. Mesmo mediante a este cenário, nada favorável à presença da mulher em espaços públicos, Ivette Vargas assumiu, em 1959, seu terceiro mandato (SCHUMAHHER; CEVA, 2015).

Já no período militar, especificamente nos anos de chumbo (1968 a 1982), a presença feminina na Câmara oscilou na esfera política nacional. Em 1966, seis deputadas foram eleitas, algumas dessas tinham maridos políticos. Desse modo, foram eleitas através de herança de eleitorado. Dentre as seis, cinco tiveram seus mandatos cassados em 1969 por

conta do Ato Institucional nº5 (AI-5). Apenas a que se elegeu pela Arena (partido a favor dos militares), concluiu o mandato. Nos anos seguintes, o número de candidatas caiu ano pós ano, até 1974 (SCHUMAHER; CEVA, 2015).

Em 1979, têm-se a primeira senadora. Eunice Michilles assumiu o posto após o falecimento do titular. Nesse mesmo ano, começou o movimento em prol da Lei da Anistia. Com essa abertura política e com o pluripartidarismo, a partir de 1982, o número de deputadas se ampliou. Na Câmara oito foram eleitas deputadas por quatro diferentes partidos.

Em 1985, Maria Luiza Meneses Fontenele foi eleita a primeira mulher prefeita de Fortaleza no Ceará, bem como a primeira a assumir o executivo de uma capital brasileira (SCHUMAHER; CEVA, 2015).

Na eleição de 1986, importante por ser precedente à construção da Constituinte, o número de mulheres bateu recorde, sendo o ano em que mais mulheres foram eleitas. Um salto de oito para vinte e nove parlamentares. Assim, com este número significativo de mulheres no Congresso, aumentou a articulação em prol da causa feminina, uma vez que já não se admitia retrocessos. “Mudou o nível de articulação entre elas, mudou a agenda legislativa, mudou a qualidade das políticas públicas” (AZEVEDO; RABAT, 2012, p.124).

Com o apoio do Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM), que promoveu uma enorme mobilização junto às mulheres em todo o país, foi elaborada a Carta das Mulheres aos Constituintes, com o slogan “Constituinte pra valer tem que ter direitos da mulher”. O engajamento feminino não agradou muito, e na tentativa de diminuir a importância do movimento em prol de direitos da mulher, os deputados contrários começaram a chama-lo de “lobby do batom”. “Porém, as feministas não se intimidaram e transformaram o apelido “pejorativo” em um instrumento de militância política e de luta pelos direitos das mulheres na Constituição” (SCHUMAHER; CEVA, 2015, p.156).

Durante a Constituinte em 1988, as parlamentares tiveram papel fundamental na luta pelos direitos das mulheres. O “lobby do batom” ficou conhecido como o “movimento de sensibilização dos deputados e senadores sobre a relevância de considerar as demandas das mulheres para a construção de uma sociedade guiada por uma Carta Magna verdadeiramente cidadã e democrática” (AZEVEDO; RABAT, 2012, p.132). A luta valeu a pena, elas conseguiram garantir 85% das reivindicações femininas.

Entre as emendas populares mais ligadas aos temas defendidos pelos movimentos de mulheres, encontravam-se propostas diversas: a favor e contra o aborto; sobre aposentadoria das donas de casa; sobre direitos dos empregados domésticos, da mulher (estabelecendo a plena igualdade entre os sexos), das crianças e dos adolescentes; direito a creche, direito à saúde da mulher e da família. (AZEVEDO; RABAT, 2012, p.150).

Neste ano houve eleições municipais que elegeram Vilma Maia de Faria para o executivo de Natal, no Rio Grande do Norte e também Luiza Erundina como prefeita de São Paulo (SCHUMAHER; CEVA, 2015).

Mesmo após a aprovação da Constituição de 88, as parlamentares continuaram a produzir políticas a favor das mulheres. Em 1989, Júnia Marise, do Partido Democrático Trabalhista (PDT) de Minas Gerais foi a primeira mulher eleita para o cargo de senadora.

Na eleição de 1990, 30 mulheres foram eleitas como deputadas federais e quatro como senadoras, e Zélia Cardoso de Mello alcançou o Ministério da Economia. Já em 1994, Roseana Sarney foi eleita a primeira governadora de um Estado (Maranhão) e reeleita em 1998 (SCHUMAHER; CEVA, 2015). Nesse mesmo ano, 42 mulheres assumiram o cargo de deputadas federais. Mesmo que neste período as mulheres detinham menos de 10% dos cargos políticos no Brasil, tanto a nível federal, estadual e municipal:

Entre 1995 e 1999, foram aprovadas diversas leis sobre questões relativas às mulheres, tendo destaque a conquista da cota de mulheres nas eleições. A realização, pela ONU, da Conferência de Pequim (IV Conferência Mundial da Mulher) repercutiu amplamente no Congresso Nacional e no movimento de mulheres, pautando grande parte das reivindicações e debates. A aprovação de diversas emendas constitucionais nesse período gerou um debate acirrado entre os parlamentares da base do governo e a oposição, clivagem que também era nítida no interior da bancada feminina. (AZEVEDO; RABAT, 2012, p.178).

Com o objetivo de fortalecer as questões femininas no cenário político nacional, a partir de 1995, começou a mobilização para institucionalizar a bancada feminina tanto do Congresso como do Senado. “Entre 1995 e 2002, a bancada envolveu a atuação de deputadas e senadoras de forma articulada” (AZEVEDO; RABAT, 2012, p. 185).

Mesmo com número reduzido se comparado ao dos homens na Câmara, “(...) a influência das mulheres como setor social específico não deixou de crescer continuamente dentro da Câmara dos Deputados. O que marca a primeira década do século XXI é justamente o crescente processo de institucionalização da bancada feminina” (AZEVEDO; RABAT, 2012, p.196). Esse processo proporcionou maior inserção da agenda feminina dentro das pautas nacionais.

Em 2002, foram eleitas 47 mulheres como deputadas federais e oito como senadoras. Mesmo com tantos avanços, a modernidade não trouxe consigo a efetiva representatividade feminina para dentro do Congresso Nacional.

Nesse ritmo, serão necessários séculos para que as mulheres cheguem a ocupar a metade da Casa. Ora, como já se disse, o número é um fator importante na política. Se a sociedade brasileira não encontrar os caminhos para aumentar a dimensão da bancada feminina no Congresso Nacional, as políticas públicas dificilmente

perderão o viés masculino que ainda preside sua elaboração em nosso país. (AZEVEDO; RABAT, 2012, p. 197).

Nas eleições de 2006, a bancada feminina propôs temas que pretendiam impulsionar a presença feminina nos cargos políticos. Reflexões e campanhas foram desenvolvidas a fim de debater temas como a igualdade de gênero, que tanto desafia a entrada das mulheres no cenário de poder brasileiro (SCHUMACHER; CEVA, 2015).

Em 2010, Dilma Rousseff foi eleita a primeira presidenta do Brasil. Um marco para a história das mulheres no país. “Venho para abrir portas para que muitas outras mulheres também possam, no futuro, ser presidentas; e para que – no dia de hoje – todas as mulheres brasileiras sintam o orgulho e a alegria de ser mulher.” Discurso de posse da presidenta Dilma Rousseff” (AZEVEDO; RABAT, 2012, p.256).

O ineditismo da eleição de uma mulher para a presidência trouxe discussões emblemáticas sobre a situação da mulher em relação ao poder. Um exemplo disso foi a discussão que o país vivenciou sobre a forma de tratamento a ser adotada em relação à eleita, pois Dilma Rousseff optou por ser chamada de presidenta. A controvérsia gerada pela atitude mostra o quanto, em pleno século 21, os preconceitos continuam arraigados e se apresentam às vezes de modo mais explícito, outras de maneira disfarçada e tênue, disputando até o campo semântico da designação feminina na ocupação de cargos de poder. São essas manifestações, desqualificadoras da capacidade das mulheres, assim como as barreiras impeditivas de sua participação mais efetiva nos espaços de poder, que precisam ser debeladas de nosso cotidiano. (SENADO, 2013, p.16 e 17).

Entretanto, o número total de mulheres no Congresso em toda a história é menor do que o número de homens em um só pleito. “Esse número é resultado de uma história que não é linear; mas tropeça, salta, recua, avança, volta, confunde, projeta, ilude” (AZEVEDO; RABAT, 2012, p.257).

Nunca é demais ressaltar que a própria bancada feminina expressa grande parte da diversidade nacional, com deputadas de diferentes partidos, extratos sociais, regiões, formação profissional, raças, faixa etária e a condição de portadoras ou não de deficiência. Com essas características, as representantes femininas participam de debates sobre todos os temas que interessam aos diferentes grupos sociais, ao mesmo tempo em que demonstram capacidade de construir a unidade no que diz respeito aos direitos das mulheres. (AZEVEDO; RABAT, 2012, p.258).

Mesmo depois de ter conseguido alcançar tantos espaços, a mulher ainda sofre com a resistência de outros. Isto porque, “(...) há setores que se mantêm inalterado, desses, destaca-se os setores da política, haja vista ser o Brasil um dos países da América Latina com menor representação de mulheres no poder” (FERREIRA, 2014, p.2212). Para tentar reverter esse quadro dentro do cenário político brasileiro, foi criada em 1995 a primeira lei de cotas, que estabelecia que cada partido apresentasse no mínimo 20% de candidatas. Já em 1997 a Lei 9.504/97 ampliou esta porcentagem, e definiu que cada partido ou coligação tem que

reservar, para candidatos de cada sexo, no mínimo de 35% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo (SENADO, 2013).

Além disso, em 2009 novos mecanismos foram elaborados para tentar novamente inverter o quadro de sub-representação feminina no espaço político do país, como por exemplo, a Lei 12.034/2009, que impõe a aplicação de, no mínimo, 5% dos recursos do Fundo Partidário na criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres. Outro artigo nesse mesmo dispositivo legal determina que, no mínimo, 10% do tempo de propaganda partidária gratuita no rádio e na televisão seja destinado à promoção e difusão da participação política feminina (SENADO, 2013).

Embora a elaboração da política de cotas seja uma tentativa de mudar o cenário político, ainda marcado pela segregação de gênero, esta não foi suficiente para resolver este problema (SCHUMACHER; CEVA, 2015). Isto porque, “os dados da representação política das mulheres se mantêm praticamente inalterados nas últimas décadas. Somos pouco mais de dez por cento de mulheres nos cargos eletivos.” (FERREIRA, 2014, p.2217).

Sua presença ainda pouco representativa nos partidos, sindicatos e organizações políticas reflete o seu não reconhecimento como sujeito político. É importante considerar que sua ausência retrata a visão patriarcal que prevalece nas organizações políticas, que não contribuíram formas de garantir a presença e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão. (FERREIRA, 2014, p.2216).

O quadro abaixo mostra a participação feminina na esfera política brasileira, por meio de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A partir dessa observação pode-se perceber a sub-representatividade feminina nos cargos de poder.

| ELEIÇÃO | Vereadoras | Prefeitas | Governadoras | Deputadas Estaduais | Deputadas Federais | Senadoras |
|----------------|-------------------|------------------|---------------------|----------------------------|---------------------------|------------------|
| 2014 | - | - | 1 | 121 | 51 | 5 |
| 2016 | 7.820 | 641 | - | - | - | - |

| ELEIÇÃO | Vereadores | Prefeitos | Governadores | Deputados Estaduais | Deputados Federais | Senadores |
|----------------|-------------------|------------------|---------------------|----------------------------|---------------------------|------------------|
| 2014 | - | - | 26 | 938 | 462 | 76 |
| 2016 | 50.036 | 4.842 | - | - | - | - |

Figura 1 - A participação feminina na esfera política brasileira. Fonte: Tribunal Superior Eleitoral⁵

“Na contagem geral, dos 5.668 municípios brasileiros, 2.963 possuem maioria feminina no eleitorado” (TSE, 2016). Elas representam 50,64% da população brasileira e são 52,2% do eleitorado. Dentre os dados de arrecadação para campanha eleitoral, enquanto eles recebem cerca de R\$8.286, elas recebem R\$ 4.568.

Em 2016, a lei de cotas atingiu o mínimo exigido (30%) e as candidatas mulheres representaram 31,60% do total de candidatos naquela eleição. “Outro dado interessante é que até 50% dos afiliados partidários são mulheres, o que demonstraria que não há falta de participação feminina na política. No entanto, em 68% das cidades só houve candidatos homens” (TSE, 2016). No âmbito municipal, dos 16.556 candidatos às prefeituras municipais 14.418 são do sexo masculino e 2.149 são mulheres. Na disputa para vereadores, de acordo com os dados do TSE, o número de mulheres candidatas chega a quase 50% do de homens candidatos. Ou seja: são 153.314 candidatas do sexo feminino contra 310.062 do sexo masculino (TSE, 2016).

A mentalidade patriarcal impregnada na cultura brasileira tem sido um dos fatores responsáveis pela subordinação das mulheres e sua invisibilidade política (FERREIRA, 2014, p.2219). Essa mentalidade patriarcal propiciou a estigmatização da mulher quanto ser dotado de racionalidade igual a dos homens, capazes de exercer qualquer função/atividades que estes. Entretanto, esse quadro pode ser explicado pelos atrasos sociais de nossa sociedade tão enraizados em nossa cultura, entre eles o campo do saber.

Para entender a desigualdade de gênero na política brasileira, há de se voltar o olhar para o processo educativo implantado no Brasil desde a república, que não se preocupou de pensar políticas educacionais que pudessem alterar a visão patriarcal da sociedade brasileira. A educação, a escola e o processo educativo têm grande importância na naturalização dos processos de exclusão. Isso porque a educação é um ato político e seu fazer não é inócuo. Ao contrário, é comprometido e serve para formar a personalidade das pessoas, transmitir valores, determinar proibições, enfim, modelar identidades. Por isso, a educação de gênero no Brasil deve ser repensada no sentido de desconstruir os modelos patriarcais ainda em voga no país. (FERREIRA, 2014, p.2219).

O movimento feminista alavancou o engajamento por parte das mulheres em busca de sua independência. Embora nem todas as mulheres políticas sejam parte deste movimento, só delas já fazerem parte e adentrarem o espaço político já muda a realidade de muitas. Visto que, “(...) é muito mais provável que as demandas por direitos das mulheres sejam defendidas por mulheres do que por homens, independente da posição política,

⁵Disponível em: <www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais-2016/resultados>. Acesso em: 25 jul. 2017.

ideológica e mesmo da inserção no movimento feminista” (PINTO, 2010, p.18). Quando em países em que o movimento foi bastante expressivo e com visibilidade, há um número considerável de mulheres ocupando espaços de poder, como na política e no judiciário (PINTO, 2010).

O espaço político certamente é o mais difícil de romper, no sentido de pertencimento. Ou seja, é um espaço que tanto para entrar como para permanecer é difuso. E isso para as mulheres é ainda mais obstante (PINTO, 2010). “Historicamente, a política é um ambiente masculino e, por isso, trabalha contras as mulheres” (MIGUEL; BIROLI, 2014, p.105). Além do mais o campo político reflete a nossa sociedade, reproduz as ordens hierárquicas presentes na sociedade brasileira. A história de nosso país, baseada no patriarcalismo legitimou a desigualdade tanto dos mais pobres quanto dos mais ricos, dos poderosos e dos oprimidos. “No Brasil, não existem instâncias que tornem todos os seus cidadãos e cidadãs iguais em direitos e deveres de fato” (PINTO, 2010, p.20).

A entrada, nestes espaços, de personas, de grupos que forjaram lugar no espaço público justamente desafiando esta ordem hierárquica é freada de todas as maneiras. Este espaço de poder tem mostrado grande capacidade de conversão de novos membros à sua dinâmica de reprodução de desigualdade, na apropriação, por exemplo, dos bens públicos. Para ter este êxito, deve limitar o acesso aos novos membros. Ao próprio feminismo foi dado um lugar neste arranjo de dominação. As mulheres feministas podem falar algumas coisas e não outras. As mulheres não-feministas terão poderes outros, porque não-feministas. Quando uma mulher fala, sua fala tem uma marca: é a marca de uma mulher; quando uma mulher feminista fala, tem duas marcas, de mulher e de feminista. (PINTO, 2010, p.20).

Desse modo, “(...) o espaço político, por ser o mais masculino dos espaços, é onde a mulher mais aparece como mulher e mais necessita ser menos mulher para ser candidata e ser eleita” (PINTO, 2010, p.21).

A conquista efetiva do espaço público é a conquista de um espaço emancipacionista.

Mudar o quadro de representatividade política no Congresso Nacional e nos legislativos estaduais brasileiro é parte do projeto democrático. Essas mudanças garantem não somente justiça social e legitimidade do sistema político, mas também maior articulação dos interesses de mais da metade da população brasileira. Ao fazer parte do poder, as mulheres terão maior capacidade de interferir na raiz do domínio patriarcal na vida política, o que certamente incidirá sobre a vida privada. (FERREIRA, 2014, p.2224).

É possível afirmar, a partir de todos os fatos expostos até aqui, que a chave para tentar reverter e transformar esse cenário, tão discriminatório que só traz atraso e interfere diretamente em nossa democracia, seria aprovar a Reforma Política. A partir disso, seria possível ter um palco político como um espaço verdadeiramente que dá voz a todos os brasileiros.

(...) há um quadro de grave sub-representação feminina no Brasil, que precisa ser combatido e modificado. Para tanto, acreditamos que essa situação somente se modificará a partir de grandes mobilizações que reivindiquem, sobretudo, mudanças na legislação brasileira. O caminho será o de uma REFORMA POLÍTICA. Uma reforma que leve em conta políticas afirmativas e regras mais eficientes, que garanta condições efetivas de sucesso para as candidaturas femininas, que propicie uma maior presença no Parlamento. Uma presença compatível com a posição ocupada pela mulher na sociedade, tanto em termos demográficos, como no que tange à sua participação na produção econômica e social do país. (SENADO, 2013, p.8).

Além de todos os mecanismos criados para tentar aumentar a participação feminina na política brasileira, não podemos nos esquecer que nossa história, marcada pela colonização patriarcalista, ainda reflete fatores que impedem as mulheres de adentrar os espaços públicos. Mesmo depois de tantos avanços, sobretudo, com as inúmeras conquistas já demonstradas aqui, do movimento feminista, a mulher ainda carrega limites e cargas sociais que a impede de realizar-se como um ser autônomo e igual ao homem.

Quanto à situação da mulher na sociedade, podemos destacar a elevada carga de trabalho, com a tripla jornada (profissional, familiar e doméstico); o caráter machista da sociedade (ainda há desigualdade entre salários, entre vagas no mercado) e o domínio masculino dos partidos políticos (a lei de cotas não solucionou este problema). Quanto às leis afirmativas: a ineficiência dentro do atual sistema brasileiro de cota nas listas de candidaturas; a baixa alocação de recursos nas campanhas das mulheres; a falta de punição aos partidos que não cumprem a legislação, a falta de formação e de campanhas de conscientização. (SENADO, 2013).

Desse modo, é verdadeiro afirmar que, enquanto não houver neutralidade nos espaços de poder, não haverá sensibilidade às demandas das minorias, sobretudo, neste caso, das mulheres. A desigualdade de gênero impossibilita que as mulheres encontrem no espaço público um espaço de igualdade efetivo. Esta questão merece e tem que ser debatida e combatida por todos, uma vez que:

Tão importante quanto a luta para ampliar a presença feminina na política é a luta pela afirmação de suas agendas no âmbito do Estado: a inclusão da perspectiva de gênero em todas as ações do governo, da sociedade e dos partidos políticos. As plataformas sobre igualdade de gênero e empoderamento das mulheres vêm sendo cada vez mais acolhidas, numa demonstração de sua expressiva contribuição para a construção de uma sociedade democrática, fraterna e justa. (SCHUMAHER; CEVA, 2015, p.297).

Somente depois que alcançarmos este patamar ideológico e social é que a participação feminina vai ser realmente colaborativa, e, sobretudo, teremos um país efetivamente mais democrático. Uma vez que, “a construção da democracia precisa da redução da subordinação e a criação de uma sociedade mais democrática” (MIGUEL;

BIROLI, 2014, p.111). Além disso, “a dominação, opressão e subordinação feminina naturalizados pelas hierarquias sociais se tornaram problemas políticos de primeira ordem” (MIGUEL; BIROLI, 2014, p.119).

No próximo capítulo vamos abordar a história da primeira presidenta do Brasil e de como esta conquista movimentou a política brasileira e o preconceito em nossa sociedade.

4. A PRIMEIRA PRESIDENTA DO BRASIL

“Venho para abrir portas para que muitas outras mulheres também possam, no futuro, ser presidentas; e para que - no dia de hoje - todas as mulheres brasileiras sintam o orgulho e a alegria de ser mulher” (Discurso de posse de Dilma Rousseff em 01/01/2011).

Neste capítulo vamos abordar a história, principalmente a história política, da primeira presidenta do Brasil. Desse modo, será apresentado alguns episódios relevantes da entidade política Dilma Rousseff, que governou o país entre 2011 a maio de 2016. Não há necessidade de se aprofundar este estudo, sobretudo, porque não se trata de uma biografia sobre a ex-presidenta. Desse modo, vamos abordar como ela chegou a presidência da república e como seu governo ruiu em agosto de 2016.

Dilma Vana Rousseff foi a 36ª presidente do Brasil. Nascida em 14 de dezembro de 1947, mineira de Belo Horizonte, é “filha do advogado e imigrante búlgaro Pedro Rousseff e da professora fluminense Dilma Jane da Silva, ela é a filha do meio entre os irmãos Igor e Zana” (BRASIL, 2015).

“[...] aos 16 anos, quando cursava o ensino médio no Colégio Estadual Central, enfrentou as primeiras batalhas pela democracia, pela justiça social e pelo desenvolvimento econômico de seu País. Foi para as ruas protestar contra o golpe militar que depôs o presidente eleito João Goulart e participou da luta organizada contra a ditadura”. (BRASIL, 2015).

Foi na militância que Dilma se casou pela primeira vez, com o também ativista político, Cláudio Galeno, em 1967. Militou contra a ditadura, e quando o foi implementado o Ato Institucional nº5 (AI-5), teve que viver na clandestinidade e foi obrigada a fugir para o Rio de Janeiro, logo depois para São Paulo. Foi nessa cidade que ela conheceu o advogado gaúcho Carlos Araújo, com quem teve um relacionamento de 30 anos. Em janeiro de 1970 foi presa por ser considerada subversiva pelo regime ditatorial. “Nos 22 dias em que estive como detenta do governo militar viveu sob intensas torturas físicas, psíquicas e morais” (SCHUMACHER; CEVA, 2015, p.387). Ficou presa em São Paulo por quase três anos.

Após a conquista da liberdade, foi em busca do recomeço no Rio Grande do Sul (RS). Aprovada no vestibular, em 1973 ingressou no curso de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Estagiou na Fundação de Economia e Estatística (FEE), mas, por perseguição política, acabou sendo demitida. Entretanto, voltou ao mesmo órgão gaúcho

na década de 1990, como presidente. Teve sua única filha em 1976, e no ano seguinte concluiu o curso de economia (SCHUMAHER; CEVA, 2015).

Posteriormente, atuou na organização e reestruturação do Partido Democrático Trabalhista (PDT), que havia sido extinto em 1965 pela ditadura militar, junto com Leonel Brizola no Rio Grande do Sul. Comandou a Ação da Mulher Trabalhista que tinha como objetivo elaborar políticas de gênero e de inserção dos direitos da mulher na sociedade (SCHUMAHER; CEVA, 2015). Nessa época também foi assessora legislativa da Assembleia do Estado e logo depois assumiu a Secretaria Municipal da Fazenda de Porto Alegre. Já em 1993 foi a primeira mulher a alcançar a Secretária Estadual de Energia, Minas e Comunicação, cargo que ocupou até 1995 (CALDEIRA, 2011).

Dilma só voltou a ocupar um cargo público em 1999, novamente como secretária de Minas e Energia, durante a gestão do governador Olívio Dutra, do PT, partido em que ingressaria dois anos mais tarde, em 2001. Ninguém fazia ideia de que a ascensão e a queda do PT no governo gaúcho ajudariam a selar o destino da primeira mulher presidenta do Brasil. (SCHUMAHER; CEVA, 2015, p.389).

Esse rompimento com o PDT ocorreu no pleito municipal de Porto Alegre, no ano 2000, após PDT e o Partido dos Trabalhadores (PT) lançarem candidatos à prefeitura. Brizola pressionou que os pedetistas se retirassem do governo de Olívio Dutra, do PT. Porém, Dilma apostava na manutenção do pacto entre esses partidos, e apoiou o candidato do PT, que venceu a eleição. “Naquele mesmo ano, descontente com a posição do PDT, Dilma Rousseff deixa o partido e filia-se ao PT” (CALDEIRA, 2011, p.22).

Teve um excelente desempenho à frente da Secretaria Estadual de Energia, Minas e Comunicação. Visto que, em 2001, com a crise do apagão em todo o país, o RS foi um dos poucos estados a não se abater com a instabilidade.

Após ver o estado sofrer 31 cortes de energia, executou um ousado programa emergencial de obras em parceria com a iniciativa privada e ao final da gestão já tinha ampliado em 46% a capacidade de atendimento. Tudo isso no exato tempo em que o resto do Brasil vivia a crise do apagão elétrico. O próprio ministro-chefe da Casa Civil de FHC, Pedro Parente, admitiu: “A Dilma soube administrar a crise entre os grandes consumidores gaúchos de energia e o Governo Federal. Ela é pragmática, objetiva e demonstrou que tinha um diálogo fluido com o setor empresarial”. (CALDEIRA, 2011, p.26).

Por conta de seu trabalho desenvolvido nesta secretaria, Dilma participou da equipe responsável por formular o plano do governo na área energética e foi escalada a fazer parte da bancada de ministros do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003 (EBC, 2016). Com isso, tornou-se a primeira mulher a ocupar a cadeira de Ministra de Minas e Energia.

Entre 2003 e 2005, comanda profunda reformulação no ministério com a criação do chamado marco regulatório (leis e normas técnicas que regem as relações do Estado com as empresas do setor) e prepara o País para evitar a repetição de desabastecimento de energia em caso de novas crises hídricas. Além disso, preside o Conselho de Administração da Petrobrás, introduz o biodiesel na matriz energética brasileira e cria o programa Luz para Todos. (BRASIL, 2015).

Dilma cumpriu o desafio de não deixar o país passar pela crise do apagão novamente. Desse modo, ganhou credibilidade com o presidente. Enquanto vários homens de Lula caíam, após o escândalo do Mensalão⁶, em 2005, o então presidente convida Dilma para assumir o Ministério da Casa Civil, sendo a primeira mulher a ocupar o mesmo. “Dilma assumiu o desafio de ser gerente do governo, uma espécie de coordenadora direta dos ministros” (SCHUMAHER; CEVA, 2015, p.389).

É justamente num desses momentos de grave crise política que surge a figura gerencial de Dilma Rousseff, até então sem grandes holofotes a mirar sobre a sua gestão à frente do Ministério de Minas e Energia. Com a tempestade criada pelo ex-deputado Roberto Jefferson e o inevitável “passa-fora” no ministro José Dirceu, Dilma assume a chefia da Casa Civil e o governo Lula finalmente decola. Rende-se a ela boa parte do sucesso e da popularidade da gestão de Luiz Inácio Lula da Silva. (CALDEIRA, 2011, p.11).

Neste cargo desempenhou funções estratégicas como comandar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que, mais tarde, fez com que Dilma ficasse conhecida como “Mãe do PAC”; e o programa de habitação popular Minha Casa, Minha Vida. Ademais, direcionou a Comissão Interministerial incumbida de delimitar as normas para a exploração das recém-descobertas reservas de petróleo na camada Pré-Sal e participa da Junta Orçamentária do Governo (AMARAL, 2011).

Por conta de toda sua desenvoltura nos ministérios do governo Lula, Dilma foi a escolhida para tornar-se sua sucessora. O ex-presidente apoiou a candidatura da companheira para o pleito de 2010.

É importante dizer que os caciques políticos do PSDB, do DEM e até alguns do PMDB, subestimaram a capacidade de governo de tornar Dilma Rousseff a sucessora de Lula. A ministra era vista como uma profissional linha-dura e com pouquíssimo - quase nenhum - carisma. Além disso, seu perfil reservado dificultava a grande inserção de imagem pelos quatro cantos do país, extremamente necessária para a construção de uma candidatura presidencial. (CALDEIRA, 2011, p.57).

Apesar disso, Dilma era vista como a favorita de Lula, isto por conta do prestígio conquistado graças à sua competência de gerir a máquina governamental (CALDEIRA, 2011). Desse modo, ela se afastou do Governo Federal no início de 2010 para se candidatar, e em outubro foi eleita com mais de 55,7 milhões de votos (56,05%), e se torna a primeira

⁶ “Amplio esquema de corrupção e compra de deputados, capitaneados pelo Ministro- Chefe da Casa Civil, José Dirceu” (CALDEIRA, 2011, p.28).

mulher a ocupar o maior cargo da federação. “Em seu discurso de posse, ressaltou a importância de sua vitória para a uma maior participação das mulheres em espaços de poder” (SCHUMACHER; CEVA, 2015, p.383).

A primeira marca de seu quadro governamental foi a maior participação de mulheres nos cargos de primeiro e segundo escalão de que já se teve notícia. Em sua gestão, foram feitos esforços para ampliar a governança, pela difusão da informação e valorização da democracia. (SCHUMACHER; CEVA, 2015, p.391).

Assim que assumiu o poder, Dilma fez questão de utilizar a palavra presidenta, no gênero feminino, que foi utilizada até no Diário Oficial da União. Isto porque, pretendia enfatizar que tinha uma mulher no mais alto cargo do país, confissão feita em um programa de televisão (CALDEIRA, 2011).

Ademais, continuou com a linha exercida por seu antecessor, desenvolvendo políticas referentes à inclusão social e redução das desigualdades. No seu primeiro mandato, criou o programa “Mais Médicos”, que aumentou o número desses profissionais, principalmente nas periferias e nas cidades afastadas dos grandes centros do Brasil. Além disso, incentivou a educação com a criação de programas como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), fez parcerias com os estados para a melhoria da pré-escola, fundamental e ensino médio, e ainda foram implantadas mais universidades públicas pelo país. Dentro deste quadro

São conhecidos os benefícios dos programas ProUni, Fies e Ciência sem Fronteiras para universalização e democratização do ensino superior e o aperfeiçoamento dos estudantes no exterior. Com apoio quase unânime do Congresso à proposta do governo sobre o Marco Civil da Internet, o Brasil se tornou o primeiro País do mundo a ter uma lei que consolida a internet como um espaço livre e democrático, essencial para a participação social, para a inovação e, principalmente, para o exercício da cidadania. (BRASIL, 2015).

A presidenta também fez investimentos em “mobilidade urbana, o maior volume de recursos públicos aplicados em transporte coletivo da nossa história. Além disso, foram e continuam sendo promovidos investimentos que ampliam e modernizam portos, aeroportos e rodovias por todo o País” (BRASIL, 2015).

Para tentar fechar as contas, o governo recorreu à prática conhecida como “Pedaladas Fiscais”, que tinha como objetivo melhorar artificialmente as contas federais, através do atraso proposital de repasse de dinheiro para os bancos (BBC, 2016).

A presidenta também ganhou destaque por combater os casos de corrupção, até com os membros de seu governo. Logo no primeiro ano, seis ministros caíram⁷, sendo seis deles acusados de corrupção. Desse modo, “a forma enérgica como Dilma lidou com os

⁷Antônio Palocci, Alfredo Nascimento, Wagner Rossi, Pedro Novais, Orlando Silva e Carlos Lupi.

episódios, no entanto, lhe rendeu boa acolhida por parte da população, que passou a vê-la como a grande responsável pela "faxina ética" contra a corrupção no país" (BBC, 2016). Com isso, a presidenta alcançou 59% de aprovação, sendo este o maior índice de um presidente, para o primeiro mandato, desde o processo de redemocratização.

Entretanto, apesar de ter conseguido um índice favorável, a presidenta também enfrentou críticas ao seu governo:

Junho de 2013 foi um mês dramático para o governo Dilma, com uma onda de protestos tomando conta das principais capitais para criticar a corrupção e os gastos com a Copa do Mundo. Centenas de milhares de manifestantes foram às ruas com diferentes demandas: de investimentos em saúde e educação, e menos corrupção no Congresso. (BBC, 2016).

Foi nesse momento, com diversas demandas e camadas sociais inflamadas, que o governo de Dilma Rousseff começou a perder forças (AB'SÁBER, 2015). "As jornadas de junho de 2013 revelaram a ebulição política crescente, uma insatisfação difusa entre os jovens, setores das classes médias e o crescimento da opinião de direita do país" (MATTOS; BESSONE; MAMIGONIAN, 2016, p.89). Aliás, neste ano, começou a aparecer nas ruas o "Fora Dilma", "incentivado pela "grande" mídia liberal-conservadora e antipetista" (MATTOS; BESSONE; MAMIGONIAN, 2016, p.260).

Mesmo com um forte movimento de oposição, Dilma candidatou-se novamente à Presidência da República em 2014. Em outubro deste mesmo ano, depois de um pleito acirrado, foi reeleita em segundo turno, "com 51,64% dos votos válidos (54.499.901) contra 48,36% (51.041.010) de Aécio Neves do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). A diferença entre os candidatos foi de 3.458.891 votos" (EBC, 2016).

4.1 O SEGUNDO MANDATO E AS TURBULÊNCIAS DO GOLPE

Logo em seu primeiro ano do segundo mandato, Dilma começou a enfrentar de fato uma crise política. Esse fato foi a soma de vários episódios ocorridos ainda no primeiro mandato. Essa "onda" contra a presidenta e seu governo teve origem em meados de 2012, quando na ocasião o governo produziu uma baixa nos juros bancários brasileiros. O objetivo era reduzir o custo do financiamento, emprestando dinheiro a juros baixos, e, assim estimular o consumo e o investimento no mercado.

A partir do susto das ruas em 2013, que colocou o governo sob pressão e paralisou os agentes econômicos internos, a crise econômica se agravou, dando munção à imprensa de oposição para criticar a administração petista também nesse campo. A resposta política ortodoxa para a crise econômica no segundo mandato de Dilma - elevar os juros para controlar a inflação crescente, mas ainda sob controle, fez com

que a arrecadação despencasse e, com ela, o crescimento econômico e a oferta de empregos. Vale lembrar que sem subsídio estatal, sem consumo das famílias e do governo não há capitalismo no Brasil. (MATTOS; BESSONE; MAMIGONIAN, 2016, p.61).

Assim, o episódio “tornou-se a base do imenso racha, de caráter social, que expressou a posição classista de um novo tipo de paixão política à direita, que se abateu de modo feroz sobre o início do quarto governo petista” (AB’SÁBER, 2015, p.22).

A partir daí, os discursos de confronto de modelos, de disputa de leitura da vida econômica e social brasileira, se sucederam e se intensificaram. As percepções técnicas fiscais, pró-diminuição da atividade econômica do governo, ocuparam gradualmente cada vez mais espaço no sistema da comunicação pública, e tornaram-se cada vez mais o consenso de uma nova opinião política que punha nitidamente contra o governo. Ao mesmo tempo, e no mesmo movimento, os investimentos reais na economia escasseavam. Assim, acumulavam-se com facilidade todas as críticas ao ponto. (AB’SÁBER, 2015, p.25).

Este desequilíbrio político abriu brechas para adentrar neste cenário aqueles que sempre foram contra as medidas sociais que promoveram a ascensão social de muitos brasileiros. Após a vitória nas urnas, a presidenta não conseguiu manter a popularidade que tinha se comparado ao seu primeiro mandato. No ano de 2015, a queda do produto interno bruto (PIB), o aumento de impostos, além da crescente taxa de desemprego aliada a alta da inflação, geraram uma situação econômica desfavorável para a população. Isto acarretou na instabilidade política e na insatisfação popular que abalou o governo federal (BBC, 2016).

Passada a eleição de 2014, Dilma começou a enfrentar uma série de crises econômicas. Iniciou o seu segundo mandato numa situação complicada. O quadro tornou-se ainda mais difícil com a oposição do deputado Eduardo Cunha (PMDB), que se elegeu Presidente do Congresso, e passou a comandar uma grande frente de parlamentares que esvaziou a base aliada da presidente. Para complicar, Dilma foi obrigada a tomar medidas que desagradaram a opinião pública, como o aumento das tarifas de energia elétrica, de combustível. Com inflação em alta, recessão e os escândalos de corrupção da “Lava Jato”⁸, que permanecem na agenda pública, a popularidade da presidente caiu para menos de 10%. (NUNES; OLIVEIRA, 2015, p.89).

Desde o início do mandato, a oposição articulada com alguns movimentos sociais insistiu na tentativa de forçar o processo de impeachment da presidente. A conduta do então presidente da Câmara dos Deputados, o deputado federal Eduardo Cunha do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que agia contra os temas, propostas do governo, somado ao desgaste da política econômica, os escândalos de corrupção na Petrobras e a derrota de apenas 3% no pleito de 2014 para Aécio Neves; fez com que emergisse uma nova

⁸Deflagrada em março de 2014, a operação Lava Jato começou a investigar um grande esquema de lavagem e desvio de dinheiro envolvendo a Petrobras, grandes empreiteiras e políticos.

organização social à direita. Assim surgiu uma “feroz crítica ao governo nas ruas, criando um fator de forte instabilidade que o PT não conhecia” (AB’SÁBER, 2015, p.43).

Quadro bem diferente daquele de 2011, quando “Dilma foi beneficiada pelo crescimento da economia no ano anterior, de 7,5%, e pelo capital político de Lula, cujo segundo mandato foi relativamente bem-sucedido” (BBC, 2015). Uma onda de irritabilidade em uma parcela da população, que foi às ruas protestar contra a corrupção, pedindo a saída da presidenta e do PT do governo (BBC, 2016).

Assim se produzia o campo externo, algo delirante, em que a luta democrática antipetista encontrava a velha tradição autoritária brasileira. E, por isso, agora que o país, em seu neo-transe, se levanta contra os comunistas inexistentes, em uma ritualização do ódio e da ideologia, elegantes socialites peessedebistas e novos empresários teapartistas convivem bem, nas ruas, fechando os olhos para o que interessa, com bárbaros defensores de ditadura, homens que discursam armados em cima de trios elétricos, clamando por intervenção militar urgente no Brasil e sonhando com o voto em Jair Bolsonaro. Não por acaso, em regime de farsa verdadeira, se vislumbrou nas passeatas de março o semblante das velhas marchas conservadoras de 1964. (AB’SÁBER, 2015, p.37).

Ainda em 2015 várias manifestações contra o governo foram realizadas em diversas cidades do país. Uma imagem que ficou conhecida nesse momento, foi a do pato de borracha da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), que apareceu em muitos desses episódios, tornando-se símbolo do pedido de impeachment da presidenta. A instituição era contra a volta da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) sobre as transações financeiras.

Esse movimento não tem nada de ocasional. Da mesma maneira que o ato convocado para hoje, 13 de dezembro, rememora o Ato Institucional número 5 que prendeu, torturou e assassinou os que se opunham ao regime ditatorial, o Pato símbolo do impeachment lembra a todos o papel da Fiesp no golpe militar - um papel do qual a Fiesp, pode-se ver hoje, se orgulha, quando deveria envergonhar-se. (MATOS; BESSONE; MAMIGONIAN, 2016, p.41).

No meio de todo esse cenário, as investigações da operação “Lava-Jato”, nome dado “a todas as investigações correlacionadas com as ações criminosas de doleiros que atuavam no Paraná e acerca dos esquemas de corrupção descobertos na Petrobras”, que paralisou os grandes negócios de Estado, entre estatais e empreiteiras” (MATOS; BESSONE; MAMIGONIAN, 2016, p.262). A primeira operação foi deflagrada em 2014, e passou a pautar a mídia e o cotidiano da população. Além disso, essa crise política fez com que a governabilidade de Dilma caísse.

A saída do PMDB, partido do vice-presidente, Michel Temer, da base aliada concretizou o isolamento da presidente no Congresso. O afastamento da presidente dos parlamentares se agravou com a marcha do processo de impeachment e o convite feito a Lula para ocupar a Casa Civil. A tentativa de trazer Lula para construir pontes com os partidos enfrentou forte resistência e levou milhares de

manifestantes às ruas, além de afastar possibilidades de novas alianças. (BBC, 2016).

Foi a partir desse episódio; que a expressão “tchau, querida” ganhou a boca do povo e dos políticos contrários à presidenta. Após a divulgação de um grampo telefônico, de uma conversa entre Lula e Dilma⁹, propagada para a mídia pelo Juiz Sérgio Moro, provocou certo alvoroço na oposição. Na ocasião¹⁰ o ex-presidente se despede em um telefone com Dilma usando esse termo.

“Tchau, querida” é um exemplo de slogan que representava essa campanha pelo impeachment, muito presente e desdobrado em imagens, charges e outros suportes. Há uma que me chamou muito a atenção que é Dilma saindo do Palácio do Planalto e andando em direção ao Palácio da Alvorada, nua, com a marca de um chute nas nádegas acompanhada dos dizeres “Tchau, querida”. É interessante que, para além das formulações das charges e das reportagens, as próprias imagens, as próprias fotografias do processo de impeachment, mostravam a composição masculina do Congresso Nacional a olho nu e a ironia marcada no “Tchau, querida” como uma forma de expressar o que seria um modo coloquial de tratamento entre mulheres colocado contra uma mulher quando ela se desloca do espaço das relações cotidianas e assume uma centralidade na política. (GERALDES, 2016, p.103).

Contudo, em dezembro de 2015, o governo Dilma começou de fato a ruir em meio à crise.

Eduardo Cunha autorizou o pedido para a abertura do processo de impeachment de Dilma Rousseff. Ele deu andamento ao requerimento formulado pelos juristas Hélio Bicudo, fundador do PT, Janaina Paschoal e Miguel Reale Júnior. Os juristas atacam as chamadas "pedaladas fiscais", prática atribuída ao governo de atrasar repasses a bancos públicos a fim de cumprir as metas parciais da previsão orçamentária. (BBC, 2016).

Além desse episódio, nesse mesmo mês o então vice-presidente, Michel Temer, enviou uma carta¹¹ à presidenta, em caráter pessoal, supostamente vazada propositadamente para a mídia, em que revela sua insatisfação para com ela. No conteúdo¹² foram apontados episódios que demonstrariam a "desconfiança" que o governo tem em relação a ele e ao PMDB. Temer ressaltou o seu papel secundário, sendo então um “vice decorativo”, que só tinha a atenção da presidenta para sanar crises políticas e resolver votações dentro de seu partido. Ele ainda listou as derrotas que sofreu com as atitudes de Dilma (GLOBO, 2015).

⁹O conteúdo da conversa pode ser entendido em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/16-de-marco-de-2016o-dia-que-o-governo-dilma-ruiu-9n55ha8uyii71d203ukel7ohm>>.

¹⁰ O conteúdo pode ser visto em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/blogs/caixa-zero/conversa-interceptada-mostra-dilma-dando-posse-secreta-a-lula-para-caso-de-necessidade/>>

¹¹ Link disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/leia-integra-da-carta-enviada-pelo-vice-michel-temer-dilma.html>>. Acesso em 01 out. 2017.

¹² O conteúdo pode ser visualizado em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/leia-integra-da-carta-enviada-pelo-vice-michel-temer-dilma.html>>. Acesso em 12 out. 2017.

Esse fato mostrou que a oposição já estaria articulada para barrar o segundo mandato da presidenta, e um movimento pró-impeachment, além de ter desenhado-o antes mesmo das denúncias contra a presidenta.

A oposição, igualmente desarvorada, tentou colher os frutos da crise, apostando na virtual implosão do PT e do petismo como expressão da esquerda parlamentar. Nessa linha, o PSDB, nas últimas duas eleições presidenciais, assumiu um feitiço ultraconservador, sequestrado pela tradição do liberalismo oligárquico e elitista que domina este espectro ideológico no Brasil. A partir de 2015, as direitas ganharam as ruas e a política brasileira se tornou um jogo ainda mais imprevisível. (MATTOS; BESSONE; MAMIGONIAN, 2016, p.63).

Em meio às manifestações contra e pró-governo, que aconteciam desde 2015, o Congresso aprovou a Comissão Especial de Impeachment. No dia 17 de abril de 2016, por 38 votos a 27, legalizou o parecer favorável à abertura da ação que pedia o afastamento da presidenta. O Congresso votou 367 votos a favor e 137 contra. “O processo seguiu para o Senado. No dia 6 de maio, a Comissão Especial do Impeachment da Casa aprovou por 15 votos a 5, o parecer do relator Antônio Anastasia (PSDB-MG), favorável à abertura de um processo contra Dilma” (BBC, 2016).

No dia 12 de maio de 2016, Rousseff foi afastada do cargo para que a fosse investigada. Enquanto isso, seu vice, que à época já tinha rompido com a presidenta, assumiu o governo interinamente. “Em seu primeiro discurso na nova condição, Dilma Rousseff afirmou que o processo de impeachment era "fraudulento" e um "verdadeiro golpe"” (BBC, 2016).

Sobretudo, porque

O apoio a qualquer medida inquisitorial dentro de um período democrático envergonha profundamente a nossa condição de seres humanos. E não apenas isso, rasga o tecido social expondo a hediondez dos preconceitos que se escondem sob a capa da civilidade tão tristemente aviltada e destruída. [...] O que estamos assistindo neste triste momento histórico, com tribunais que violam leis, a mídia que aplaude e um golpe de Estado em pleno andamento, é a conspurcação final da República. República que não tivemos efetivamente até a promulgação da Constituição de 1988 e que ainda estamos construindo com muito custo. Setores inteiros da população que jamais tiveram voz pública hoje estão tendo direitos e visibilidade social, e tudo isso pode ser perdido a qualquer momento em uma troca de poder ilegítima. (MATTOS; BESSONE; MAMIGONIAN, 2016, p.73 e 74).

Após votação no Senado que teve 61 votos a favor e 20 contra, em agosto desse mesmo ano, Dilma Rousseff tornou-se a segunda presidente da história do país a sofrer o processo de impeachment. Apesar disso, os senadores decidiram manter seus direitos políticos. Desta forma, “o ano de 2016 será lembrado em nossa história por um golpe de Estado. Um golpe sem tanques, como convém aos novos tempos. Tramado nos carpetes do

Parlamento, apoiado pela maior parte da imprensa e chancelado pelo Judiciário. Mas, ainda assim, um golpe” (JINKINGS; DORIA; CLETO, 2016, p.112).

O que aconteceu no Brasil, com a destituição da presidente eleita Dilma Rousseff, foi um golpe de Estado. Golpe de Estado pseudolegal, “constitucional”, “institucional”, parlamentar ou o que se preferir, mas golpe de Estado. Parlamentares – deputados e senadores – profundamente envolvidos em casos de corrupção (fala-se em 60%) instituíram um processo de destituição contra a presidente pretextando irregularidades contábeis, “pedaladas fiscais”, para cobrir déficits nas contas públicas – uma prática corriqueira em todos os governos anteriores! Não há dúvida de que vários quadros do PT estão envolvidos no escândalo de corrupção da Petrobras, mas Dilma não... Na verdade, os deputados de direita que conduziram a campanha contra a presidente são uns dos mais comprometidos nesse caso, começando pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (recentemente suspenso), acusado de corrupção, lavagem de dinheiro, evasão fiscal etc. (JINKINGS; DORIA; CLETO, 2016, p.54).

Vale ressaltar que a mídia foi a grande incentivadora do golpe, e serviu como um verdadeiro tribunal.

Embora os tribunais oficiais e legítimos ainda deixem muito a desejar em termos de justiça, a interferência massiva de uma mídia partidarizada e de uma rede social que retroalimenta os ódios está cobrando um preço muito caro nestes tristes tempos. Desinformação e linchamento virtual, irracionalidade e violência, tudo contribui para um caldo de cultura perigoso e inaceitável. [...] Nenhum dos três poderes que compõem a República está acima da lei. Mas, enquanto o Legislativo e o Executivo estão sempre na berlinda da mídia e da sociedade, o Judiciário mantém seus controles internos e não presta contas a ninguém. É o que desejamos em uma sociedade moderna? É claro que não. (MATTOS; BESSONE; MAMIGONIAN, 2016, p.71 e 72).

O impeachment de Dilma foi concretizado sem possuir provas cabíveis para esta acusação. Sendo assim, entre erros e acertos cometidos desde o governo Lula e as novas e a contínua política social realizada por Dilma, fica “evidente que há aspectos a melhorar e correções a fazer, mas a integração social de milhões de pessoas antes excluídas a uma vida social digna foi o que de melhor aconteceu no país nos últimos anos” (MATTOS; BESSONE; MAMIGONIAN, 2016, p.100). E, também, o real motivo para tirar do poder aqueles que promoveram tal feito.

4.2 A IMAGEM FEMININA E A POLÍTICA

Antes de lançarem Dilma como candidata à Presidência em 2010, Rousseff precisa mudar algumas coisas, sobretudo, no que se refere a sua imagem e a sua personalidade forte.

[...] Talvez a maior adversária de Dilma Rousseff tenha sido Dilma Rousseff. No ambiente político brasileiro, perfis gerenciais em geral não conquistam votos, não têm a maleabilidade necessária para transitar entre supostos pares na verdade tão díspares. E Dilma não parece mesmo ter essas características. É profissional. É

linha-dura. Tem temperamento forte. É administrativamente competente e humanamente sincera. Resistiu com bravura à batalha épica que foi sua eleição. E venceu. Venceu seus adversários e a si própria. Venceu. (CALDEIRA, 2011, p.88).

Quando Lula escolheu Dilma para se tornar sua sucessora, além de levá-la por todo o Brasil, a fim de que o povo a reconhecesse como tal, sua assessoria também teve uma preocupação quanto à imagem de Rousseff. Ademais, “Lula e seu assessor de marketing, o jornalista João Santana, consideravam que o noviciado da candidata, somado ao fato de ser mulher, poderia representar uma vantagem comparativa num país em que a imagem geral dos políticos ia de mal a pior” (AMARAL, 2011, p.17).

Além dos “finalmentes políticos”, era necessário colocar Dilma Rousseff bem nas fotos. Sua imagem, até início de 2009 era bastante carregada: cabelos mais longos, óculos com lentes fortes, feições sempre muito sisudas. Tudo isso reforçava a ideia de durona, sem carisma. Gradativamente, o visual da ministra foi se transformando: os cabelos cada dia estavam mais curtos e mais claros; as feições foram delicadamente suavizadas; e os óculos desapareceram. Mas, nesse processo, Dilma Rousseff recebeu a difícil notícia de que tinha um câncer no sistema linfático em fase inicial. Entre abril e setembro de 2009 submeteu-se à quimioterapia e curou-se da doença. No entanto, por opção, raspou os cabelos antes que caíssem por conta do tratamento e foi obrigada a usar peruca até o final do ano. Por pior que possa parecer dizer isso - mas é uma realidade - a doença, quando se tornou pública, ajudou a humanizar a imagem de Dilma Rousseff. (CALDEIRA, 2011, p. 60).

Em 2010, após restabelecida da doença, passou a usar terminhos bem cortados, muitas das vezes da cor da bandeira do PT, além de exibir uma imagem mais próxima das pessoas. Esse fato tornou a imagem dela mais feminina, entretanto, isso não fez com que perdesse o “perfil de poder e competência administrativa” (CALDEIRA, 2011, P.61). Os programas de propaganda gratuita eleitoral mostravam a candidata do PT uma mistura de várias Dilmas: a mãe, a política, a mulher, a profissional competente. “Dilma faz parte de uma nova espécie de mulher que surgiu após 1980, capaz de aliar a dureza e o delicado sob um mesmo signo; a dinâmica e o cuidado sob um mesmo prisma; a objetividade e a sensibilidade em uma mesma ação. Dilma Rousseff é uma mulher alfa” (CALDEIRA, 2011, p. 142). Além disso, por ter participado ativamente do PAC, Lula em uma entrevista a chamou de “mãe do PAC”, fato que pode ter contribuído para sua aceitação política.

A associação entre os papéis de mulher e mãe na política costuma provocar restrições entre militantes feministas. Dilma nunca se constrangeu em ser chamada de mãe do PAC e, se tinha alguma dúvida em relação a isso, deixou para trás num café da manhã com a presidenta do Chile, Michelle Bachelet, em junho de 2009, quando ainda estava na Casa Civil. A presidenta, chamada em seu país de mãe do Chile, disse à ministra para não se envergonhar do título: “As pessoas sabem que mãe é quem cuida, e é isso que o povo espera de nós, no Chile ou aqui.”. (AMARAL, 2011, p.249).

Já nos programas eleitorais de 2014 da presidenta, então candidata ao segundo mandato, “a história democrática e de luta da presidenta é valorizada e seu compromisso com

os mais pobres também. E tudo isso embalado pela coragem, valentia e força tanto da presidenta como do povo brasileiro. Não à toa o título do jingle é *Coração Valente*¹³ (FORUM, 2014). A estratégia desse pleito passou a ser de mostrar uma mulher forte, que é capaz de enfrentar as adversidades políticas.

Essa mudança na imagem de Dilma se fez necessária. Sobretudo, por conta do processo social de construção de identidade de gênero, que demarca espaços, como o público e o privado, sendo estes delimitados de certo modo ainda por cada sexo; não “aceita-se muito bem” uma mulher com aquelas características que Dilma tinha antes de se eleger. E, para adentrar o espaço público, Rousseff antes de se candidatar não tinha um perfil que se encaixasse como de todo feminino. A nossa sociedade, por mais que tenha evoluído em causas/avanços sociais, ainda apresenta elementos machistas, que demarcam culturalmente as representações simbólicas.

Assim, masculino e feminino, masculinidade e feminilidade são conceitos que, partindo de uma caracterização biológica, definem-se sobretudo pela atribuição de papéis sociais, representações e expectativas de comportamento. Resultantes de uma retradução cultural do biológico, tais conceitos situam-se fundamentalmente no campo simbólico, definindo-se por qualidades opostas atribuídas ao homem e à mulher. Refiro-me à polarização de qualidades “passivas” como resignação, paciência, fragilidade, emocionalidade e qualidades “ativas” como agressividade, força, dinamismo, que caracterizam, em termos de tipologia, o feminino e o masculino. (LUZ, 1982, p.65).

Desse modo, a maior batalha inicial de Dilma foi procurar uma aceitação perante a cultura do machismo, visto que esta valoriza a “sociedade dos homens”. E, por ela ser mulher, e uma mulher sem traços tidos como femininos, não se enquadraria dentro da “sociedade masculina”. Mas isso não quer dizer que “o masculino negue o feminino. Ao contrário, ele aceita os valores femininos no quadro dos valores próprios masculinos: a “feminilidade” complementar, própria ao machismo, que não lhe seria concorrencial” (LUZ, 1982, p.77).

Portanto, “[...] pode-se dizer que o machismo visa a afirmar um poder masculino, estabelecendo hierarquias esterilizantes, transformando os grupos sexuais em papéis reificados e hierarquizados, mascarando assim o poder nas relações sociais homem/mulher” (LUZ, 1982, p.86). E o que Dilma tinha era o oposto. O “[...] perfil técnico-gerencial de Dilma Rousseff, silenciosa, mas atenta; firme com certa delicadeza; sincera, mesmo que dura; competente, ainda que temperamental” (CALDEIRA, 2011, p.147).

Contudo, apesar de ter que aparentar ser mais mulher no campo político, as mulheres precisam também demonstrar aos homens que são de fato competentes para

¹³ Conteúdo em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3k8YQCSs8es>>. Acesso em 12 out. 2017.

justificar sua presença neste espaço. “Assim, as pioneiras levam a carga de representar um exemplo, obrigadas a se mostrar mais eficientes que o normal dos homens, a fim de justificar o rompimento com o comportamento tradicional e serem aceitas em seu novo papel” (ALVES, 1980, p.94).

Isto porque a política se organiza na forma de um “campo”. Ou seja, “é um espaço social estruturado, que possui uma hierarquia interna própria e que exige, dos agentes que nele ingressam, a aceitação de determinada lógica e de certos padrões de comportamento, sob pena de serem marginalizados” (MIGUEL; BIROLI, 2014, p.105).

Entretanto, além de ter que se tornar mais “feminina”, Dilma também não poderia se tornar de todo “mulherzinha”. Visto que, há de se dosar o comportamento nesses casos, uma vez que, [...] marcas da feminilidade no discurso reduzem a legitimidade da falante, mas a ausência delas é denunciada como uma falha da mulher que não as tem: a emotividade excessiva não é pertinente num político, mas a frieza e a racionalidade não cabem para o sexo feminino (MIGUEL; BIROLI, 2014, p.106 e 107).

Pode-se observar que, apesar de toda a emancipação da mulher conquistada pelo fortalecimento do movimento feminista, “[...] sua imagem ainda se mantém ligada aos estereótipos de gênero convencionais” (MIGUEL; BIROLI, 2014, p.12).

O investimento de tempo e de recursos financeiros na aparência expõe a permanência de padrões desiguais de gênero. As expectativas sociais de que o investimento na autoapresentação seja prioritário são dirigidas às mulheres, não aos homens. [...] A definição do feminino pelo olhar masculino, predominante nos meios de comunicação e na publicidade, é um dos dispositivos para a reprodução ampla desses padrões. Fortalecem-se, assim, ideais e estereótipos que prescrevem comportamentos. (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 117 e 118).

No próximo capítulo vamos abordar de que forma os campos da política e da comunicação se interagem, e de que modo a mídia reproduz a cultura do machismo ainda presente em nossa sociedade.

5. COMUNICAÇÃO, POLÍTICA E SOCIEDADE

Antes de relacionar a temática desse capítulo, mostrando como a comunicação, a política e a sociedade podem interferir em nossa observação sobre o mundo, é necessário dizer o papel que a comunicação ocupa na vida social da sociedade.

A comunicação tem como finalidade comunicar e tornar algo comum à sociedade. É “um tipo distinto de atividade social que envolve produção, transmissão e a recepção de formas simbólicas e implica a utilização de recursos de vários tipos” (THOMPSON, 1998, p.25). Essas formas simbólicas podem provocar diversas reações, como apoiar ou não algumas decisões. “Nós estamos ativamente nos modificando por meio de mensagens e de conteúdo significativos oferecidos pelos produtos da mídia (entre outras coisas)” (THOMPSON, 1998, p.46).

Além disso, é através dos meios de comunicação, que devem se fundamentar na busca da imparcialidade e da objetividade para ser fontes de informação, que as pessoas conseguem enxergar e entender o mundo. Sendo assim, é dever do jornalismo informar o que é de direito do cidadão, sem privilegiar nenhum tipo de pessoa/instituição. Seu compromisso primordial é com o interesse público (BUCCI, 2000). Contudo, é possível considerar que o campo midiático possui um poder sobre a sociedade. Porém, esse campo não trabalha sozinho, uma vez que “econômica, política ou socialmente, o jornalismo depende sempre dos outros poderes e actores da sociedade que, [...] também necessitam de colaborar com os media, pois são eles que transmitem as suas vitórias e derrotas” (LOPES, 2005, p.3).

Os profissionais de jornalismo são vistos como “caixa de ressonância” dos outros poderes, pois, embora sejam obrigados pelos cânones da profissão a distanciarem-se do que vêem e relatam, é praticamente impossível não se imiscuírem nas realidades mundanas. Desejável seria termos jornalistas com uma consciência mais crítica sobre os seus próprios instrumentos profissionais e públicos mais participativos e interventivos relativamente ao monopólio dos mecanismos de produção simbólica – algo que começa a tomar um novo fôlego com a exigência de educação para os media, a criação de observatórios de imprensa e a multiplicação de organizações que procuram reflectir sobre as consequências do poder dos media na liberdade dos cidadãos. (LOPES, 2005, p.34 e 35).

É possível observar, segundo Lopes (2005), que a comunicação possui três funções sociais. A primeira refere-se à atribuição de status ou posição social dada a algum indivíduo/instituição pelo o que foi veiculado pela mídia. A segunda é conferir prestígio e valorizar autoridade das pessoas e organizações, legitimando assim o status. E a última é a de reafirmar as normas sociais. “Muitas mais funções havia a descrever, mas o importante é frisar que os efeitos sociais dos media variam de acordo com o sistema de propriedade e controle”. (LOPES, 2005, p. 11).

A mídia de massa serve como um sistema para comunicar mensagem e símbolos à população em geral. A função dessas mensagens e símbolos é divertir, entreter, informar e inculcar nas pessoas os valores, crenças e códigos de comportamentos que as integram às estruturas institucionais da sociedade maior. (HERMAN, CHOMSKY, 2003, p.56).

Cabe ressaltar aqui, que o termo massa, segundo Thompson (1998), refere-se à pluralidade de destinatários, em sentido único, sem interação entre emissor e receptor; e não a quantidade de indivíduos que recebem determinada informação.

Entretanto, apesar do poder de prestígio ou descredibilidade dada a algo ou a alguém, a comunicação sofre interferências, seja política e/ou econômica, que atrapalham o processo de desenvolvimento crítico do público. Isso porque, principalmente, “[...] por detrás destes profissionais encontram-se “sempre” outros actores sociais, os grandes beneficiários desse grande “negócio de opinião”: actores posicionados institucionalmente e perfeitamente enquadrados por interesses particulares”. (LOPES, 2005, p.17)

Atualmente, sobretudo, por conta dessas interferências, as noções de imparcialidade e objetividade são consideradas paradigmas frágeis. Desse modo,

[...] o conteúdo da mídia pode desempenhar um papel político e ideológico importante, não apenas quando existe ou falta “objetividade” e/ou “imparcialidade”, mas também quando este conteúdo é produzido a partir de uma matriz ideológica limitada. Essa matriz seria composta por um conjunto de regras e conceitos (uma “estrutura profunda”) que são ativados pelos jornalistas, nem sempre de forma consciente e sem necessariamente existir uma intenção deliberada de iludir ou manipular. (RUBIM, 2004, p.75).

Com isso, “a mídia pode não ter muito sucesso em dizer às pessoas o que pensar, mas seria muito eficiente em determinar sobre o que as pessoas devem pensar” (RUBIM, 2004, p.76). Mesmo com essa mediação, quando se trata de democracia, a mídia é essencial por propagar e dar espaço aos acontecimentos que podem servir de influência para a população. A informação é uma forma de esclarecer e enriquecer o debate democrático (FUSER, 2011).

Ainda assim, ninguém nega a função indispensável da comunicação de massas em democracia, pelo contrário. A informação continua a ser essencial para uma boa evolução da sociedade e sabemos que não é possível existir democracia sem uma boa rede de comunicação e sem o máximo de informação livre. Todos estamos convencidos de que é graças à informação que o ser humano vive como um ser livre. [...] Se, por um lado, continuam a ter o mesmo poder de informar e de tornar público o que muitas vezes não sabemos que acontece ao fundo da nossa rua, por outro, estão a perder cada vez mais o seu grau de autonomia, por se deixarem manipular por outros poderes. É por isso que hoje se discute tanto se ainda se podem designar os mass media como o “quarto poder” da sociedade. (LOPES, 2005, p.8).

Sendo a mídia considerada o quarto poder, aquele que fiscaliza e torna públicos os fatos políticos dos três poderes (legislativo, executivo e judiciário). Entretanto,

A ideia de jornalismo “contra-poder” é invocada na actualidade mais frequentemente do que a fórmula “quarto poder”, já que se revela dotada de maiores virtualidades enquanto modo de afirmação dos profissionais de jornalismo no espaço público. É que, como preconiza Mário Mesquita, “as instituições da imprensa são encaradas como parte integrante do sistema de pesos e contrapesos característico dos regimes democráticos”, basta lembrar a imagem da “imprensa watchdog” - “cão de guarda” das instituições perante os desvios, as prepotências e os abusos de poder. (LOPES, 2005, p.29).

Pode-se considerar que “os *media* são hoje, indiscutivelmente, um dos factores mais poderosos de transformação das estruturas do Espaço Público” (LOPES, 2005, p.16). Sobretudo, por seu papel de formador de opinião, afinal é por meio da mídia e pelos fatos publicados por ela, que a sociedade toma ciência do mundo. Sendo assim, essa característica de agendamento dos fatos é chamada de Agenda Setting.

O conceito que o fundamenta determina que os meios de comunicação de massa produzem efeitos sobre as pessoas que os consomem, ou seja, a comunicação social é que diz ao público em geral quais são os temas importantes da actualidade. Para além de um efeito persuasivo, o que está em causa é que o agenda-setting representa a introdução de temas que os mass media consideram importante debater. (LOPES, 2005, p.20).

Contudo, a mídia pode ser considerada um cenário de representação, que segundo Rubim (2004) é caracterizado por não só refletir, mas constituir a realidade em que vivemos. Ou seja, a mídia é um espaço que transmite representações sobre os fatos que acontecem em nossa sociedade. Sendo assim, a mídia expõe fundamentalmente cenários hegemônicos. “Este termo refere-se à dominação que determina classe social tem sobre outra para poder manter o status quo; e a classe dominada permite essa subordinação por considerá-la “natural”” (FUSER, 2011, p.9).

[...] a maneira como a mídia representa (ou deixa de representar) a diversidade social e a pluralidade de interesses presentes na sociedade tem efeitos sobre a dinâmica de representação política, já que ela é uma esfera privilegiada de produção das formas de reconhecimento que constituem o capital simbólico e de confirmação ou refutação das hierarquias presentes na sociedade. (MIGUEL, BIROLI, 2011, p.23).

Assim, por meio do agendamento e da construção de cenários de representação formados pela mídia é que o público pode tomar consciência de si e dos outros. Isto porque ela “[...] atua centralmente na definição do que é relevante e merece atenção” (MIGUEL, BIROLI, 2011, p.23). É, portanto, a mídia, a responsável por materializar os acontecimentos, sobretudo, porque ela não apenas nos diz o que pensar, mas também nos diz como pensar em algo.

Nas democracias representativas contemporâneas, os Cenários de Representação são, portanto, o espaço específico das diferentes representações da realidade, constituído e constituidor, lugar e objeto da articulação hegemônica total, constituído em processos de longo prazo, na mídia e pela mídia (sobretudo na e pela televisão). (RUBIM, 2004, p.14).

Dentro desse contexto, a noção de enquadramento é uma forma de tentar explicar as representações hegemônicas que a mídia pode fazer da realidade. O enquadramento é o filtro utilizado pelos jornalistas para selecionar e atrair audiência para determinado assunto.

[Desta forma,] enquadrar é selecionar certos aspectos da realidade percebida e torná-los mais salientes no texto da comunicação de tal forma a promover a definição particular de um problema, de uma interpretação causal, de uma avaliação moral, e/ou a recomendação de tratamento para o tema descrito. Enquadramentos, tipicamente, diagnosticam, avaliam e prescrevem. (RUBIM, 2004, p.17).

Fazem parte do enquadramento quatro elementos fixos: “o comunicador, o texto, o receptor (a audiência) e a cultura. O texto expressa a intenção consciente daqueles na posição de selecionar qual o conteúdo da mídia e de que forma ele deve ser construído” (RUBIM, 2004, p.18). O enquadramento facilita a compreensão do mundo, estabelecem princípios organizativos compartilhados, fundamentados na cultura (MOTTA, 2007). Além disso, a seleção dos fatos, ou seja, o enquadramento utilizado pode ser feito a partir da própria cultura ou sofrer interferência editoriais. Assim, é possível pautar ou não um tema, dar ênfase ou não sobre determinado assunto, de forma negativa ou positiva. “Desta forma, a noção de enquadramento é mais um importante instrumento na identificação do “alinhamento” dos conteúdos da mídia com o hegemônico (ou contra-hegemônico)” (RUBIM, 2004, p.18).

A partir dos conceitos trabalhados até aqui, pode-se observar o caráter centralizador que a mídia tem perante a sociedade. Sobretudo, por ser um instrumento de socialização entre as pessoas, bem como de representação da esfera cultural. Isto porque, quando se trata desta última, a mídia tem, além do poder de construir a realidade, também tem o de construir opiniões e ideias sobre os assuntos pautados por ela por meio do agenda setting.

A possibilidade de construção de significados distintos para a mesma mensagem – tanto por analistas, quanto pela audiência – interessa-nos na medida em que o CR é uma construção simbólica e, naturalmente, é necessário que a “leitura” desta construção simbólica feita pelo analista coincida com aquela feita pelo cidadão comum. (RUBIM, 2004, p.27).

Contudo, vale destacar que na relação entre mídia e política “o papel da imprensa seria o elemento mais importante, ao divulgar o calendário político e a agenda de discussão ao qual o leitor teria que reagir, através da conversa e da contraposição de opiniões e tomar posição” (RUBIM, 2004, p.47).

5.1 A MÍDIA COMO PALCO E ATOR POLÍTICO

A metáfora da mídia como palco e ator político faz referência ao conceito elaborado por Manin (1997) que retrata o campo midiático parecido com uma encenação

teatral, na qual os agentes políticos exercem função de atores e/ou autores, o público é tido como a plateia dessa encenação e a mídia é o palco que desenvolve todo o espetáculo.

Entretanto, a mídia não pode ser considerada apenas o meio pelo qual os políticos chegam até o público, mas também o meio pelo qual participa todo o jogo político, uma vez que tem seus próprios interesses a defender ou a criticar. Isto quer dizer que, os veículos de comunicação estão presentes e são fundamentais para a divulgação dos acontecimentos da política e dos políticos, no agendamento de temas de interesse público, na fiscalização e na prestação de contas, canalizar as demandas da população e nas eleições (LIMA, 2001). Portanto, “os agentes da mídia interagem o tempo todo com os demais atores” (FUSER, 2011, p.1).

Nesse sentido, conforme afirma Manin (1997), estamos vivenciando a “democracia de plateia”. Momento este pelo qual os partidos perdem sua importância como o elo entre política e cidadãos, e a mídia passa a ocupar este lugar. Sendo assim, ela faz a mediação e proporciona a visibilidade aos políticos. Vale ressaltar que essa visibilidade é essencial para que os políticos se mantenham vivos neste jogo, sobretudo, porque é através disso que eles conseguem alcançar o capital político.

É que, sem a presença activa nos media, as propostas políticas ou os candidatos não têm qualquer hipótese de obter uma ampla base de apoio. A política nos media não se aplica a todas as formas de fazer política, mas todas as formas de política têm necessariamente que passar pelos media para influenciar a tomada de decisões. (LOPES, 2005, p.4).

Desse modo, os meios de comunicação deveriam ser apartidários, podendo ter preferências políticas, mas sem poder se entrelaçar com nenhum partido.

A ascensão de uma mídia popular e apartidária tem uma consequência importante: os indivíduos, quaisquer que sejam suas preferências partidárias, recebem a mesma informação que todos os outros sobre qualquer assunto. É claro que os indivíduos ainda formam opiniões divergentes sobre os assuntos políticos, mas a percepção do assunto em si mesmo tende a ser independente das inclinações partidárias individuais. Isso não significa que os assuntos ou os fatos – enquanto algo diferente dos julgamentos – sejam percebidos de uma maneira objetiva, sem sofrer distorção pelo meio (de comunicação), mas simplesmente que eles são percebidos de uma maneira relativamente uniforme ao longo de todo o espectro das preferências políticas. (MANIN, 1997, p.228/229).

No entanto, diversos fatores, sobretudo, econômicos, anulam o ideal autoproclamado de qualquer veículo. Sendo assim, a mídia vincula-se às ideologias e direções políticas (direita, centro ou esquerda), que passam a reger os princípios jornalísticos. Contudo, a teoria do espelho, aquela que diz que as notícias são apresentadas como um retrato fiel da realidade se torna obsoleta.

É por meio da agenda setting que a mídia expõe seu poder, justamente por pautar e elaborar aquilo que deve chegar até o público. Sobretudo, porque “a mídia é o principal elo entre os acontecimentos do mundo e a imagem desses acontecimentos na nossa mente” (FUSER, 2011, p.7).

O enquadramento dos fatos se dá por dispositivos como metáforas, os exemplos históricos, as citações que se agregam à apresentação dos fatos, as descrições e as imagens que acompanham o discurso escrito – filmes, fotos, caricaturas. De acordo com Nelson Traquina, “os enquadramentos são quase totalmente implícitos; não aparecem ao jornalista ou ao público como construções sociais, mas como atributos naturais das ocorrências que o jornalista se limita a transmitir”. (FUSER, 2011, p.7/8).

Assim, é possível destacar que o poder de influência da mídia está relacionado com a

construção da realidade através da representação que faz dos diferentes aspectos da vida humana – das etnias (branco/negro), dos gêneros (masculino e feminino), das gerações (novo/velho), da estética (feio/bonito) etc. – e, em particular, da política e dos políticos. É através da mídia – afirma – que a política é construída simbolicamente, adquire significado. (LIMA, 2007, p.55/56).

É preciso pontuar que, por entender esse poder que a mídia pode exercer sobre o público, sobretudo, por conta do poder de agendamento, a esfera política tenta interferir para que possa garantir que seus interesses cheguem até aos cidadãos. Assim, “o dinheiro e o poder são capazes de filtrar as notícias adequadas para serem impressas, marginalizar as opiniões contrárias e permitir que o governo e os interesses privados dominantes transmitam sua mensagem ao público” (FUSER, 2011, p.11). Por isso, por sofrer essa interferência, é que os assuntos relacionados às minorias são deturpados ou negligenciados.

As mensagens de e sobre dissidentes e pessoas ou grupos fracos, não-organizados, domésticos ou estrangeiros enfrentam uma desvantagem inicial no tocante à busca de fontes e de credibilidade, e frequentemente não concordam com a ideologia ou com os interesses dos guardas dos portões e de outras partes poderosas que influenciam o processo de filtragem das notícias. (HERMAN, CHOMSKY, 2003, p. 90).

Esse descontrole do papel social da mídia, e das interferências de diversos setores na esfera midiática; causam opressão às minorias e anulam assuntos que venham de encontro ao interesse popular. Isso ocorre, sobretudo, aqueles fatos que venham a contribuir com a democracia.

Contudo, todo esse quadro de distorção é causado, sobretudo, por conta da não regulação da mídia. Perante a Constituição de 1988, foram previstas diversas medidas sobre o exercício da comunicação no país. Porém, nunca foram implementadas e seguem sendo desrespeitadas. No artigo 220 parágrafo 5º versa que “Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio” (PLANALTO, 2016);

dentre outras coisas, como a produção audiovisual televisiva dar preferência a programas educativos, regionalização da produção cultural, artística e jornalística. O não cumprimento dessas determinações acaba comprometendo a democratização da comunicação.

É o que acontece hoje em dia e isto acaba interferindo no papel social que o jornalismo deve cumprir para com o público. Além disso, a desregulamentação da mídia interfere também na democracia, uma vez que “não existe possibilidade de democracia na contemporaneidade, se não acontecer uma democratização das comunicações” (RUBIM, 2004, p.34).

5.2 A MÍDIA COMO CENÁRIO DE REPRESENTAÇÃO DA MULHER

Depois de todo o panorama exposto até aqui, é possível afirmar que os campos comunicacionais e políticos podem se afetar simultaneamente. De acordo com Rubim (1997), são forças antagônicas que se complementam.

No capítulo dois foi mostrado como a política ainda é um campo predominantemente masculino. Apesar da Lei de Cotas existir há vinte anos, o Brasil ainda ocupa uma posição ruim quando se trata de representatividade feminina nas esferas de poder. Segundo os dados levantados neste capítulo, pode-se observar como a luta do movimento feminista conseguiu conquistar direitos e adentrar o espaço público.

Dessa forma, neste subcapítulo, após mostrar a importância e a interferência que a mídia e a política podem causar na sociedade e na democracia, vamos verificar como a mídia retrata o feminino. A representação da mulher na mídia é, de fato, imparcial e busca um equilíbrio em relação à representação do homem?

Como já exposto anteriormente, o conceito de hegemonia faz referência à manutenção do pensamento/ação tido como superior ou majoritário sobre grupos considerados subalternos. E a comunicação reforça essa prática, justamente por estar interligada a grupos/pessoas que são hegemônicos. As esferas de poder são historicamente masculinas, e isso reflete em como a mídia representa as minorias do Brasil, uma vez que a comunicação é um reflexo da sociedade.

Assim, os meios de comunicação

[...] reforçam não apenas a marginalidade das mulheres, mas um modo de estruturação da política que tende a manter hierarquias e valores que organizam uma democracia restrita – um regime político que, embora ostensivamente comprometido com os valores da igualdade política, nas suas práticas mantém o monopólio do poder decisório por uns poucos indivíduos pertencentes aos mesmos grupos sociais. Isso significa que os meios de comunicação, e mais especificamente o jornalismo,

confirmam e naturalizam a exclusão de alguns indivíduos e grupos sociais, como as mulheres, mesmo quando não os discriminam e estigmatizam abertamente. (MIGUEL, BIROLI, 2011, p.2).

Desse modo, é possível afirmar que, por não proporcionar um cenário imparcial representativo, que englobe as minorias, para assim poder fazer um debate democrático de nossa sociedade; a mídia reforça e contribui para a perpetuação das desigualdades. “Hierarquias e desigualdades sociais são confirmadas e reproduzidas por meio de palavras e imagens que naturalizam comportamentos e pertencimentos”. (MIGUEL, BIROLI, 2011, p. 11).

O poder da comunicação nesse caso está justamente ao tipo de enquadramento que este pode dar às minorias, neste caso, às mulheres. Quando a mídia reforça as desigualdades, abre brecha para a manutenção do status quo. Isto por que

Além de espaço privilegiado de reprodução e difusão de discursos, os meios de comunicação são, também, um espaço central ao reconhecimento das “falas legítimas” e a à naturalização das distinções socialmente construídas, com os sentidos que assumem em diferentes contextos. O jornalismo não especializado e de grande circulação, como o dos telejornais e revistas semanais de informação brasileiros, apresenta-se como o espaço autorizado e competente para a exposição – acessível ao público “leigo” [...]. (MIGUEL, BIROLI, 2011, p.12).

Assim, pode-se afirmar que há uma dupla correlação entre a visibilidade na mídia e as hierarquias da política. Desta maneira, a política, apesar dos ganhos sociais e civis das mulheres, sobretudo, durante todo o século XX, ainda reforça-se como um campo inacessível para os comuns; bem como a mídia corrobora com isso, dando visibilidade restrita aos atores que predominam no campo político. Ou seja, ainda [...] permanecem os constrangimentos materiais e simbólicos que as afastam da disputa política (MIGUEL, BIROLI, 2011, p.217).

Este quadro de sub-representação tanto na mídia quanto na política é um reflexo de nossa sociedade. Apesar de as mulheres já terem quebrado, de certo modo, as “correntes que as deixavam presas” ao lar, as coisas domésticas, ao privado; elas ainda não conseguiram romper com toda estigmatização que sofrem pelo simples fato de serem mulheres. Principalmente porque “a vida doméstica e familiar parece ser mais determinante para o papel das mulheres quando atuam na esfera pública e, especialmente, na política” (MIGUEL, BIROLI, 2011, p.209).

[...] essa localização diferenciada de homens e mulheres no debate público e na atuação política reproduz a dualidade entre o público e o privado que é responsável por muitas das desvantagens e obstáculos que as mulheres enfrentam para afirmar-se autonomamente e associar-se, independentemente do sexo biológico, a atividades e interesses variados. (MIGUEL, BIROLI, 2011, p.29).

Quando a mulher consegue adentrar na política, ela vincula-se a temas tidos como femininos. Basicamente, a entrada delas na esfera de poder se faz por dois meios. O primeiro

é consequência do capital político herdado por seus pais e maridos. Já o segundo é referente ao trabalho social que a mulher pode ter feito pela sociedade, seja na educação, saúde e desenvolvimento social. Já dentro dos parlamentos, elas tomam como bandeira as causas relacionadas tradicionais ao cuidado feminino. Com isso, são, de certo modo, menosprezadas pelo agendamento da mídia, que encara esses temas como secundários.

Aquelas que fogem desse estereótipo, que demandam temas considerados essenciais (infraestrutura, por exemplo), são masculinizadas e sofrem preconceito por ter uma posição não tradicional. Assim, são exemplos desse fato a “Dama de Ferro”, apelido dado a Margaret Thatcher, primeira-ministra britânica, que precedeu às outras consideradas nesse mesmo estereótipo. Por exemplo, as brasileiras Zélia Cardoso de Mello e a ex-presidenta Dilma Rousseff. Este tipo de discriminação, apesar de certo modo, igualá-las aos homens, por serem mais rígidas e ter uma postura mais masculinizada, interfere em suas carreiras políticas. “Os meios de comunicação, o Estado, os partidos e o próprio eleitorado mostram-se mais confortáveis diante de mulheres que correspondem àquilo que se espera delas [...]” (MIGUEL, BIROLI, 2011, p.29).

É possível considerar que há contradições em relação ao papel e ao comportamento que se espera que as mulheres devessem desempenhar na política.

As falas de “feminilidade” reduzem sua legitimidade, mas a ausência delas é denunciada como uma falha naquelas que não as têm: a emotividade excessiva não é pertinente em um político, mas a frieza e a racionalidade não cabem em uma mulher. Em suma, o campo político e também o jornalismo impõem às mulheres alternativas onerosas, de forma bem mais enfática do que fazem com seus competidores do sexo masculino. (MIGUEL, BIROLI, 2011, p.216).

A partir de todo o cenário que envolve mulher, política e mídia, é possível observar que a “sub-representação na política e sub-representação na mídia refletem-se e alimentam-se mutuamente” (MIGUEL, BIROLI, 2011, p.212). E esse jogo influencia nos resultados eleitorais. “O enfretamento da questão exige medidas no âmbito dos processos eleitorais, como as cotas; exige mudanças culturais, que garantam o reconhecimento desses grupos [...]” (MIGUEL, BIROLI, 2011, p.124), neste caso o combate à misoginia e a estigmatização à competência feminina. Além disso, a mídia também precisa se transformar, para não ser mais um obstáculo que impede a visibilidade da mulher na ação política e decorrente presença mais efetiva nas esferas de poder.

5.3 ESTILO MAGAZINE E AS REVISTAS

Nossa pesquisa tem como objeto de investigação a cobertura das quatro revistas semanais de grande circulação no país (*Veja, Isto É, Época e Carta Capital*). Mas antes é necessário fazer algumas ponderações sobre este produto jornalístico.

De acordo com Scalzo (2004, p.11) “uma revista é um veículo de comunicação, um produto, um negócio, uma marca, um objeto, um conjunto de serviços, uma mistura de jornalismo e entretenimento”. Esse tipo de produto jornalístico além de levar informação até as pessoas possibilita também uma cobertura cultural mais complexa. Isto porque além de notícias, as revistas trazem análises, reflexões, concentração de informação e uma experiência de leitura.

A revista surgiu no mundo cerca de 350 anos atrás, na Alemanha. O exemplar trazia vários artigos sobre teologia, e era voltada para um público específico. Primeiramente, as revistas eram monotemáticas, depois que passaram a apresentar vários temas. O termo “magazine” (adotado em inglês e em francês) surge a partir daí, quando começa aparecer artigos sobre diversos assuntos, de forma leve e agradável, uma analogia às lojas de departamento (magazines em inglês).

No Brasil, a revista chegou junto com a Corte Portuguesa, há mais de dois séculos. Teve sua consolidação no século XIX por conta do desenvolvimento da tipografia, ocasionado pela expansão industrial, e começou a interferir no social (TAVARES, 2013).

Com o aumento dos índices de escolarização, havia uma população alfabetizada que queria ler e se instruir, mas não se interessava pela profundidade dos livros, ainda vistos como instrumentos da elite e pouco acessíveis. Com o avanço técnico das gráficas, as revistas tornaram-se o meio ideal, reunindo vários assuntos num só lugar e trazendo belas imagens para ilustrá-los. Era uma forma de fazer circular, concentradas, diferentes informações sobre os novos tempos, a nova ciência e as possibilidades que se abriam para uma população que começava a ter acesso ao saber. A revista ocupou assim um espaço entre o livro (objeto sacralizado) e o jornal (que só trazia o noticiário ligeiro). (SCALZO, 2004, p.20).

No século XX as imagens começam a serem utilizadas, primeiramente através da xilografia e litografia, e posteriormente, por meio da fotografia, formando assim, o “casamento perfeito” entre texto e imagem (TAVARES, 2013). Isto porque a fotografia faz uma analogia e pode se considerada um espelho da realidade. Sobretudo, segundo Tavares (2006), por conta de esta possuir duas mensagens: uma denotativa e outra conotativa. A imagem traz consigo aquilo que se pode enxergar, bem como o que a imagem representa de acordo com a condição cultural. “Ou seja, a significação (relação significante e significado) fotográfica é sempre histórica, inteligível apenas para quem compreende seus signos” [...]. A

fotografia então passa a ser considerada como “um traço de um real”. (TAVARES, 2006, p.149).

A imagem visual (principalmente as de caráter técnico) atrelada ao domínio do simbólico, sempre esteve em situação de mediação entre o espectador e a realidade. Ela nos auxilia num melhor domínio da nossa relação com o mundo visual e nos aperfeiçoa na busca e na interpretação do mundo real através do visível. Nesse cenário, este texto opta por pensar, no universo das imagens visuais, a fotografia. A fotografia, em suas diversas formas de expressão é, acima de tudo, uma imagem visual e, portanto, deve ser contemplada como elemento construtivo, como representação. Seus conteúdos possuem hoje papel diverso em contextos sociais e no interior de várias mídias específicas, assumindo em cada uma de suas manifestações características particulares, que devem ser compreendidas em relação com os propósitos de quem as fabrica e (possivelmente ou potencialmente) de quem as consome (lê/ vê). (TAVARES, 2006, p.146).

Pode-se dizer que é um produto jornalístico distinto, sobretudo, por conta de sua periodicidade (semanal, quinzenal e às vezes até mensal), que proporciona um tempo e aprofundamento maior da notícia. Justamente por ter essa característica temporal, é que as montagens com imagens se potencializam. Desse modo, “as revistas possuem [...] uma maneira própria (jornalística e midiática) de dizer sobre a sociedade e com ela se relacionar” (TAVARES, 2013, p.29).

A revista é diferenciada tanto na prática jornalística, como na pauta, na apuração, na linguagem e no desenho da capa. Desse modo, a revista possui um “ar noticioso analítico, interpretativo e um discurso específico” (TAVARES, 2013, p.27). Além disso, tem um olhar panorâmico sobre a informação, o conteúdo é diversificado e se tem uma maior preocupação com a estética, se compararmos ao jornal impresso, por exemplo. “Revista une e funde entretenimento, educação, serviço e interpretação dos acontecimentos. Possui menos informação no sentido clássico (as “notícias quentes”) e mais informação pessoal (aquela que vai ajudar o leitor em seu cotidiano, em sua vida prática)” (SCALZO, 2004, p.14).

Entre as singularidades deste produto jornalístico, podemos observar que a periodicidade elástica é o elemento que mais influencia os demais. Visto que, é necessário buscar um enfoque que ninguém ainda deu; deve-se preocupar em elaborar chamadas claras e sem ambiguidade, a chamada deve complementar com a imagem de capa; e esta deve ser legível. A capa é fundamental para atrair a atenção do leitor. Seja utilizando fotografias ou imagens manipuladas, o que ressalta na capa é seu poder visual. “Antes de ler qualquer palavra, é a fotografia que vai prendê-lo àquela página ou não. Fotos provocam reações emocionais, convidam a mergulhar num assunto, a entrar numa matéria” (SCALZO, 2004, p. 69).

Como já dissemos anteriormente, a comunicação é uma ferramenta importante na construção social da realidade. As revistas também, assim como outros produtos jornalísticos, orientam mais que informam, determinam o contemporâneo, e dão sentido ao presente. Elas buscam tratar e trazer os temas mais importantes para suas edições. Desse modo, “as imagens que uma revista apresenta trazem sempre sentidos em carga” (TAVARES, 2013, p.18) e podem auxiliar na construção que o leitor pode fazer do mundo que o rodeia. Ademais, o leitor sempre trará para suas construções um repertório pessoal que, por isso, nunca produzirá uma narrativa fechada, definitiva ou exclusiva (TAVARES, 2006).

Assim, na dualidade revista e sociedade, um imbricamento cultural e histórico se apresenta evidente, sendo resultado do diálogo entre um meio de comunicação e o tempo sobre o qual e para o qual ele se volta. Além disso, na materialização de tal relação, há que se considerar aspectos propriamente midiáticos e jornalísticos, bem como a maneira como estes, no jogo entre produção e a recepção, entrelaçam dispositivos e sujeitos, formando, entre um e outro, circuitos autônomos e, ao mesmo tempo, indissociáveis. (TAVARES, 2013, p.33).

Cada revista possui uma identidade editorial, o que determina as pautas, o enfoque, a apuração e a edição final da informação. Todo esse processo reflete os aspectos ideológicos de cada revista. “Uma revista será sempre, por natureza, ideológica” (TAVARES, 2013, p.80). Assim, toda revista cria representações de acordo com suas ideologias.

5.3.1 Revistas brasileiras

O início das revistas no Brasil confunde-se com a história da imprensa brasileira. Antes da chegada da corte portuguesa, a imprensa era proibida no país. Com isso, a primeira revista brasileira que se tem notícia é datada de 1812, em Salvador, na Bahia, e tinha cunho literário, assim como as primeiras revistas encontradas pelo mundo (TAVARES, 2013).

O desenvolvimento da imprensa veio junto com o econômico e industrial do país. Como nesta época a alfabetização era algo de luxo, a elite era a principal mantenedora. As primeiras revistas eram monotêmáticas, especializadas em determinados assuntos e dirigidas para um público específico. Ao longo do século XIX surgiram diversas revistas, entretanto, com vida curta, no máximo duas ou três tiragens. A falta de assinantes e os custos altos eram os principais motivos para o fracasso iminente.

A vida das revistas começa a mudar quando é lançada em 1837, *Museu Universal*. Refletindo a experiência das Exposições Universais europeias que dominam o século XIX, com textos leves e acessíveis, a publicação foi feita para uma parcela da população recém-alfabetizada, a quem se queria oferecer cultura e entretenimento. Além dessas inovações, a revista trazia ilustrações. Com essa fórmula – que era a cópia dos magazines europeus – e o avanço das técnicas de impressão, o jornalismo em revista brasileiro encontra um caminho para atingir mais leitores e, assim, conseguir se manter. (SCALZO, 2004, p.28).

Além do uso de ilustrações, nesse processo de expansão das revistas, são utilizadas também as caricaturas, que atribuíam um tom humorístico.

A partir do século XX, sobretudo, com o desenvolvimento industrial e consequente urbanização das cidades, as revistas ganham espaço e surgem vários títulos de diferentes gêneros, nessa época. “A imprensa começa a se profissionalizar, acompanhando a evolução da nascente industrialização do país. Para fundar e manter uma revista, passa a ser necessário unir, a um só tempo, técnica e capital” (SCALZO, 2004, p.29). Nesse mesmo período as fotografias ganham espaço justamente por conta dos avanços gráficos.

Ao longo do processo de desenvolvimento das revistas brasileiras, Tavares (2013) pontua que em um primeiro momento surgiram as revistas ilustradas, depois as com perfil político e de interesse geral, sucessivas das revistas culturais, foto magazines e fotonovelas e posteriormente, as revistas semanais de informação (investem em reportagens e utilizam a fotografia para chamar mais atenção).

Dentre alguns dos principais títulos brasileiros deste período, podemos citar a revista *O Cruzeiro* (1928 – 1970), *Manchete* (1952 – 1990), *Realidade* (1966 – 1976), entre outras. Todas elas traziam grandes reportagens, acompanhadas de aspectos gráficos e fotográficos que chamavam a atenção do leitor (SCALZO, 2004).

A revista *Veja*, da Editora Abril, surge em 1968, sob moldes da americana Time. “A semanal de informação que se transformaria no veículo mais influente do país, com mais de 10 milhões de leitores” (GRUPO ABRIL). “A revista trata de temas do cotidiano da sociedade brasileira e do mundo. Entre esses temas são encontrados assuntos ligados à política, economia, cultura, comportamento, tecnologia, ecologia e religião” (REVISTAS). Além da revista impressa, conta também com a edição digital. Possui circulação líquida de aproximadamente 850 mil exemplares, sendo cerca de 800 mil assinantes e 50 mil avulsas (PUBLIABRIL, 2017).

IstoÉ foi fundada em 1976, publicada pela editora Três, e é considerada uma das três principais revistas semanais a circularem no Brasil. “[...] Se consolidou como um dos veículos mais influentes no país, sendo protagonista de alguns dos fatos políticos e sociais mais importantes das últimas décadas, além de ter tido papel de destaque na redemocratização” (ISTOÉ, 2016). Além da revista impressa, conta também com a edição digital.

A revista *Época*, da Editora Globo, surgiu em 1998. “Nós, da revista, temos orgulho de colaborar na construção de nossa democracia. E de fazer parte dessa história.”

(ÉPOCA, 2015). “A revista tem seu estilo baseado na revista alemã Focus, que enfatiza o uso de imagens e gráficos na apresentação das reportagens. Os temas que recebem maior espaço na revista são política, economia e saúde” (REVISTA). Além da revista impressa, conta também com a edição digital.

Carta Capital, da editora Confiança, surge em 1994, no início tinha publicação mensal, depois passou a ser quinzenal em 1996, e desde 2001 é veiculada semanalmente. [...] “É uma empresa que acredita no Brasil. Acredita no jornalismo de qualidade e independente. Acredita que o melhor sempre está por vir e sabe de seu papel na construção desse futuro.” (CARTA CAPITAL). “A revista é concebida como uma alternativa às revistas similares que dominam o mercado, como *Veja* e *Isto É*. Na impossibilidade de superá-las, em termos de vendas, passou a assumir uma postura de análise crítica” (REVISTA). Além da revista impressa, conta também com a edição digital.

6. ESTUDO DE CASO

Neste capítulo vamos tentar evidenciar se a hipótese de que a cultura do machismo contra a ex-presidenta Dilma Rousseff foi estimulada pela mídia. Para tanto, iremos utilizar a metodologia de análise de conteúdo para tentar verificar tal suposição até o presente momento.

Para poder conferir este estudo, foram escolhidas as capas das quatro revistas nacionais de grande circulação: *Veja*, *IstoÉ*, *Época* e *Carta Capital*. Dessa forma, vamos analisar as capas dessas revistas, durante a crise política do governo de Dilma, para poder exemplificar a base teórica apresentada até agora.

Cabe ressaltar que o período recortado começa em junho de 2013, com o início das manifestações de rua e a Copa das Confederações; logo depois junho de 2014, período que aconteceu a Copa do Mundo no Brasil; Eleições de 2014; Posse de Dilma em 2015, neste ano se intensificou a crise, sobretudo, a crise econômica e de governabilidade, e posteriormente, abertura do processo de impeachment; e por último todo processo de impeachment que Dilma enfrentou e que levou a queda de seu governo.

6.1 METODOLOGIA E CORPUS DE ANÁLISE

A análise de conteúdos se desenvolveu nos Estados Unidos ao longo do século XX e atuou primeiro na análise de materiais jornalísticos. A técnica surgiu a partir do interesse em compreender por meio das palavras, das imagens, dos textos e dos discursos as possíveis descrições e interpretações de opiniões, dos estereótipos, das representações, dos mecanismos de influência, evoluções individuais e sociais (BARDIN, 2016). Desse modo, pode-se afirmar que a análise de conteúdo é um conjunto de instrumentos metodológicos de deduções lógicas, faz inferências do não aparente e do não dito, retido por qualquer mensagem. Ou seja, um conjunto de técnicas de análise das comunicações.

Assim, Bardin (2016, p.44) considera que a análise de conteúdo é:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Portanto, é a técnica que procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça. “[...] é a busca de outras realidades através das mensagens” (BARDIN, 2016, p.45). Dentro desta metodologia optou-se por utilizar o caráter qualitativo

do corpus. Isto porque “a análise qualitativa é a presença ou ausência de uma dada característica de conteúdo ou de um conjunto de características num determinado fragmento de mensagem que é tomada em consideração” (BARDIN, 2016, p.23).

Para aplicação da análise de conteúdo é necessário, primeiramente, fazer descrição (falar sobre as características) do material a ser utilizado, depois inferir (deduzir) sobre as possíveis mensagens que o emissor quis transmitir e por último interpretar e dar significado a essas deduções. “O que se procura estabelecer quando se realiza uma análise conscientemente ou não é uma correspondência entre as estruturas semânticas ou linguísticas e as estruturas psicológicas ou sociológicas (por exemplos: condutas, ideologias e atitudes) dos enunciados” (BARDIN, 2016, p.43).

Desse modo, a função do analista de conteúdo é dupla:

Compreender o sentido da comunicação (como se fosse o receptor normal), mas também e principalmente desviar o olhar para uma outra significação, uma outra mensagem entrevista através ou ao lado da mensagem primeira. A leitura efetuada pelo analista, do conteúdo das comunicações, não é, ou não é unicamente, uma leitura à letra, mas antes o realçar de um sentido que se encontra em segundo plano. (BARDIN, 2016, p.43).

Dentro da análise de conteúdo, para poder realizar o recorte desta pesquisa, vamos utilizar a subcategoria de inferência, caracterizada por serem abstraídas através de fatores como palavras, estruturas sintáticas, posturas, expressões gestuais ou características gestuais diversas (BARDIN, 2016). Por meio dessas inferências, buscaremos analisar como a imagem da ex-presidenta Dilma Rousseff foi construída pela mídia durante a crise política de seu governo.

Cabe ressaltar que vamos trabalhar, sobretudo, com a análise das imagens veiculadas por tais revistas. Essas imagens contêm informação e diversos sentidos, porém, nem todos conseguem perceber as ambiguidades que podem querer representar. Ler os registros visuais presentes e ausentes é possível dentro da análise de conteúdo, por esta ser uma construção social. Na fotografia podemos encontrar traços da comunicação humana que formam as representações que temos do mundo, e subsequente, essas formam a realidade que construímos da sociedade.

[...] o mundo em que vivemos é crescentemente influenciado pelos meios de comunicação, cujos resultados, muitas vezes, dependem de elementos visuais. Consequentemente, “o visual” e “a mídia” desempenham papéis importantes na vida social, política e econômica. Eles se tornam “fatos sociais”. Eles não podem ser ignorados. (BAUER; GASKELL, 2013, p.138).

Além disso, a fotografia tem a capacidade de ampliar e possibilita levar os fatos até ao público, e esta se torna um fragmento incontestável do mundo real (MIGUEL, BIROLI, 2011).

6.2 ANÁLISE DESCRITIVA DA COBERTURA DAS REVISTAS SEMANAIS

Antes de fazermos a análise de conteúdo das capas, vamos descrever como as 53 capas selecionadas construíram a imagem de Dilma Rousseff durante a crise política.

6.2.1 As capas da Revista *Veja*

A primeira capa, da revista *Veja*, em que a ex-presidenta aparece no período observado, é datada de 17 de julho de 2013. Período logo após as manifestações de junho de 2013, que levaram milhares de brasileiros às ruas, para manifestar contra diversas causas, entre elas o governo. O Anexo A mostra a capa em que Dilma aparece segurando um desfibrilador, vestindo um jaleco, com estetoscópio nos ombros, camisa vermelha (forma de representar a cor da bandeira do PT), com o seguinte título “Choque de ilusão: A MP dos médicos mostra que, depois do grito dos brasileiros nas ruas, governar virou emergência”. O título refere-se à Medida Provisória (MP) que a presidenta aprovou a favor de mais contratações de médicos para tentar melhorar a saúde do país, dentre estes a inclusão de mão de obra estrangeira, fato que gerou certa indignação na classe. Esta causa foi uma das reivindicadas pelos cidadãos nas ruas em junho deste mesmo ano.

Já a segunda capa é de 16 de julho de 2014. O Anexo B mostra a ex-presidenta em uma foto retirada de sua rede social Twitter na véspera da derrota da seleção brasileira de futebol para a seleção da Alemanha, na copa de 2014, sediada no Brasil. Dilma aparece fazendo um “T” com os braços, símbolo usado pelo atacante Neymar, que queria dizer (É Tóis). Com o título “Vai Sobrar para ela? 10 analistas opinam se o mau humor com a derrota da seleção vai prejudicar Dilma nas eleições”, a revista tenta evidenciar a presidenta como “pé frio” e como esse azar poderia prejudicá-la no pleito de outubro daquele mesmo ano.

A terceira selecionada de *Veja* é de 11 de novembro de 2014, cerca de uma semana após o segundo turno presidencial que reelegera Dilma presidenta do país. No Anexo C, ela aparece com um semblante desanimado, olhando para baixo e o título reforça a imagem. Em “A solidão da vitória: sem saber o que fazer na economia, pressionada pelo PT e esnobada pelos aliados, a presidente se isola no palácio”, a manchete reforça que por mais que

Dilma tenha vencido o pleito, ela não tem o apoio daqueles que deveriam estar ao lado dela, e por isso, fica perdida e isolada no Planalto.

Na quarta capa de *Veja*, datada de 7 de janeiro de 2015, primeira edição da revista deste ano, mostra uma foto da posse de Dilma com o então ministro da Fazenda, Joaquim Levy. O Anexo D apresenta o título “O Poder e o Saber: com eles juntos, temos uma chance de atravessar o tempestuoso 2015. Se duelarem, o Brasil perde”; referindo-se que naquele momento não era precisa ter somente o poder, mas o saber, principalmente deste ministro, seria fundamental para melhorar a economia do país.

Ainda no mês de janeiro, especificamente no dia 21 de janeiro de 2015, *Veja* traz a capa em que Dilma aparece em dois contrapontos: a promessa (feita no período eleitoral) e a realidade (aquilo que a presidenta não estaria cumprindo). Desse modo, no Anexo E, pode-se observar que, as cores azul e amarelo, cores do PSDB, partido adversário do PT, são utilizadas para poder representar o oposto do que foi prometido. No lado azul da capa aparece “Promessa: “não vai haver tarifaço”, “não vou aumentar os juros”, “não mudo direitos trabalhistas”, “a educação é prioridade””. Já no lado amarelo da capa aparece a “Realidade: “vai aumentar as tarifas em 30%”, “deixou subir os juros”, “apertou o seguro desemprego”, “cortou verbas para a educação””. A revista tenta evidenciar os contrapontos feitos em momento de eleição e a realidade após Dilma tomar posse, e como ela mudou tudo aquilo que teria prometido.

Já a capa de 7 de outubro de 2015, Dilma aparece, conforme Anexo F, passando a faixa da presidência para o ex-presidente Lula. Este é ilustrado por um boneco inflável, vestido com roupa de presidiário, símbolo utilizado por aqueles que se opunham a ele. O título “Ela passou a faixa: Dilma entrega o núcleo do governo a Lula, os grandes ministérios ao PMDB e se enfraquece ainda mais”, evidencia que ela cedeu às pressões do partido de seu vice, e ao mesmo tempo, ao passar a faixa para Lula, ela estaria pedindo ajuda para poder governar.

A capa de 14 de outubro de 2015 mostra a sombra de Rousseff de cabeça baixa, como podemos observar no Anexo G. “Altamente impopulares, perdem apoio no Congresso, arruinaram a economia do país”, são motivos utilizados para responder o título da capa “Por que caem os presidentes: Dilma Rousseff reúne três condições que, à luz da história, são comuns aos governantes de democracias destituídos de seu cargo”. Nesta edição *Veja* já diz ao público que a presidente não teria mais como continuar em seu cargo, pois já tinha

adquirido três principais motivos para sair do poder. Vale ressaltar que, na época, os gritos de impeachment já ecoavam nas ruas e nos parlamentos.

Após a abertura do processo de impeachment pelo então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, *Veja* faz uma edição especial de 24 páginas que saiu no dia 9 de dezembro de 2015. No Anexo H, Dilma aparece em um fundo preto olhando para frente com o semblante preocupado. Após o título “Impeachment” aparecem abaixo os tópicos para tentar explicar a situação que fez com que a presidenta chegasse a tanta desaprovação.

Já na publicação de 16 de dezembro de 2015, Dilma aparece em uma TV dos anos 50/60, em uma imagem em preto e branco. A capa faz referência às medidas tomadas por Rousseff que estariam desagradando os brasileiros. Com o título “A máquina do atraso de Dilma: como a presidente fez a indústria retroceder 65 anos, a política econômica voltar ao tempo do estatismo militar, a recessão punir os brasileiros como não ocorria desde 1981 e a inflação de 10% rugir depois de treze anos domada.”; a revista tenta mostrar, como podemos observar no Anexo I, que o impeachment seria a única solução para que o país pudesse sair do atraso proporcionado pela presidenta.

“Fora do Barulho: com ou sem vitória na batalha do impeachment, Dilma já perdeu a batalha do poder. Seu governo esfacelou-se e a presidente, abandonada pelos aliados, não comanda mais o Brasil”; este foi o título da capa de 20 de abril de 2016, três dias após a votação na Câmara dos deputados. No Anexo J, é possível perceber que mesmo que o processo de impeachment ainda em andamento, a revista já dizia que o governo de Dilma não teria mais como continuar. Desse modo, é apresentada a foto presidencial da então presidenta rasgada, como se ela já tivesse saído do governo definitivamente.

Em 11 de maio de 2016, *Veja* traz a imagem de Dilma e logo atrás dela de Cunha. No Anexo K, podemos observar o título “Tchau querida, tchau querido: com o impeachment de Dilma e a queda de Cunha, o Brasil tem chance de fazer uma limpeza inédita na vida pública”. Este tenta demonstrar que a saída dos dois (Dilma foi afastada enquanto tramitava o processo de impeachment e Cunha foi afastado da presidência da Câmara dos deputados pelo Superior Tribunal Federal) seria a solução dos problemas de corrupção entendidos pela revista.

Confira a seguir as capas:

| Data | Capa |
|---------------------|--|
| 17 de julho de 2013 | “Choque de ilusão: A MP dos médicos mostra que, depois do grito dos brasileiros nas ruas, governar virou emergência” |

| | |
|------------------------|--|
| 16 de julho de 2014 | “Vai Sobrar para ela? 10 analistas opinam se o mau humor com a derrota da seleção vai prejudicar Dilma nas eleições” |
| 11 de novembro de 2014 | “A solidão da vitória: sem saber o que fazer na economia, pressionada pelo PT e esnobada pelos aliados, a presidente se isola no palácio” |
| 7 de janeiro de 2015 | “O Poder e o Saber: com eles juntos, temos uma chance de atravessar o tempestuoso 2015. Se duelarem, o Brasil perde” |
| 21 de janeiro de 2015 | “Promessa x Realidade” |
| 7 de outubro de 2015 | “Ela passou a faixa: Dilma entrega o núcleo do governo a Lula, os grandes ministérios ao PMDB e se enfraquece ainda mais” |
| 14 de outubro de 2015 | “Por que caem os presidentes: Dilma Rousseff reúne três condições que, à luz da história, são comuns aos governantes de democracias destituídos de seu cargo” |
| 9 de dezembro de 2015 | “Impeachment” |
| 16 de dezembro de 2015 | “A máquina do atraso de Dilma: como a presidente fez a indústria retroceder 65 anos, a política econômica voltar ao tempo do estatismo militar, a recessão punir os brasileiros como não ocorria desde 1981 e a inflação de 10% rugir depois de treze anos domada” |
| 20 de abril de 2016 | “Fora do Barulho: com ou sem vitória na batalha do impeachment, Dilma já perdeu a batalha do poder. Seu governo esfacelou-se e a presidente, abandonada pelos aliados, não comanda mais o Brasil” |
| 11 de maio de 2016 | “Tchau querida, tchau querido: com o impeachment de Dilma e a queda de Cunha, o Brasil tem chance de fazer uma limpeza inédita na vida pública” |

Tabela 1 – Capas da Revista Veja

6.2.2 As capas da Revista *IstoÉ*

A primeira capa da revista *IstoÉ* em que Dilma Rousseff aparece, após o começo da crise de imagem, é datada de 29 de outubro de 2014, dias após o segundo turno que a reelegeu. No Anexo L, a imagem mostra Dilma e Lula, como se estivessem conversando. O título “Uma campanha montada na mentira: como o time da candidata Dilma Rousseff

disseminou medo no País e escondeu a crise econômica para tentar levar a eleição e permanecer no poder.”, tenta desmoralizar toda a campanha “Coração Valente” feita pela presidenta. Além disso, podemos observar que há a tentativa de que os dois montaram um complô para poder permanecer mais tempo no governo Federal.

Na edição seguinte, de 05 de novembro de 2014, a revista cobra uma ação mais contundente da presidente. Com o título “Muda já, Dilma: o Brasil exige ações imediatas e quer mais do que promessas ou discursos”, a ex-presidente é acusada pela *IstoÉ* pela inflação alta, a crise econômica, na saúde e na educação, por corrupção, entre outros, como podemos observar no anexo M.

Já em 23 de fevereiro de 2015, Dilma aparece pela primeira vez no ano estampando a capa desta revista. Na imagem (Anexo N) mostra-se a presidenta com expressão de sem saber o que fazer. O título “Cadê a pátria educadora? Como a prática do governo Dilma desmente seu discurso e prejudica milhões de estudantes brasileiros”, é uma tentativa de colocar Rousseff como vilã diante dos cortes feitos na área da educação, área que ela teria dito ser sua prioridade em sua campanha de 2014.

Em 08 de julho de 2015 a capa (Anexo O) estampa o título “Impeachment: começam a se desenhar as condições para um processo de afastamento da presidência da República”. É a primeira vez que a revista toca no assunto, e mostra Dilma de costas, como se estivesse saindo de cena.

Na edição de 23 de setembro de 2015, Dilma aparece (Anexo P) imitando a imagem do Tio Sam¹⁴ (figura utilizada, principalmente, para chamar os homens a participarem da guerra), porém, com as roupas em detalhes verde e amarelo, referência à bandeira do Brasil. “Dilma quer que você pague a conta: pacote de ajustes da presidente se limita a tungar o bolso do contribuinte e reforça a guerra do impeachment”, com esse título, pode-se afirmar que a revista tenta converter a imagem da presidenta como a inquisidora que penaliza a população.

“Começa o impeachment: O que falta para ela sair?”, com esse título *IstoÉ* começa sua descrição sobre o processo que levou a saída da presidenta do poder. Na imagem da capa (Anexo Q de 09 de dezembro de 2016) aparece a faixa presidencial pendurada em um cabideiro, sua sombra como se estivesse saindo de cena e a cor vermelha predominando o fundo da capa.

¹⁴ Fonte disponível em: < <http://brasilecola.uol.com.br/geografia/tio-sam.htm>>. Acesso em: 02 dez 2017.

A capa de 02 de março de 2016 (Anexo R) mostra Dilma com a aparência de cansada gravando a campanha de 2014. É possível perceber que atrás dela, estava seu marqueteiro João Santana, que estaria comandando a gravação. O título “A volta do impeachment”, traz subtítulos afirmando ter provas sobre propinas na reeleição da presidenta, a articulação do PMDB para alcançar o poder, e a indignação do público em relação ao PT e ao ex-presidente Lula. Além disso, mostra que o marqueteiro teria muito mais influência no governo do que só de montar estratégias eleitoreiras.

Já em 30 de março de 2016, a revista traz a capa (Anexo S) intitulada “Os 7 crimes de Dilma”, e tenta elencar que Ministério Público, Polícia Federal e Justiça Eleitoral teriam provas contra Rousseff que poderiam incriminá-la. A ex-presidenta aparece com a expressão cabisbaixa, olhando para baixo, como se estivesse esperando sua sentença.

Em 06 de abril de 2016 a revista (Anexo T) mostra Dilma como se estivesse gritando e o título reforça essa ideia. “As explosões nervosas da presidente” tenta evidenciar como o processo de impeachment estaria deixando-a fora de si, e por esse também seria um motivo para destituí-la do poder.

Intitulada como “O mensalão do Impeachment”, a capa de 13 de abril de 2016 (Anexo U) trata da tentativa do então governo de comprar apoio de outros partidos para poder vencer a votação do impeachment.

Após a primeira votação na Câmara, a edição de 20 de abril de 2016 (Anexo V); mostra a imagem de Dilma em preto com o escrito “Não vai ser golpe”. A capa discorre contra a fala da posição (que salientava que o impeachment era um golpe e não um ato contra crime de responsabilidade). Além disso, mostra que depois de várias atitudes criminosas, a então presidenta teria que sair do poder para ser penalizada por seus atos.

Em 12 de agosto de 2016 a revista (Anexo W) traz o começo do desfecho do impeachment. A capa mostra Dilma saindo de uma porta, como quem estaria saindo da porta do poder depois de ter sido sentenciada. Com o título “Hora de sair”, IstoÉ afirma que, após o processo de impeachment, Dilma estaria indo de volta pra casa, em Porto Alegre, e que após levar o país a ruína, finalmente o Brasil iria voltar aos trilhos sem sua presença.

Já em 26 de agosto de 2016 (anexo X), véspera da votação final do impeachment, a revista mostra a presidenta e seu vice, Michel Temer, cada um de um lado do mapa do Brasil, como se estivessem duelando. A edição traz uma pesquisa exclusiva “Dilma x Temer” e mostra que o então vice teria mais aprovação da população do que a presidenta.

Confira a seguir as capas:

| Data | Capa |
|-------------------------|--|
| 29 de outubro de 2014 | “Uma campanha montada na mentira: como o time da candidata Dilma Rousseff disseminou medo no País e escondeu a crise econômica para tentar levar a eleição e permanecer no poder.” |
| 05 de novembro de 2014 | “Muda já, Dilma: o Brasil exige ações imediatas e quer mais do que promessas ou discursos” |
| 23 de fevereiro de 2015 | "Cadê a pátria educadora? Como a prática do governo Dilma desmente seu discurso e prejudica milhões de estudantes brasileiros” |
| 08 de julho de 2015 | “Impeachment: começam a se desenhar as condições para um processo de afastamento da presidência da República” |
| 23 de setembro de 2015 | “Dilma quer que você pague a conta: pacote de ajustes da presidente se limita a tugar o bolso do contribuinte e reforça a guerra do impeachment” |
| 09 de dezembro de 2016 | “Começa o impeachment: O que falta para ela sair?” |
| 02 de março de 2016 | “A volta do impeachment” |
| 30 de março de 2016 | “Os 7 crimes de Dilma” |
| 06 de abril de 2016 | “As explosões nervosas da presidente” |
| 13 de abril de 2016 | “O mensalão do Impeachment” |
| 20 de abril de 2016 | “Não vai ser golpe” |
| 12 de agosto de 2016 | "Hora de Sair" |
| 26 de agosto de 2016 | "Dilma x Temer" |

Tabela 2 – Capas da Revista IstoÉ

6.2.3 As capas da revista *Época*

No Anexo Y, a edição de 29 de junho de 2013, mostra o formato de Dilma, sem a imagem propriamente dela, dando a ideia de que ela estaria ausente. A capa faz referência as diversas manifestações que ocorreram no país. Por isso, o título “Cadê a estadista? O povo toma as ruas, a economia desanda, os políticos batem cabeça – e o governo muda de assunto...”, tenta evidenciar que Rousseff estaria se esquivando dos problemas debatidos pela sociedade.

A capa de 03 de maio de 2014 traz a presidenta com um semblante sereno, apesar do título ser “Dilma vai a guerra: a estratégia populista do governo para reagir à queda nas pesquisas e ao avanço da oposição”. A imagem (Anexo Z) está em preto e branco com as letras em vermelho, cor sempre referência da presidenta, sobretudo, por ser aquela de seu partido.

Já em 18 de outubro de 2014, a revista traz a imagem (Anexo AA) de Dilma e de Aécio Neves, seu oponente no segundo turno das eleições presidenciais. Com o título de “Dilma x Aécio: a eleição do vale-tudo”, o periódico tenta ilustrar o cenário acirrado em que o país estava passando para eleger aquela que seria eleita. Assim como nos debates da época, os dois aparecem com os dedos apontados um para o outro, evidenciando o clima pesado que pairava naquele tempo, com Brasília ao fundo.

Com a capa “Estou disposta ao diálogo – Dilma Rousseff em seu discurso de vitória” de 27 de outubro de 2014, *Época* traz a imagem (Anexo BB) da presidenta recém-eleita com uma expressão feliz, de vitória.

Em 01 de novembro de 2014, a revista mostra (Anexo CC) a imagem do perfil de Rousseff em preto, e diversos balões de pessoas que estariam preocupadas com a economia e como esta estava influenciando a vida dessas. Intitulada de “O que o Brasil quer de Dilma: os brasileiros que trabalham estão preocupados. Adivinha com que? (Dica; nada a ver com reforma política)”, a revista tenta mostrar que as preocupações da população e da presidenta eram diferentes, deixando a entender que Dilma não estaria do mesmo lado dos brasileiros em alerta com a economia.

A revista de 19 de setembro de 2015 estampa a imagem (Anexo DD) da presidenta sentada olhando para o relógio, como se estivesse aflita com algo. O título “A presidente sem poder: Dilma se enfraquece e perde tempo ao lançar um pacote de ajuste equivocado – e deve enfrentar um Congresso cada vez mais hostil” corrobora com a imagem. Desse modo, a revista tenta mostrar que depois de estar sem poder, Dilma estaria preocupada com o futuro de seu governo.

“Dilma sob ataque” foi a capa (Anexo EE) de 10 de outubro de 2015. A revista tenta ilustrar a presidenta com expressão mais uma vez preocupada com o futuro do governo federal, com a cabeça baixa e semblante fechado.

Já em 05 de dezembro de 2015 a revista traz a imagem (Anexo FF) da presidenta olhando para frente, como sem saber o que poderia estar por vir. A imagem é referência à autorização da abertura do processo de impeachment, pelo presidente da Câmara, Eduardo

Cunha, que Dilma estaria prestes a enfrentar. Com o título “Ela resiste?” a revista duvida de que a presidenta poderia sair ilesa do mesmo.

Um mês antes da votação na Câmara, o periódico estampa em sua capa (Anexo GG) a foto de Dilma com riscos de guerra na cor vermelha no rosto. “Dilma vai à guerra” é a capa de 25 de março de 2016, alguns dias antes do início do processo de impeachment de Rousseff.

As vésperas da votação na Câmara, com os aliados já quase todos perdidos, Época traz a capa de 04 de abril de 2016 (Anexo HH) “É guerra!” com a imagem de Dilma e ao fundo de seu vice, Michel Temer. Os dois olham para frente, como se estivessem mirando em algo, apesar de ambos estarem em direções diferentes.

“A solidão de Dilma” foi assim que a edição especial do impeachment de 16 de abril de 2016 ilustrou o momento (Anexo II). A presidenta aparece no palácio do planalto, olhando pela janela, como quem estivesse procurando pelo futuro.

Antes do veredito que tirou Dilma do poder, a revista lançou a capa (anexo JJ) em que Rousseff aparece de costas olhando sua cadeira, como quem estaria passando o posto. A edição de 27 de agosto de 2016 trouxe o título “O último ato” já prevendo a saída da presidenta, como se ela estaria terminando sua peça (governo).

Confira a seguir as capas:

| Data | Capa |
|------------------------|---|
| 29 de junho de 2013 | “Cadê a estadista? O povo toma as ruas, a economia desanda, os políticos batem cabeça – e o governo muda de assunto...” |
| 03 de maio de 2014 | “Dilma vai a guerra: a estratégia populista do governo para reagir à queda nas pesquisas e ao avanço da oposição” |
| 18 de outubro de 2014 | “Dilma x Aécio: a eleição do vale-tudo” |
| 27 de outubro de 2014 | “Estou disposta ao diálogo – Dilma Rousseff em seu discurso de vitória” |
| 01 de novembro de 2014 | “O que o Brasil quer de Dilma: os brasileiros que trabalham estão preocupados. Adivinha com que? (Dica; nada a ver com reforma política)” |
| 19 de setembro de 2015 | “A presidente sem poder: Dilma se enfraquece e perde tempo ao lançar um pacote de ajuste equivocado – e deve enfrentar um Congresso cada vez mais |

| | |
|------------------------|----------------------|
| | hostil” |
| 10 de outubro de 2015 | “Dilma sob ataque” |
| 05 de dezembro de 2015 | “Ela resiste?” |
| 25 de março de 2016 | “Dilma vai à guerra” |
| 04 de abril de 2016 | “É guerra!” |
| 16 de abril de 2016 | “A solidão de Dilma” |
| 27 de agosto de 2016 | “O último ato” |

Tabela 3 – Capas da Revista Época

6.2.4 As capas da revista *Carta Capital*

Em 03 de julho de 2014, a edição da revista trouxe os presidentiáveis como se fizessem parte de um jogo de sinuca, referência à Copa mundial de futebol que estava acontecendo no país. Em três das bolas aparecem Dilma Rousseff, Eduardo Campos e Aécio Neves, como opções para “encaçapar” o jogo. “Campanha eleitoral, a largada” (Anexo KK) foi o título utilizado para demonstrar o momento político do momento.

A edição de 05 de setembro de 2014 aparece as duas mulheres candidatas, Dilma e Marina Silva. Na capa (Anexo LL) as duas estão vestidas com quimonos prestes a se enfrentarem (referência ao possível segundo turno entre as duas).

Na semana anterior do primeiro turno, a revista lança a edição de 26 de setembro de 2014 como a “Corrida Indefinida” (Anexo MM). Nela aparecem Aécio Neves, Marina Silva e Dilma Rousseff em carrinhos de trilhos, em busca da vitória em 05 de outubro daquele ano.

O título “E o mercado criou o Dilmômetro” foi a capa da edição de 05 de outubro de 2014 (Anexo NN) que apontava a possibilidade do mercado cair caso Dilma ganhasse as eleições. Sendo o sistema financeiro um influenciador das urnas.

Na edição de 10 de outubro de 2014 (Anexo OO), após o primeiro turno das eleições, a capa estampa a foto de Dilma e Aécio em referência a conjuntura formada para o segundo turno. Com o título “A velha polarização”, a candidata do PT aparece com a roupa em vermelho como a cor de seu partido, que vai enfrentar mais uma vez o PSDB nas urnas.

“Dilma com a palavra” foi a capa de 17 de outubro de 2014 (Anexo PP). Nesta ela aparece olhando para frente, como se estivesse esperando pelo resultado do segundo turno das eleições. A revista abre espaço para a então candidata falar mais sobre o pleito, crise e sobre a oposição do PSDB.

A edição especial de 27 de outubro de 2014 (Anexo QQ) traz a imagem de Dilma em meio a multidão. A capa não tem nenhum título apenas a comemoração de Rousseff pelo segundo turno das eleições e sua reeleição à presidenta.

Já na edição de 31 de outubro de 2014, Dilma aparece olhando para uma estrada (Anexo RR), como se estivesse olhando para o futuro que lhe aguarda após a vitória da eleição. “Mais quatro anos pela frente” é o título dado a esta edição.

“Os percalços de Dilma” foi a edição de 14 de novembro de 2014, que mostra um sapato de salto alto (scarpin) vermelho com o salto quebrado (Anexo SS). A imagem é uma referência à crise vivida pelo governo e aos partidos que não o apoiavam.

“O governo no breu” traz na capa a imagem (Anexo TT) de uma sombra da presidenta. A edição de 20 de março de 2015 tenta demonstrar como o processo de impeachment deixou o governo apagado e com baixa popularidade.

A capa de 24 de julho de 2015 vem com o título “Desajuste: como era previsível a austeridade de Dilma faz água” que mostra a imagem (Anexo UU) da presidenta tropeçando com as próprias pernas.

Em 28 de agosto de 2015, a capa (Anexo VV) apresenta Dilma em frente a um espelho que a reflete. Intitulada como “Dilma complica Dilma”, a capa fala sobre os atos do governo que estariam indo contra o programa de governo apresentado no ano anterior.

Já a capa de 09 de outubro de 2015 (Anexo WW) exhibe quatro bonecos do jogo PacMan¹⁵ (vulgo come-come) como se fossem bonecos de Dilma, do Tribunal de Contas da União, do Congresso e do Tribunal Superior Eleitoral. Com o título "Na cola de Dilma", a capa é uma alusão que a presidenta estaria correndo dos outros três para poder sobreviver no cargo. Vale ressaltar que o boneco que se refere à Dilma tem batom vermelho.

Em 13 de maio de 2016, o processo de impeachment já em andamento, a capa da revista (anexo XX) mostra Dilma caminhando pelos jardins planalto (as flores em tom vermelho), como se estivesse saindo de cena. Não há título nesta edição.

A edição de 20 de maio de 2016 é uma entrevista com a presidenta. Dilma fala sobre o andamento do golpe e de como Eduardo Cunha seria o grande articulador de sua saída. A imagem de Dilma é uma fotografia durante a entrevista (Anexo YY).

Já a edição de 08 de julho de 2016 traz uma foto de Dilma (Anexo ZZ) como se estivesse falando diretamente para quem lê a revista. No título um trecho do seu depoimento à comissão de impeachment: “Já sofri a dor indizível da tortura, já passei pela dor aflitiva da

¹⁵ Fonte disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Pac-Man>>. Acesso em: 03 dez 2017.

doença e hoje sofro a dor igualmente inominável da injustiça”. Tentativa de mostrar que o impeachment na verdade era o começo de um golpe.

Confira a seguir as capas:

| Data | Capa |
|------------------------|--|
| 03 de julho de 2014 | “Campanha eleitoral, a largada” |
| 05 de setembro de 2014 | Sem título |
| 26 de setembro de 2014 | “Corrida Indefinida” |
| 05 de outubro de 2014 | “E o mercado criou o Dilmômetro” |
| 10 de outubro de 2014 | “A velha polarização” |
| 17 de outubro de 2014 | “Dilma com a palavra” |
| 27 de outubro de 2014 | Sem título |
| 31 de outubro de 2014 | "Mais quatro anos pela frente" |
| 14 de novembro de 2014 | “Os percalços de Dilma” |
| 20 de março de 2015 | “O governo no breu” |
| 24 de julho de 2015 | “Desajuste: como era previsível a austeridade de Dilma faz água” |
| 28 de agosto de 2015 | “Dilma complica Dilma” |
| 09 de outubro de 2015 | "Na cola de Dilma" |
| 13 de maio de 2016 | Sem título |
| 20 de maio de 2016 | “Entrevista: Dilma Rousseff” |
| 08 de julho de 2016 | “Já sofri a dor indizível da tortura, já passei pela dor aflitiva da doença e hoje sofro a dor igualmente inominável da injustiça” |

Tabela 4 – Capas da Revista Carta Capital

6.3 ANÁLISE DE CONTEÚDO QUALITATIVA E AS CAPAS DE REVISTAS

Nesse subcapítulo vamos apontar e empregar a metodologia de análise de conteúdo, segundo Bardin (2016), para poder tentar evidenciar como a mídia construiu a imagem da ex-presidenta Dilma Rousseff durante a crise política.

Para tanto, foram elaboradas quatro categorias de análise, utilizando a subcategoria de inferência, dentro da análise de conteúdo; método explicado no início deste capítulo. A primeira categoria trata da narrativa feita pelas revistas sobre o período analisado. A segunda categoria busca verificar a utilização das palavras e seus sentidos. A terceira tenta

traçar a personalidade de Dilma feita pelas revistas. Já a última categoria observa como a mídia agendou e sentenciou a ex-presidente em suas capas, antes mesmo desta ser destituída.

6.3.1 As narrativas sobre Dilma nas revistas

Nesta primeira categoria, vamos abordar como as quatro revistas traçaram o perfil de Dilma durante a crise política (2013 a 2016). Foram apontados seis momentos dentro deste contexto.

O primeiro trata sobre o período de manifestações de rua, que teve início em junho de 2013, e depois alguns protestos na época da Copa das Confederações. Diante deste cenário, a revista *Veja* trouxe duas capas (Anexos A e B). O Anexo A, de junho de 2013, dá a entender que somente depois das manifestações, com todo o alvoroço que causou tanto na população quanto no governo, Dilma “resolveu governar”, sobretudo, por conta da área da saúde. Já no Anexo B, *Veja* tenta colocar a culpa da derrota da seleção brasileira na Copa do Mundo, na presidente. E traz 10 analistas dizendo como essa derrota poderia ser descontada nas eleições presidenciais que ocorreram naquele ano.

A revista *Época* veicula a capa (Anexo Y) que indaga aos leitores onde estaria a Estadista diante das manifestações, diante da economia enfraquecida; como se Dilma estivesse desleixada para com o governo.

As revistas *IstoÉ* e *Carta Capital* não fizeram nenhuma menção à Dilma dentro deste momento.

O segundo momento é caracterizado pela disputa eleitoral de 2014, período marcado pela polarização política, entre o acirramento da votação que reelegera Dilma presidente do Brasil. As revistas *Veja* e *IstoÉ* não apresentaram nenhuma capa referente à esse momento.

A Revista *Época* (Anexo Z) mostra que “Dilma vai à guerra”. Isso, porque a revista diz que esta é a estratégia do governo para reagir diante das quedas nas pesquisas e do avanço da oposição. A revista já evidencia que a popularidade da presidenta estaria em jogo, e que ela precisaria enfrentar uma guerra para poder retomar forças para poder disputar a reeleição. Já o Anexo AA mostra Dilma e Aécio em momento de conflito, assim como ocorreu em toda a disputa eleitoral. Após a vitória nas urnas, *Época* evidencia que Dilma estaria aberta ao diálogo (Anexo BB). Apesar da última capa deste período, *Época* tenta

apresentar que Dilma já estaria enfraquecida e que a disputa poderia abalar ainda mais sua reputação.

Já a Revista Carta Capital apresenta oito capas referente a este segundo momento. O que pode ser observado é que esta revista faz uma cobertura, sobre as eleições de 2014, desde a campanha eleitoral (Anexos KK, LL, MM, NN, OO, PP) até a vitória nas urnas de Dilma (Anexos QQ e RR).

O terceiro momento é referente ao final do ano de 2014 e início de 2015 (do segundo governo), caracterizado nesta pesquisa como o início da crise política que Dilma enfrentou, e culminou no seu impeachment.

A revista Veja apresenta três capas (Anexos C, D e E). Nestes a revista tenta mostrar como Dilma estaria sozinha no governo; como ela dependeria do restabelecimento da economia para poder gerir e como ela não estaria seguindo o que prometeu em campanha e o que estaria fazendo na realidade, após assumir. Veja começa uma campanha de deslegitimação contra a presidenta, mostrando como ela não teria capacidade para governar nem apoio de aliados.

Isto traz duas capas (Anexos L e M), também no processo de descrédibilização de Rousseff, aponta que a campanha de Dilma foi montada da mentira para poder conquistar o povo e pede à ela uma atitude diante dos problemas que estavam em evidência à época (inflação, corrupção, falta de diálogo, etc.).

Época apresenta (Anexo CC) o que de fato os brasileiros queriam de Dilma. Tenta ser a ponte entre população e governo para tentar chamar a atenção da presidenta para o que o povo queria de sua gestão. Entretanto, os relatos contidos na capa, mostram como o Governo estaria mal com a população e de como a economia estaria influenciando de forma negativa na vida dos cidadãos.

Carta Capital mostra o outro lado da história. Diferente das outras revistas, esta tenta evidenciar que as dificuldades enfrentadas pela presidenta não seriam somente por conta dela. O termo golpismo já começa a ser usado pelo periódico, uma tentativa talvez de dizer como seria difícil governar sem apoio e com as trapaças dos então “aliados”.

O quarto momento é caracterizado pela construção da imagem da presidenta enfraquecida, sobretudo, por conta das narrativas que estimularam o povo a pensar desse modo.

Veja traz duas capas (Anexos F e G), em que tenta mostrar como Dilma estaria entregando o cargo a outras pessoas, como, por exemplo, indicando Lula para ministro da

Casa Civil. E, também, a revista já mostra motivos do porque que a presidenta teria que sair do poder, uma vez que, segundo Veja, ela já teria todos os motivos para não conseguir mais governar.

IstoÉ apresenta três capas (Anexos N, O e P). Além de apontar como Dilma não estaria cumprindo as promessas de campanha, de enfraquecer a economia, a presidenta teria vários motivos para sair do governo (pedaladas fiscais e contribuições de campanha ilegais). Em julho (Anexo O), a revista já traz a palavra Impeachment em sua capa.

Época já ressalta que a presidenta estaria sem poder (Anexo DD), sobretudo, sem poder com o Congresso, o que a tornaria ainda mais impopular. Além disso, a mostra sozinha, vivendo sob ataque da oposição, que já teria a abandonado (Anexo EE). A revista também trabalha para o enfraquecimento da imagem de Dilma.

Carta Capital apresenta quatro capas (Anexos TT, UU, VV e WW) que traçam como o governo sozinho e sem a popularidade, a presidenta acabaria se complicando com a população. Ademais, a campanha de 2014 estaria correndo risco por conta da rejeição das contas. A revista traça um panorama dos desdobramentos do governo.

O quinto momento trata da abertura do processo de impeachment, que ocorreu em dezembro de 2015. Dentro dessa perspectiva, Veja apresenta a edição especial Impeachment (Anexo H). A revista traz um panorama de como o país só teria a ganhar com a saída de Dilma da presidência. IstoÉ (Anexo Q) diz que vários setores querem a saída da presidenta, para dar início a um pacto nacional que resgataria a credibilidade do país. Uma amostra de que este pacto nacional, na verdade, já era o golpe insuflado querendo tomar o poder. Época já traça em sua edição especial (Anexo FF) duvidando se a presidente resistiria ao impeachment. Pode-se observar que parece que essas revistas já saberiam do desdobramento final desse episódio político. A revista Carta Capital não teve capa sobre a abertura do processo de impeachment.

O sexto e último momento da narrativa é sobre o desenvolvimento do processo de impeachment, que durou até agosto de 2016. Nesse ano, houve diversas capas sobre a presidente, sobre o processo e até sobre o seu possível sucessor, Michel Temer.

Veja decreta em abril deste ano (Anexo J), que Dilma já seria carta fora do baralho, sobretudo, por ter perdido a votação no Congresso, que a afastou de seu cargo. Em maio (anexo K), a revista apresenta como a saída da presidenta e do então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, seria bom para o país, representaria uma limpeza na política. A revista faz um prejulgamento mesmo antes de o impeachment ser de fato consumado.

A revista IstoÉ apresenta sete capas sobre esse momento (Anexos R, S, T, U, V, W e X). De março a agosto de 2016, sendo a revista com mais capas durante todo o processo, IstoÉ traz motivos que justificariam a saída de Dilma do poder. Acusam a presidenta de crime (anexo S), bem como falam que ela estaria fora de si (anexo T), o que seriam fortes razões para tirá-la do governo.

Época tem quatro capas sobre esse momento (Anexos GG, HH, II e JJ). Nelas o periódico mostra que mesmo disposta a enfrentar uma guerra (contra a oposição), Dilma não teria apoio para sustentar sua defesa. E, por isso, não conseguiria se manter na presidência. A revista também compactua, assim como as duas anteriores, a favor do impeachment.

Carta Capital apresenta três capas dentro deste período. A edição especial sobre a crise (Anexo XX) faz um panorama com especialistas que falam sobre o afastamento provisório de Dilma em maio de 2016. O anexo YY traz entrevista com a presidenta. Única revista que se propôs a ouvir o lado de Dilma durante o processo de seu afastamento. Já em julho (Anexo ZZ), a revista traz outra entrevista com a presidenta, já declarando que o golpe estaria para se concretizar.

O que podemos observar, após esta pequena análise das narrativas utilizadas por essas quatro revistas, é que Veja, IstoÉ e Época contribuíram e reforçaram ainda mais a crise de imagem da presidenta. Sobretudo, por destacar e apresentar episódios antes de se concretizarem. Tentaram e conseguiram abalar ainda mais a legitimidade de Rousseff para governar o país, enfraquecendo sua imagem, usando uma linha editorial tendenciosa.

6.3.2 Escolhas lexicais e análise semântica

Nesta parte vamos abordar a forma como as palavras foram empregadas nas capas das revistas. Para isso, vamos utilizar de três temas (guerra ou conflito, personalista e machismo) para classificar o modo foi Dilma foi apresentada.

Motta (2007) aponta alguns tipos de enquadramentos políticos usados pelos jornais. O autor ressalta que o enquadramento político é do tipo dramático ou narrativo, utilizados para construir a realidade política de forma que o público entenda de maneira pedagógica as adversidades e conflitos desse campo. Dessa forma, os enquadramentos não são apenas representações, mas apresentações da realidade. Motta (2007) configura ainda que enquadramento de guerra é aquele em que predomina a ideia de luta entre as forças, destruição do adversário, vitórias e derrotas, acordos, ataques, combates. Nesse sentido,

através da análise descritiva das revistas, pode-se considerar que este tema foi o mais empregado nas capas de forma lexical/semântica. Utiliza-se a palavra guerra, ataque, vitória, batalha, entre outras. Algumas capas, como os Anexos X e AA mostram a polarização política, para isso, palavras como “vale-tudo”, referência à modalidade de luta, são empregadas para mostrar o clima acirrado entre Dilma e a oposição (neste caso, na eleição contra Aécio Neves).

A revista Veja apresenta três capas com o tema guerra (Anexos F, G e J). IstoÉ apresenta nove capas (anexos L, O, P, Q, R, S, U, W e X). Época traz cinco capas (Anexos Z, AA, EE, GG, HH). E a revista Carta Capital teve seis capas com o tema guerra/conflito (Anexos KK, LL, MM, NN, OO, TT). Pode-se observar que ao empregar palavras que tem carga semântica conflituosa, as revistas podem estar tentando apresentar o cenário divergente e polarizado em que a crise política tornou o país.

O segundo tema refere-se à personalização, aquele que tenta traçar o caráter, a personalidade da presidenta. Desse modo, Veja tenta traçar a imagem de Dilma como uma pessoa solitária (Anexo C), que não consegue assumir seus compromissos (anexo F), atrasada e que não moderniza nem acompanha o tempo (Anexo I), abandonada pelos aliados (anexo J) e que por isso, seria hora de deixar o governo (Anexo K). IstoÉ mostra a presidenta de forma a montar um perfil de uma pessoa mentirosa e que engana o povo (Anexos L e N), uma gestora que precisa mudar suas ações e ajudar mais o povo (Anexos M e P), uma presidente criminosa (Anexo S) e que também sofre com suas instabilidades emocionais que podem afetar sua forma de governar (Anexo T). A revista Época também segue a mesma linha das outras duas. Tenta mostrar que Dilma está ausente e não escuta a população (Anexo Y). Assim, ela se torna uma presidente sem poder e enfraquecida (Anexo DD); a solidão é algo inerente àqueles que não compactuam com a maioria e é ignorada por isso (Anexo II). Essas revistas, pode-se dizer que tentam impactar a credibilidade da presidenta para com os cidadãos, apontam e incriminam, e assim a desqualifica como gestora. Já a revista Carta Capital, trata sobre os obstáculos que Dilma enfrentaria por causa da oposição (Anexo SS), e como ela sofreria por conta de sua rigidez/austeridade (Anexo UU), e esse tipo de comportamento acabaria complicando sua imagem (Anexo VV), e as acusações injustas que levaram ao impeachment (Anexo ZZ).

O terceiro e último tema refere-se ao machismo, e há um excesso de se palavras têm carga semântica. Em Veja, observar-se três capas que, apesar não ter explicitamente algo pejorativo quanto à questão do gênero feminino, há o julgamento da capacidade da presidenta

por ser mulher. Nesse sentido, os Anexos B, C e F fazem esse tipo de julgamento. IstoÉ traz a capa mais chamativa quanto ao tema (Anexo T). Nessa capa, a revista tenta mostrar como o temperamento de Dilma a desqualifica para o cargo que ocupa, ela estaria totalmente fora de si. Além de ela não estar mais aguentando a pressão que fazem por conta do processo de impeachment. Época apresenta duas capas (Anexos FF e II) que duvidam e já a culpam de certa forma das acusações usadas para abrir o processo de impeachment. Ademais, mostra que ela estaria sozinha e desesperada quanto a falta de apoio dos então aliados. Carta Capital apresenta uma capa (Anexo UU) em que trata a austeridade de Rousseff como forte característica para o desastre político que o Brasil estava vivendo. Talvez se ela fosse mais maleável, como se espera de uma mulher, ela não passaria por certas situações durante a crise política.

6.3.3 A identidade feminina na política

Nesta categoria vamos analisar de que forma a imagem de Dilma foi construída na política. Se a maneira como a política enxerga a mulher política também foi apresentada pelas revistas.

A revista Veja apresenta cinco capas (Anexos B, C, F, I e K) que permite perceber aspectos machistas em suas colocações. Seja por colocar a culpa de uma derrota de futebol nas costas dela, seja por sua solidão por não conseguir conversar com a oposição, ou quando ela entregou a faixa para seu antecessor em busca de resolver seus problemas, seja quando ela foi considerada atrasada para gerir o país, quando a oposição e a mídia achou graça de seu afastamento.

IstoÉ (Anexo T) evidenciou como uma mulher, que estaria fortes pressões políticas, ficaria fora de controle, e sua sanidade começou a ser contestada. Isto, porque uma mulher não aguentaria tamanha tensão e extrapolaria seu temperamento.

Época (Anexos DD, EE, FF e II) mostra uma presidenta enfraquecida, sem poder; além de sofrer ataques, por ser incapaz de fazer aliados, estaria sozinha por conta disso; a revista duvida se ela conseguiria sair das acusações, antes mesmo de se defender sobre as pedaladas que a destituíram; a solidão é preocupante, por seu temperamento fora do convencional, estaria sozinha na batalha contra a oposição (sem o apoio e o aval da maioria, ou seja, dos homens).

Carta Capital traz a dualidade entre as mulheres (Anexo LL), ao mesmo tempo em que apresenta a vitória de Dilma e sua aproximação com o povo (Anexo QQ). Entretanto, para representar os obstáculos que ela enfrentaria (anexo SS) utiliza um sapato de salto alto, uma referencia feminina que não condiz com o perfil de Dilma. O desajuste do Brasil é mostrado com a imagem da presidenta (Anexo UU) com as pernas tortas e sua austeridade seria o principal fator para não conseguir aprovação dos membros do congresso. E para mostrar Rousseff sobre a mira do Congresso e dos Tribunais de Contas e do Eleitoral (Anexo WW), o boneco que representa Dilma usa batom, outra atitude que faz referencia ao feminino, porém, sem ter relação ao perfil estético da presidenta.

É possível perceber que as capas reproduzem aquilo que nossa cultura impõe. A mentalidade patriarcal, ainda presente em nossa sociedade, apesar de todos os avanços sociais e civis que as mulheres conseguiram ao longo do tempo, é um fator que propicia a estigmatização da mulher quanto ser dotado de racionalidade igual a dos homens. Portanto, a desigualdade de gênero afeta a credibilidade das mulheres para exercer cargos tidos como fora do padrão para elas (FERREIRA, 2014).

O espaço político ainda é predominantemente masculino, e isso afeta às mulheres que alcançam um cargo público. “Historicamente, a política é um ambiente masculino e, por isso, trabalha contra as mulheres” (MIGUEL, BIROLI, 2014, p.105). A credibilidade, a racionalidade, a capacidade feminina é sempre posta em cheque, em avaliação, em dúvida.

Aquelas que conseguem se eleger na política, precisam tornar seus perfis diferenciados. Há uma contradição nisso, justamente porque a mulher política não pode ser frágil, nem muito emotiva. Entretanto, também não cabe a mulher, a frieza e a rigidez que um homem político pode ter. (PINTO, 2010). Desse modo, elas precisam balancear seu comportamento, não podem ser nem muito “mulherzinha”, nem muito masculina. Os estereótipos inferem a mulher uma tarefa árdua, de medir suas atitudes, para tentar conseguir a aprovação no campo político.

Dilma teve que ser reformulada esteticamente, ainda antes de assumir seu cargo para poder ganhar credibilidade, mas seu comportamento instigava e não condizia com aquilo que se esperava de uma mulher. Muitas vezes ela foi representada de maneira que transparecesse uma mulher incapaz e irracional. Estereotipo já construído historicamente por nossa sociedade.

6.3.4 O poder de agendamento e sentenciamento de Dilma

Como foi explicado no quarto capítulo, a mídia utiliza o agendamento para poder pautar o mundo, e, assim, as pessoas reconhecem o que de fato é importante. “A mídia pode não ter muito sucesso em dizer às pessoas o que pensar, mas seria muito eficiente em determinar sobre o que as pessoas devem pensar” (RUBIM, 2004, p.76). O enquadramento também é utilizado para dar formato ao real em notícia. E é feito de acordo com a cultura de nossa sociedade, refletindo nossos valores morais e sociais (MATTOS, 2007).

Por meio das análises das capas das revistas, pode-se perceber, que há alguns apontamentos feitos que não se baseiam em provas, mas em sugestões editoriais. Isto pode ser evidenciado nas capas (Anexos G e J) da revista *Veja* e também nas capas (Anexos Q, S e V) de *IstoÉ*. *Época* e *Carta Capital* não fizeram nenhum sentenciamento prévio nesse sentido.

Esse fato é duvidoso e prejudica a democracia, uma vez que a mídia “[...] atua centralmente na definição do que é relevante e merece atenção” (MIGUEL, BIROLI, 2011, p.23). É, portanto, a responsável por materializar os acontecimentos, sobretudo, porque ela não apenas nos diz o que pensar, mas também nos diz como pensar em algo. E com isso, “Hierarquias e desigualdades sociais são confirmadas e reproduzidas por meio de palavras e imagens que naturalizam comportamentos e pertencimentos”. (MIGUEL, BIROLI, 2011, p. 11).

Desse modo, quando os meios de comunicação agem de forma tendenciosa, além de ter poder influenciar o público, elas ferem com seu compromisso social. Tendo em vista que, quando a mídia reforça as desigualdades, abre brecha para a manutenção do status quo. Neste caso, especificamente, “Os meios de comunicação, o Estado, os partidos e o próprio eleitorado mostram-se mais confortáveis diante de mulheres que correspondem àquilo que se espera delas [...]” (MIGUEL, BIROLI, 2011, p.29). Justamente porque, “[...] sua imagem ainda se mantém ligada aos estereótipos de gênero convencionais” (MIGUEL; BIROLI, 2014, p.12).

É por meio dos meios de comunicação, que devem se fundamentar na imparcialidade e na objetividade para ser fontes de informação, que as pessoas conseguem enxergar e entender o mundo. E a “sub-representação na política e sub-representação na mídia refletem-se e alimentam-se mutuamente” (MIGUEL, BIROLI, 2011, p.212); e atuam na manutenção de um pensamento de cunho machista e preconceituoso.

Assim, a mídia pode ser considerada um cenário de representação, que segundo Rubim (2004) é caracterizado por não só refletir, mas constituir a realidade em que vivemos. Ou seja, a mídia é um espaço que transmite representações sobre os fatos que acontecem em nossa sociedade. Desse modo, agindo como sentenciador de Dilma, já aferindo a ela culpa por crimes até então não julgados, essas revistas decretam o fim de seu poder, antes mesmo de ela ser destituída oficialmente.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das discussões teóricas e conceituais e da análise das capas das revistas tomando como objeto a representação construída da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) durante o seu mandato, entre as Jornadas de Junho de 2013 até o seu processo de impeachment, foi possível chegar a algumas conclusões que ajudam a compreender não somente a interface entre mídia e política, mas, principalmente, como a imprensa, como um ator social, constrói a realidade, muitas vezes reforçando estereótipos e descumprindo o seu principal papel de informar e porque não dizer o também de ser um agente que contribua para a formação dos cidadãos. Não foi bem isso que a pesquisa revelou.

Quanto às questões teóricas, constata-se que o patriarcalismo foi o principal instrumento dominador, que fez com que a mulher tivesse seu destino social marcado pela opressão e subordinação. Foi por meio do surgimento da propriedade privada que o homem conseguiu dominar a mulher e fazê-la submissa as suas vontades. Com o desenvolvimento urbano, sobretudo, após a Revolução Industrial, no século XX, no Brasil, é que a mulher começou a emergir no mundo público. Mais uma vez foi a economia que mudou seu destino. A mão de obra feminina começou a crescer justamente por conta da expansão do mercado, que via nelas uma ótima opção de exploração. E, mesmo estando no século XXI, vivenciando grandes avanços tecnológicos e sociais, a sociedade patriarcal ainda se faz presente, de forma mais sutil e, em alguns casos, de maneira bem evidente, como verificamos em algumas capas das revistas analisadas quando se referiam à ex-presidente Dilma.

No que diz respeito ao movimento feminista, sem dúvida, foi o grande impulsionador que modificou a vida das mulheres. Com ideias liberais e igualitárias, promoveu uma verdadeira revolução, que fez com que as mulheres rompessem a barreira e o silêncio do mundo privado. E, aos poucos, fossem conquistando seu espaço no mundo público. A educação foi a chave para que elas conseguissem enxergar o mundo afora. Puderam, então, entender que tinham direitos e deveres iguais ao dos homens e foram em busca deles.

No Brasil, o movimento feminista só começou a ser efetivo a partir do século XX. Em 100 anos de história possibilitou às mulheres muitas conquistas, tanto sociais quanto civis. Entretanto, podemos afirmar que ainda há um longo caminho a ser trilhado para conquistarmos a igualdade de gênero. Pode-se dizer, também, que os períodos autoritários no país conseguiram atrasar ainda mais o nosso desenvolvimento a favor da causa feminista. As

revoluções de 1937 e de 1964, por exemplo, fizeram com que as mulheres fossem reprimidas e caladas mais uma vez.

A partir da década de 1960 em diante, o movimento ganhou novo fôlego e começou a dar sinais de que ainda poderia alcançar muitas coisas. A independência sexual e reprodutiva, proporcionada pela pílula anticoncepcional; a entrada cada vez mais massiva no mercado de trabalho e a escolarização crescente das mulheres causaram uma verdadeira crise no patriarcado e na esfera social.

Há pouco mais de 40 anos, elas vêm conseguindo alcançar seu espaço e mostram que podem, sim, fazer o mesmo que os homens. Elegemos uma presidenta, a primeira de nossa história. A primeira que deu oportunidade de montar ministérios que tivessem voz feminina. Embora, isso não fez mudar o nosso Congresso, Câmaras e afins em relação à representatividade feminina. O processo de impeachment, que pode ser compreendido como uma ruptura com a legalidade, como um golpe, por cassar o mandato da presidente sem uma justificativa jurídica que se sustentasse, mostrou certo retrocesso não somente nas conquistas políticas, mas também nas questões que remetem a discussões de gênero. O fato de ser uma mulher a ocupar o cargo de presidenta fez com que a oposição ganhasse um caráter machista, misógino, que se revelou em vários momentos e se refletiu, inclusive, de forma bem incisiva na cobertura da grande imprensa brasileira.

Adentrar esse espaço não foi e nem é fácil, a mulher sofre muito preconceito pelo simples fato de ser mulher. Nossa formação cultural interferiu diretamente na construção da identidade brasileira. A mulher sempre foi estigmatizada por conta da identidade social. Quando consegue chegar no mesmo patamar dos homens, seja em cargos ou em profissões, ou ganham menos ou são discriminadas. Isso explica porque incomodou tanto as elites e a cultura machista aceitar que uma mulher se elegeisse presidente, se reelegesse e tivesse em sua equipe uma série de mulheres à frente de pastas ministeriais importantes. A mulher no espaço de poder e de comando do país foi um dos motivos que tanto incomodou os que articularam o golpe, incluindo a maciça classe média que apoiou, chegando a xingamentos e atitudes ofensivas à presidenta não baseado em fundamentos políticos, mas em função de ser uma mulher.

Depois de analisarmos as 53 capas durante toda a crise política, pode-se perceber que Dilma foi julgada desde o início. Por meio dos fatos expostos e analisados até aqui, podemos observar que a hipótese inicial da pesquisa, que teria como ponto de partida que a mídia refletiu aspectos machistas contra Dilma, confirmou-se, principalmente nas três revistas

de clara oposição – *Veja*, *IstoÉ*, *Época*. Mas, mesmo a revista *Carta Capital*, sendo de linha editorial favorável ao governo, não deixou de reproduzir alguns posicionamentos típicos da cultura machista. A atuação como gestora de Rousseff, apesar de ter competência e qualificação para tal feito, não ia de encontro com a opinião dos políticos e nem de parte de nossa sociedade. Será que isso aconteceria se no lugar dela estivesse um homem? Será que o atual presidente, Michel Temer, que já teve tantos escândalos deflagrados teria esse mesmo tipo de cobertura midiática? As capas e o desdobramento teórico, feito durante toda a pesquisa, evidenciam que a mídia atuava juntamente com outros setores que também queriam a saída de Dilma do poder.

A articulação entre mídia, políticos da oposição e uma camada da sociedade, que estaria insatisfeita com a ascensão social de classes tidas como inferiores, fizeram emergir um pacto que culminou no golpe de 2016. Um golpe que não só destituiu Dilma da Presidência, mas tirou o desenvolvimento de nossa democracia ainda tão prematura. Nesse sentido, o que se deve discutir é se houve um retrocesso somente político, em termos de ruptura da legalidade, como aponta Souza (2016), ou se houve um ataque a direitos conquistados com muita luta tanto direitos sociais como direitos que foram bandeira dos movimentos feministas.

As revistas *Veja*, *IstoÉ* e *Época* não agiram conforme os manuais de jornalismo, que tem como prioridade a imparcialidade. Obviamente que a tal objetividade é um mito para legitimar a profissão. No entanto, a imprensa tem um papel fundamental nas democracias e devem zelar por uma cobertura que busque se aproximar da maior isenção possível, que escute os vários lados envolvidos, que aprofunde nos debates, que não reproduza preconceitos e estigmas. Mas as revistas atuaram de forma bem diferente – tomaram posicionamentos explícitos, atuaram como atores políticos sem respeito aos padrões da ética e da boa conduta, ao reforçar estereótipos, ao tratar a ex-presidente como um alvo de ataques pessoais, ao romper a barreira entre o público, o privado e o íntimo. Dilma foi chamada de frágil, insegura, além dos factoides sobre supostas crises nervosas – fatos do âmbito pessoal sem uma apuração jornalística adequada e estampados nas capas das revistas sem a menor preocupação se isso reproduzia ou não uma cultura machista, patriarcal, até então acreditávamos estar superando. Mas havia uma certa ingenuidade, até porque a representação feminina na política continua muito reduzida, girando em torno de 10% num universo dominado por homens ligados a oligarquias. E o mais agravante é que parte das mulheres que ocupam cargos de deputadas, prefeitas, vereadores têm o seu capital político vinculado a clãs familiares e

dependentes deste universo machista e em seus mandatos não agem em defesa dos direitos da mulher.

O que compreendemos deste estudo é que, apesar de toda luta em prol de igualdade, ainda há muita coisa a se conquistar. Nossa sociedade ainda é machista, e nossa mídia reflete essa realidade. Uma complementa a outra e vice-versa. A mídia reforça o pensamento hegemônico brasileiro: ainda conservador, patriarcal e machista; justamente por estar vinculada a este tipo de grupo e por não termos ainda nenhum tipo de regulamentação. Os enquadramentos utilizados reforçam esse pensamento e fazem com que o público assimile aquilo como algo inerente a nossa sociedade. Isto porque a mídia é um reflexo da nossa sociedade, de nossa cultura.

Ainda nos séculos XIX e XX a imprensa agiu diferente. Havia naquela época jornais de cunho feminista que davam voz e espaço para as ideias das mulheres. Eram, sobretudo, feitos por elas e para elas. O fator econômico, mais uma vez interfere na manutenção dominadora masculina. Temos uma mídia que se vincula tanto a favores políticos quanto econômicos. E isto interfere diretamente na atuação midiática no Brasil.

A contradição entre imagem feminina e política afeta a aceitação das mulheres em cargos políticos. Ao mesmo tempo em que Dilma não pode se manter com sua aparência de 2009, ela também não poderia se manter tão rígida para com os opositores. Ela teria que ter achado o meio termo para conseguir aceitação quanto mulher política. Seu temperamento e comportamento fora do convencional, propositaram uma imagem negativa, não tida como de a mulher ideal. O estereótipo venceu.

Isto mostra que a mulher é muito mais vista por seus atributos físicos, do que por conta de sua capacidade técnica ou intelectual. O machismo e a misoginia reafirmam esse quadro e perseguem as mulheres, as impõe um determinado tipo de comportamento, para estas sejam aceitas pela sociedade. Viver fora do padrão estético e moral vai contra os princípios de nossa sociedade conservadora e ainda patriarcal. Logo, é necessário que busquemos modificar as estruturas sociais que nos amarram a esse passado tão atrasado socialmente. É preciso trabalhar desde cedo, ainda na infância, por uma sociedade mais justa e igualitária. Bandeiras como a de igualdade de gênero devem ser levantadas afim de que consigamos de fato construir um futuro de meninos e meninas que se enxergam como similares.

A reforma política precisa sair do papel. O número de mulheres nos parlamentos brasileiros ainda é muito baixo e não corresponde com o número de eleitoras e cidadãs

brasileiras. As mulheres são a maioria da população e do eleitorado, e, também quanto a escolaridade. É preciso que haja mais representatividade feminina para melhorar a vida das mulheres. Somente com uma política mais inclusiva é que de fato termos uma democracia. Assim, por mais que se tenha atingido grandes vitórias, ainda há um caminho longo até que a história das mulheres comece a ser escrita por elas mesmas. Mas, muito além de mulheres na política, a sociedade brasileira precisa repensar suas práticas e talvez revisitar os movimentos dos anos 60 e 70 para que novamente estabeleçam movimentos em busca de cidadania e igualdade de gêneros.

REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, Tales. **Dilma Rousseff e o ódio político**. São Paulo: Editora Hedra, 2015.

ALVES, Branca Moreira. **Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1980.

AMARAL, Ricardo Batista. **A Vida quer é coragem: a trajetória de Dilma Rousseff, primeira presidenta do Brasil**. Rio de Janeiro: Sextante, 2011.

ARÁN, Márcia. Os destinos da diferença sexual na cultura contemporânea. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, V.11, n.2, p. 399-422, jul-dez. 2003. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104026X2003000200004/9068>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (Coord.); VEYNE, Paul (Org.). **História da Vida Privada: Do Império Romano ao ano mil**. V.1. São Paulo: Companhia das Letras: 1985.

_____; DUBY, Georges (Org.); **História da Vida Privada: Da Europa Feudal à Renascença**. V.2. São Paulo: Companhia das Letras: 1985.

_____; ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger (Org.). **História da Vida Privada: Da Renascença ao Século das Luzes**. V.3. São Paulo: Companhia das Letras: 1985.

AUAD, Daniela. **Feminismo: que história é essa?**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2003.

AZEVEDO, Débora Bithiah de; RABAT, Márcio Nuno. **Palavra de mulher: oito décadas de direito de voto**. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Editora 70, 2016.

BARROSO, Carmen. **Mulher, Sociedade e Estado no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2005.

BBC, 2015. De aprovação recorde ao impeachment: relembre os principais momentos do governo Dilma. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-37207258>>. Acesso em: 15 set. 2017.

BBC, 2016. Dilma completa 100 dias: economia e popularidade marcam contrastes com 1º mandato. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/04/150409_dilma_100_dias_lgb>. Acesso em: 15 set. 2017.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. 11 ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL. 2015. Conheça a Trajetória da presidenta Dilma Rousseff. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2015/01/conheca-a-trajetoria-da-presidenta-dilma-rousseff>>. Acesso em: 13 set. 2017.

BUCCI, Eugênio. **Sobre Ética e Imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CALDEIRA, Helder. **A 1ª Presidenta**. Niterói, RJ: Faces, 2011.

CARTA CAPITAL. Revista Carta Capital Edições Anteriores. [**Capas**]. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/revista>>. Acesso em: 15 nov 2017.

CARTA CAPITAL. Sobre a Editora. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/editora/sobre-a-editora>>. Acesso em: 30 dez 2017.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. 6. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2008.

DEL PRIORE, Mary. **A História das Mulheres no Brasil**. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. **Histórias e Conversas de Mulher**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2013.

EBC. 2016. **Relembra a trajetória política de Dilma Rousseff**, segunda presidente brasileira a sofrer impeachment. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/politica/2016/08/relembra-trajetoria-politica-de-dilma-rousseff-segunda-presidente-sofrer>>. Acesso em: 14 set. 2017.

ENGLES, Friedrich. **A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

ÉPOCA. **A história que construímos**. 2015. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/1985/noticia/2015/05/historia-que-construimos.html>>. Acesso em: 30 dez 2017.

ÉPOCA. Revista Época Edições Anteriores. [**Capas**]. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/edicoes-anteriores/>>. Acesso em: 15 nov 2017.

FERREIRA, Mary. **Feminismo na política: Reflexões sobre as plataformas das candidatas maranhenses nas eleições de 2014**. 18º REDOR. Recife, 2014. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/2007/772>>. Acesso em: 15 de jun. 2017.

FOLLADOR, Kellen Jacobsen. A mulher na visão do patriarcado brasileiro: uma herança ocidental. **Revista Fato e Versões**, Uberlândia, n.2, p. 3-16, jun. 2009. Disponível em: <<http://revista.catolicaonline.com.br:81/revistadigital/index.php/fatoeversoes/article/.../102>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

FORUM. 2014. **Exclusivo:** Assista Coração Valente, jingle de Dilma para eleição de 2014. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/blogdorovai/2014/06/20/exclusivo-assista-coracao-valente-jingle-de-dilma-para-eleicao-de-2014/>>. Acesso em: 12 out. 2017.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala:** formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 481 ed. São Paulo: Global, 2003.

FUSER, Igor. Mídia e política na teoria da “democracia de plateia” de Bernard Manin. **Revista Compólitica**, Rio de Janeiro, n. 1, v.1, p. 1-21. 2011. Disponível em: <http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/01/gt_ipp-igor.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2017.

GERALDES, Elen Cristina. *et al.* **Mídia, Misoginia e Golpe.** Brasília: FAC-UnB, 2016.

GLOBO. Leia a íntegra da carta enviada pelo vice Michel Temer a Dilma. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/leia-integra-da-carta-enviada-pelo-vice-michel-temer-dilma.html>>. Acesso em: 12 out. 2017.

GOFFMAN, Erving. **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4 ed. São Paulo: LTC, 1988.

GOMES, Alessandra Soares Muniz. **Meios de Comunicação e representação das mulheres na política:** narrativas jornalísticas e autopercepção identitária das deputadas federais. 2014. 175 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.

GRUPO ABRIL. QUEM SOMOS. **[Editorial]**. Disponível em: <<http://www.grupoabril.com.br/pt/quem-somos/historia/>>. Acesso em: 30 dez. 2017.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade.** 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HERMAN, Edward; CHOMSKY, Noam. **A Manipulação do Público.** São Paulo: Futura, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ISTOÉ. IstoÉ Edições Anteriores. **[Capas]**. Disponível em: <<https://istoe.com.br/edicoes/>>. Acesso em: 15 nov 2017.

ISTOÉ. IstoÉ 35 anos **[História da Revista]**. Disponível em: <https://istoe.com.br/162517_ISTOE+35+ANOS/>. Acesso em: 30 dez 2017.

JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Org.). **Por que Gritamos Golpe?:** para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

LIMA, Venício A. de. **Mídia:** Teoria e Política. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

LOPES, Rita. **O Poder dos Media na Sociedade Contemporânea**. Online Agora. Net, nº 4, p. 2-42, Portugal, 2005. Disponível em: <<http://labcom-ifp.ubi.pt/files/agoranet/04/lopes-rita-media-e-poder.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2017.

LUZ, Madel T.. **O Lugar da Mulher**: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

MANIN, Bernard. **The Principles of Representative Government**. Cambridge, New York, Melbourne: Cambridge University Press, 1997.

MATTOS, Hebe; BESSONE, Tânia; MAMIGONIAN, Beatriz G. (Org.). **Historiadores pela democracia**: o golpe de 2016 e a força do passado. São Paulo: Alameda, 2016.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Caleidoscópio Convexo**: mulheres, política e mídia. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

_____. **Feminismo e política**: uma introdução. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Enquadramentos Lúdico-Dramático no jornalismo: mapas culturais para organizar conflitos. **Revista Intexto**, Porto Alegre: UFRGS, v.2, nº17, p. 1-25. 2007. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/3461/4134>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

MURARO, Rose Marie. **A Mulher na Construção do Mundo Futuro**. Petrópolis: Editora Vozes, 1972.

NOVAIS, FERNANDO. A (Coord.); SOUZA, Laura de Mello e (Org.). **História da Vida Privada no Brasil**: cotidiano e vida privada na América portuguesa. V.1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____; ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). **História da Vida Privada no Brasil**: Império: a corte e a modernidade nacional. V.2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____; SEVCENKO, Nicolau (Org.). **História da Vida Privada no Brasil**: República: da Belle Époque à Era do Rádio. V.3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____; SCHWARCZ, Lilia (Org.). **História da Vida Privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. V.4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

NUNES, Bárbara Rodrigues; OLIVEIRA, Luiz Ademir. **“Dialoga Brasil”**: análise das estratégias de comunicação do Governo Federal. In: Erecom XIII, 2015. Juiz de Fora. Anais Erecom 2015, Juiz de Fora: UFJF, 2015, p. 82-94. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/facom/files/2016/06/ANAIS-ERECOM-2015.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2017.

NUNES, Bárbara Rodrigues; RAMOS, Vitor Silva; GUERRA, Márcio de Oliveira. **Bela, Recatada e do Lar: o estereótipo da mulher perfeita.** XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-0497-1.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2017.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres.** São Paulo: Contexto, 2007.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

_____. Feminismo, História e Poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/31624/20159>>. Acesso em: 15 de jun. 2017.

PLANALTO. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 15 out. 2017.

PUBLIABRIL. Veja. Disponível em: <<http://publiabril.abril.com.br/marcas/veja/plataformas/revista-impressa>>. Acesso em: 30 dez. 2017.

REVISTAS. Revistas de Notícias. Disponível em: <<http://www.revistas.com.br/revistas-de-noticias.html>>. Acesso em: 30 dez. 2017.

RUBIM, Antônio A.C.. **Comunicação e política: conceitos e abordagens.** Salvador: Edufba, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth. **A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade.** 2 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1979.

SALLES, Ana Cristina; CECCARELLI, Paulo Roberto. A Invenção da Sexualidade. **Revista Reverso**, Belo Horizonte, n.60, p.15-24, 2010. Disponível em: <http://ceccarelli.psc.br/pt/?page_id=485#header> . Acesso em: 15 dez.2016.

SCALZO, Marília. **Jornalismo de Revista.** 2 ed. São Paulo: Contexto, 2004.

SCHUMAHER, Schuma; VITAL BRAZIL, Erico. **Dicionário de Mulheres no Brasil: de1500 até a atualidade - biográfico e ilustrado.** 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____; CEVA, Antonia. **Mulheres no poder: trajetórias na política a partir da luta das sufragistas do Brasil.** 1 ed. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015.

SENADO. **Mais Mulher na Política: mulher tome partido.** 1 ed. Brasília: Procuradoria da Mulher no Senado, Senado, 2013.

TAVARES, Frederico de M. B.. FOTOGRAFIA E LINGUAGEM: PARA PENSAR A COMUNICAÇÃO. **Revista Mediação**, Belo Horizonte, nº5, p. 142 – 159. 2006. Disponível

em: <<http://www.fumec.br/revistas/mediacao/article/view/255/252>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

_____. **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

THOMPSON, John B.. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

TSE. Número de prefeitas eleitas em 2016 é menor que em 2012. **[Artigo]**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2016/Novembro/eleicoes-2016-numero-de-prefeitas-eleitas-em-2016-e-menor-que-2012>>. Acesso em: 25 de jul. 2017.

TSE. Homens receberam mais doações do que mulheres. **[Artigo]**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2016/Novembro/eleicoes-2016-homens-receberam-mais-doacoes-do-que-mulheres>>. Acesso em: 25 de jul. 2017.

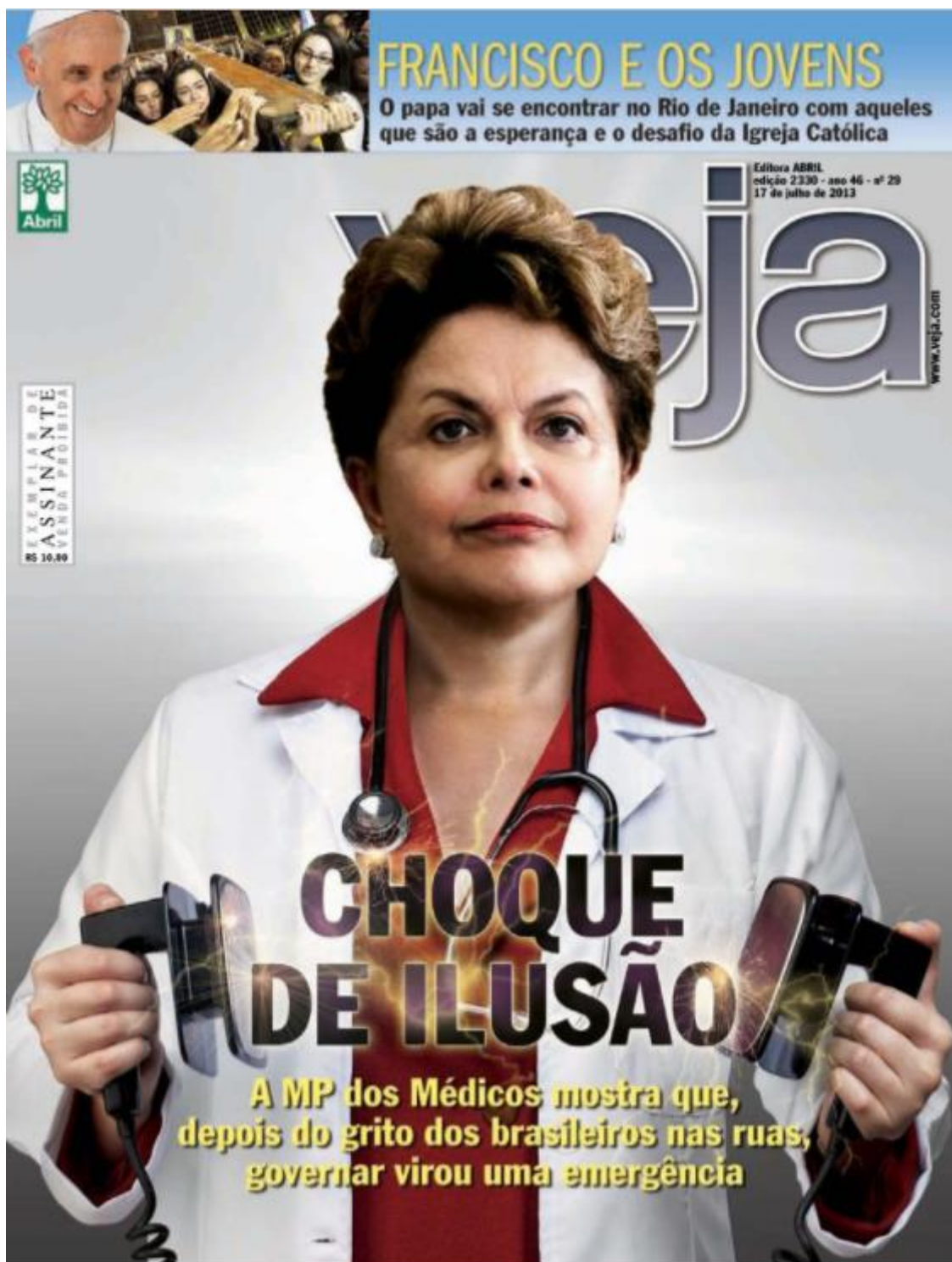
TSE. Estatísticas eleitorais de 2016. **[Artigo]**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais-2016/resultados>>. Acesso em: 25 de jul. 2017.

TSE. Número de deputadas federais cresce 13,33% em relação a 2010. **[Artigo]**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2014/Outubro/eleicoes-2014-numero-de-deputadas-federais-cresce-13-33-em-relacao-a-2010>>. Acesso em: 25 de jul. 2017.

VEJA. Revista Veja Edições Anteriores. **[Capas]**. Disponível em: <<https://acervo.veja.abril.com.br/index.html#/editions>>. Acesso em: 15 nov 2017.

ANEXOS

ANEXO A – CAPA DA REVISTA VEJA DE 17 DE JULHO DE 2013, EDIÇÃO 2330,
ANO 46, Nº 29



ANEXO B – CAPA DA REVISTA VEJA DE 16 DE JULHO DE 2014, EDIÇÃO 2382,
ANO 47, Nº 29



ANEXO C – CAPA DA REVISTA VEJA DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014, EDIÇÃO 2399, ANO 47, Nº 46



ANEXO D – CAPA DA REVISTA VEJA DE 7 DE JANEIRO DE 2015, EDIÇÃO 2407,
ANO 48, Nº 1



ANEXO E – CAPA DA REVISTA VEJA DE 21 DE JANEIRO DE 2015, EDIÇÃO 2409, ANO 48, Nº3



ANEXO F – CAPA DA REVISTA VEJA DE 7 DE OUTUBRO DE 2015, EDIÇÃO 2446,
ANO 48, Nº40



ANEXO G – CAPA DA REVISTA VEJA DE 14 DE OUTUBRO DE 2015, EDIÇÃO 2447,
ANO 48, Nº41



ANEXO H – CAPA DA REVISTA VEJA DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015, EDIÇÃO 2455,
ANO 48, Nº 49

COM VOCÊ NÃO ACONTECE...
...mas o caçula de Lula copiou a Wikipédia e ganhou, pelo plágio, 2,5 milhões de reais de uma empresa investigada na Zelotes

PARA ESCAPAR DO ZIKA
O que fazer para se proteger do vírus que apavora as grávidas e ameaça virar epidemia no verão

veja www.veja.com

ESPECIAL 24 PÁGINAS

IMPEACHMENT

- POR QUE É FALSA A GUERRA ENTRE DILMA ROUSSEFF E EDUARDO CUNHA
- O PASSO A PASSO DO PROCESSO QUE VISA A DERRUBAR A PRESIDENTE
- UMA EX-CARA-PINTADA E UM EX-PETISTA SÃO OS AUTORES DO PEDIDO
- A EUFORIA DOS MERCADOS SINALIZA QUE, SEM DILMA, A CONFIANÇA VOLTA
- COMO A LAVA-JATO DARÁ MUNIÇÃO AOS DEFENSORES DO IMPEDIMENTO
- O STJ PODE SOLTAR OS CORRUPTOS E A INDIGNAÇÃO CATALISAR O PROCESSO
- A PRIMEIRA REAÇÃO DE COLLOR E DILMA FOI A MESMA: CULPAR OS ADVERSÁRIOS
- POR QUE É INDOLOR NO PARLAMENTARISMO TROCAR GOVERNANTE INCOMPETENTE

Editora ABRIL
edição 2455 - ano 48 - nº 49
9 de dezembro de 2015

ANEXO I – CAPA DA REVISTA VEJA DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015, EDIÇÃO 2456,
ANO 48, Nº50

PRESTAÇÃO DE CONTAS
A pior semana do clã Lula nos domínios da Justiça

ORGULHO DOS VIZINHOS
Argentinos e venezuelanos saem na nossa frente e derrotam o populismo

veja www.veja.com

Editora ABRIL
edição 2456 - ano 48 - nº 50
16 de dezembro de 2015

...aí a nossa nova matriz econômica...

A MÁQUINA DO ATRASO DE DILMA
COMO A PRESIDENTE FEZ A INDÚSTRIA RETROCEDER 65 ANOS, A POLÍTICA ECONÔMICA VOLTAR AO TEMPO DO ESTATISMO MILITAR, A RECESSÃO PUNIR OS BRASILEIROS COMO NÃO OCORRIA DESDE 1981 E A INFLAÇÃO DE 10% RUGIR DEPOIS DE TREZE ANOS DOMADA

ANEXO J – CAPA DA REVISTA VEJA DE 20 DE ABRIL DE 2016, EDIÇÃO 2474, ANO 49, Nº 16



ANEXO K – CAPA DA REVISTA VEJA DE 11 DE MAIO DE 2016, EDIÇÃO 2477, ANO 49, Nº19



ANEXO L – CAPA DA REVISTA ISTOÉ DE 29 DE OUTUBRO DE 2014

PESQUISA ISTOÉ/SENSUS Aécio lidera com 9 pontos de vantagem sobre Dilma

EXEMPLAR DE ASSINANTE
VENDA PROMIDA
PONTOS - 300 B - 1072h - R\$ 11,90

ISTOÉ

3
1913



UMA CAMPANHA MONTADA NA MENTIRA

Como o time da candidata Dilma Rousseff disseminou o medo no País e escondeu a crise econômica para tentar levar a eleição e permanecer no poder

ANEXO M – CAPA DA REVISTA ISTOÉ DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014

PIZZOLATO Como será a vida do mensaleiro na Itália

SALÃO DO AUTOMÓVEL O show das supermáquinas

ISTOÉ

ECONOMIA PARADA, FISIOLÓGISMO, INFLAÇÃO, CORRUPÇÃO, ESCÂNDALOS, INSEGURANÇA, APARELHAMENTO DO ESTADO, REFORMA POLÍTICA, TOMA LÁ DÁ CÁ, CRISE NA EDUCAÇÃO, CENTRALIZAÇÃO, FALTA DE DIÁLOGO, CONTAS MAQUIADAS, COLAPSO NA SAÚDE, ALTA CARGA TRIBUTÁRIA, CORRUPÇÃO

MUDA JÁ, DILMA

O Brasil exige ações imediatas e quer mais do que promessas ou discursos

EXEMPLAR DE ASSINANTE
VENÇA PROCEDE
3 MONTA - BITE - 47 DAI - R\$ 7,00

3

ANEXO N – CAPA DA REVISTA ISTOÉ DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015



ANEXO O – CAPA DA REVISTA ISTOÉ DE 08 DE JULHO DE 2015



MAIORIDADE PENAL As divergências entre o Estado e a sociedade

PAN Como o Brasil vai para os jogos no Canadá



3
151

ISTOÉ



**PEDALADAS FISCAIS,
CONTRIBUIÇÕES ILEGAIS
PARA A CAMPANHA E
PRESSÕES INDEVIDAS
AO JUDICIÁRIO
PODEM LEVAR AO**



IMPEACHMENT

Começam a se desenhar as condições para um processo de afastamento da presidente da República

EXEMPLAR DE ASSINANTE
VENDA PROIBIDA

8 88.005-4038-11239 R\$11,90

ANEXO P – CAPA DA REVISTA ISTOÉ DE 23 DE SETEMBRO DE 2015



ANEXO Q – CAPA DA REVISTA ISTOÉ DE 09 DE DEZEMBRO DE 2015



ANEXO R – CAPA DA REVISTA ISTOÉ DE 02 DE MARÇO DE 2016

FANATISMO

Conheça a seita brasileira que prega o apocalipse e se espalha pela América Latina

SAÚDE

Por que a sífilis explodiu no Brasil



ISTOÉ



Estrategista da campanha de Dilma, João Santana tinha mais influência do que muito ministro do governo

A VOLTA DO IMPEACHMENT

Documentos provam que marqueteiro **João Santana** movimentou propinas da Petrobras durante a campanha de 2014. Emails expõem o poder que ele exercia sobre o Palácio do Planalto

Acuado pelo risco de cair junto com Dilma no TSE, o PMDB se reaproxima da oposição e articula **o afastamento da presidente**

Reação ao programa do PT mostra que **o brasileiro não suporta mais** o governo e se cansou das desculpas de **Lula**

ANEXO S – CAPA DA REVISTA ISTOÉ DE 30 DE MARÇO DE 2016



ANEXO T – CAPA DA REVISTA ISTOÉ DE 06 DE ABRIL DE 2016



ANEXO U – CAPA DA REVISTA ISTOÉ DE 13 DE ABRIL DE 2016



ANEXO V – CAPA DA REVISTA ISTOÉ DE 20 DE ABRIL DE 2016

EDIÇÃO ESPECIAL IMPEACHMENT

ISTOÉ

NÃO VAI **SER** GOLPE.

O impeachment da presidente Dilma Rousseff, que terá seu processo de votação iniciado pela Câmara neste histórico domingo, 17, é fruto de uma árvore de horrores adubada com muita corrupção, crimes, gestões temerárias e fraudes que afundaram o nosso País na mais grave crise moral, política e econômica da história. As pedaladas fiscais, mais do que evidente crime de responsabilidade, serviram como arma para o governo praticar o estelionato eleitoral derradeiro, nas eleições de 2014. Alguns, oportunisticamente, fecham os olhos para esta óbvia peça do arsenal bélico utilizada pela presidente para se manter no poder. Outros (a grande maioria), integrantes do universo de 54 milhões de brasileiros que Dilma Rousseff vangloria-se de terem votado nela, foram enganados! Porém, agora, podem enxergar a verdade com clareza. Tanto que, apenas um ano após a eleição, a desaprovação a seu governo é quase unânime e o apoio ao impeachment está no mesmo patamar observado às vésperas do impedimento de Collor. O impeachment, se aprovado ao final deste tortuoso processo, terá cumprido à exaustão todas as etapas constitucionais e será o justo desfecho de uma gestão que se corrompeu de forma nunca antes vista na história deste País e que priorizou amigos e aliados (muitos já presos) em detrimento do povo brasileiro.

Por isso mesmo, **NÃO VAI SER GOLPE!**

ANEXO W – CAPA DA REVISTA ISTOÉ DE 12 DE AGOSTO DE 2016



A OLIMPIADA DA SUPERAÇÃO
NAS QUADRAS, EM TODO O RIO E NA TRAJETÓRIA DE ATLETAS
COMO RAFAELA SILVA, A GARRA VENCEU OS OBSTÁCULOS

ISTOÉ

A HORA DE SAIR

Dilma já leva seus pertences para Porto Alegre e planeja exílio de oito meses pela América Latina. Os crimes contra ela ficaram evidentes e, com a sua iminente retirada, a gestão que levou o País à ruína econômica será finalmente uma página virada

EXCLUSIVO
DELAÇÃO DA OAS
A pedido de Lula, empreiteira comprou o silêncio de Rosemary

PATRIMÔNIO DESVIADO
Os documentos do TCU que comprovam o extravio de bens da União nas gestões de Dilma e Lula

ANEXO X – CAPA DA REVISTA ISTO É DE 26 DE AGOSTO DE 2016

TERREMOTO NA ITÁLIA

A TRAGÉDIA QUE MATOU MAIS DE 200 PESSOAS AMEAÇA PATRIMÔNIOS DA HUMANIDADE. É POSSÍVEL EVITAR ISSO?

EXCLUSIVO

O MINISTÉRIO PÚBLICO INVESTIGA MAIS UM APARTAMENTO DE LULA

ISTO É

3
1995



PESQUISA EXCLUSIVA

DILMA X TEMER

LEVANTAMENTO REALIZADO ÀS VÉSPERAS DA VOTAÇÃO DO IMPEACHMENT MOSTRA QUE O PRESIDENTE MICHEL TEMER TEM QUASE O DOBRO DA PREFERÊNCIA DOS BRASILEIROS PARA GOVERNAR O PAÍS EM RELAÇÃO À DILMA ROUSSEFF

ANEXO Y – CAPA DA REVISTA ÉPOCA DE 29 DE JUNHO DE 2013

CULTURA
Os contos inéditos de Guimarães Rosa que Graciliano detestou

SEXO
Como escrever um livro pornô de sucesso

RELIGIÃO 2.0
O risco de cultuar a internet como se fosse uma divindade

ÉPOCA
www.epoca.com.br

CADÊ A ESTADISTA?

O POVO TOMA AS RUAS,
A ECONOMIA DESANDA,
OS POLÍTICOS BATEM
CABEÇA - E O GOVERNO
MUDA DE ASSUNTO...

EDITORA GLOBO

ISSN 0013-0717

700096-011222-0

9 780009 011222

ANEXO Z – CAPA DA REVISTA ÉPOCA DE 03 DE MAIO DE 2014



ANEXO AA – CAPA DA REVISTA ÉPOCA DE 18 DE OUTUBRO DE 2014

EBOLA O Brasil está preparado para enfrentar a ameaça do vírus? | **GAYS E DIVÓRCIO** Como o papa Francisco tenta mudar a Igreja

 **ÉPOCA** 

www.epoca.com.br

DILMA vs AÉCIO

A ELEIÇÃO DO VALE-TUDO

O clima de luta livre invade os debates, a campanha, as redes sociais – e divide o país
E AS PROPOSTAS? – As ideias de Aloizio Mercadante e Arminio Fraga para a economia

ANEXO BB – CAPA DA REVISTA ÉPOCA DE 27 DE OUTUBRO DE 2014



ANEXO CC – CAPA DA REVISTA ÉPOCA DE 01 DE NOVEMBRO DE 2014

PARTO NATURAL
Como é possível reduzir o número de cesarianas

EDUCAÇÃO
A defesa dos pais que mimam os filhos

ENTREVISTA
"Não devemos temer Lula em 2018", diz FHC



ÉPOCA



www.epoca.com.br



os clientes reclamam aumento do preço"
Leandro Pires, dono de uma vendinha na praia onde Dilma passa férias

"no fim do mês, jogo as contas para o alto e sorteio qual vou pagar"
Antônio de Barros, metalúrgico

"não tenho perspectiva de ser contratado"
Erick Cunha, bolista do ProLivi

"puxei o freio de mão. não há sinal de que a economia vá melhorar"

"quero muito ter um filho. com a economia assim, não dá"
Anna Lia Tousse, advogada

OS BRASILEIROS QUE TRABALHAM ESTÃO PRECUPADOS. ADIVINHA COM O QUÊ? (DICA: NADA A VER COM REFORMA POLÍTICA)

ISSN 14135494 00957
9 771415 549002
3 NOVEMBRO 2014 | R\$ 9,90 | 82 98 80
CARA TON/PAI/14/0001/000000000000

ANEXO DD – CAPA DA REVISTA ÉPOCA DE 19 DE SETEMBRO DE 2015

ÉPOCA
www.epoca.com.br

EDITORA GLOBO

AROTA DA LIBERDADE
Os refugiados que percorrem a Europa em busca de uma vida melhor

AROTA DO SABER
A unificação do currículo básico pode melhorar a educação no Brasil

AROTA DO SERTÃO
A correspondência inédita entre Guimarães Rosa e seu pai, Florduardo

A PRESIDENTE SEM PODER

Dilma se enfraquece e perde tempo ao lançar um pacote de ajuste equivocado – e deve enfrentar um Congresso cada vez mais hostil

ANEXO EE – CAPA DA REVISTA ÉPOCA DE 10 DE OUTUBRO DE 2015



ANEXO FF – CAPA DA REVISTA ÉPOCA DE 05 DE DEZEMBRO DE 2015



ANEXO GG – CAPA DA REVISTA ÉPOCA DE 25 DE MARÇO DE 2016



ANEXO HH- CAPA DA REVISTA ÉPOCA DE 04 DE ABRIL DE 2016



ANEXO II – CAPA DA REVISTA ÉPOCA DE 16 DE ABRIL DE 2016



ESPECIAL
Impeachment
ÉPOCA

A solidão de Dilma

A debandada do baixo clero deixa o governo em situação desesperadora

—

A romaria dos políticos ao palácio do vice-presidente, Michel Temer

—

“As lideranças devem amainar os ânimos”, diz a ministra do Supremo Cármen Lúcia

ANEXO JJ – CAPA DA REVISTA ÉPOCA DE 27 DE AGOSTO DE 2016



ANEXO KK – CAPA DA REVISTA CARTA CAPITAL DE 03 DE JULHO DE 2014



ANEXO LL – CAPA DA REVISTA CARTA CAPITAL DE 05 DE SETEMBRO DE 2014



ANEXO MM – CAPA DA REVISTA CARTA CAPITAL DE 26 DE SETEMBRO DE 2014



ANEXO NN – CAPA DA REVISTA CARTA CAPITAL DE 05 DE OUTUBRO DE 2014



ANEXO OO – CAPA DA REVISTA CARTA CAPITAL DE 10 DE OUTUBRO DE 2014



ANEXO PP – CAPA DA REVISTA CARTA CAPITAL DE 17 DE OUTUBRO DE 2014



ANEXO QQ – CAPA DA REVISTA CARTA CAPITAL DE 27 DE OUTUBRO DE 2014



ANEXO RR – CAPA DA REVISTA CARTA CAPITAL DE 31 DE OUTUBRO DE 2014



ANEXO SS – CAPA DA REVISTA CARTA CAPITAL DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014



ANEXO TT – CAPA DA REVISTA CARTA CAPITAL DE 20 DE MARÇO DE 2015



ANEXO UU – CAPA DA REVISTA CARTA CAPITAL DE 24 DE JULHO DE 2015



ANEXO VV – CAPA DA REVISTA CARTA CAPITAL DE 28 DE AGOSTO DE 2015



ANEXO WW – CAPA DA REVISTA CARTA CAPITAL DE 09 DE OUTUBRO DE 2015



ANEXO XX – CAPA DA REVISTA CARTA CAPITAL DE 13 DE MAIO DE 2016



ANEXO YY – CAPA DA REVISTA CARTA CAPITAL DE 20 DE MAIO DE 2016



ANEXO ZZ – CAPA DA REVISTA CARTA CAPITAL DE 08 DE JULHO DE 2016

